



# SANTA CATARINA EM HISTÓRIA

V.14 n. 1, 2020

ISSN 1984-3968



A **Revista Santa Catarina em História** é uma publicação da disciplina de História de Santa Catarina do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Aberta a diferentes temáticas e abordagens, a revista aceita artigos originais e resenhas de livros ou teses sobre a história de Santa Catarina. Na seção Artigos, são publicados trabalhos com temáticas relacionadas à história do estado e escritos por pesquisadores/as já formados/as. Já na seção Estudos, são publicados os trabalhos dos/as acadêmicos/as da disciplina de História de Santa Catarina. A revista aceita também a publicação de Resenhas e Documentos transcritos relacionados a história catarinense. As publicações destes diferentes trabalhos visam à divulgação do conhecimento produzido por alunos/as do Curso e pesquisadores/as, de maneira geral, sobre as temáticas que envolvem a história de Santa Catarina, buscando contribuir com outros olhares sobre o Estado.

**Sobre a capa:** Contra cortes na educação. Foto, Florianópolis, 2019. Mateus Coelho é doutorando no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC) e é fotógrafo amador. Nascido em União da Vitória (PR) em 1988 e, atualmente, morador da cidade de Florianópolis onde além do doutorado cursa Letras Português na mesma universidade. Desde muito novo se interessou por fotografia e sempre entendeu esta como uma forma de se expressar. Suas fotos tiradas nas manifestações de 2019 refletem a importância de se tomar o espaço público por excelência, as ruas, fazendo com que inúmeras vozes somadas sejam ouvidas e sentidas pela Poder Público. Contato: [mateusgusco@gmail.com](mailto:mateusgusco@gmail.com)

### **Correspondência**

Revista Santa Catarina em História  
Departamento de História – CFH – Universidade Federal de Santa Catarina  
Campus Universitário – Trindade  
CEP 88040-970 Florianópolis-SC, Brasil

---

Santa Catarina em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2020  
v. 14, n.1, pp. 114. ISSN 1984-3968

---

## SUMÁRIO

### EDITORIAL

*Fernanda Arno, Mateus Gustavo Coelho*

4-6

### ARTIGOS

Análise da economia e balança comercial da Província de Santa Catarina (1845-1855)

*Gustavo Bastezini*

8-22

### ESTUDOS

Lugar de mulher: histórias orais da formação política de mulheres do Movimento Estudantil da UFSC

*Isabela Tosta Ferreira*

24-35

Italianos e caboclos: As relações étnicas e culturais após a colonização do Oeste de Santa Catarina

*Cauana Harz Lima*

36-47

Dar a ver o tempo nos túmulos do Itacorubi

*Adriel Dalmolin Zortéa*

48-58

A salubridade da ilha de Santa Catarina: Políticas higienistas e a construção da Avenida do Saneamento

*Ana Luiza Goularti Brunél*

59-70

Gritos do Subsolo: A Trajetória dos Sindicatos dos Mineiros do Carvão de Criciúma (SC) e do Ouro em Nova Lima (MG)

*Pedro Gabriel Viana de Souza*



71-86

A recepção da abolição da escravatura pelos jornais de Desterro

*Ana Clara Cardoso de Freitas*

87-98

Relatos de viajantes sobre a Ilha de Santa Catarina: um olhar econômico extrativista

*Jéssica Tháise Gielow*

99-114



**Editorial**Fernanda Arno<sup>1</sup>Mateus Gustavo Coelho<sup>2</sup>

A Revista Santa Catarina em História tem como objetivo criar um espaço de aprendizagem e difusão de conhecimento científico entre novos/as pesquisadores/as sobre a história catarinense. Assim, nesta edição apresentaremos um artigo e sete estudos produzidos por acadêmicos/as do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Visando compreender um pouco mais sobre a história de nosso Estado a partir de diferentes olhares e perspectivas.

A seção Artigos se inicia com o trabalho Gustavo Bastezini, intitulado “Análise da economia e balança comercial da Província de Santa Catarina (1845-1855)”. O autor analisa relatórios e falas dos presidentes de província de Desterro, entre 1845-1855, relacionando a conjuntura política e econômica da época inserida no contexto da revolução industrial e da Teoria da Vantagens Comparativas. Destaca-se a importância da agricultura e da pesca para a economia catarinense neste período.

Na seção Estudos, o trabalho “Lugar de mulher: histórias orais da formação política de mulheres do Movimento Estudantil da UFSC”, de Isabela Tosta Ferreira, problematiza a atuação política de mulheres no movimento estudantil universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, na segunda metade da década de 2010. A partir de relatos orais, a autora investiga a trajetória de duas mulheres neste movimento e as relações de gênero envolvidas e percebidas em suas experiências.

Já o trabalho de Cauana Harz Lima, “Italianos e caboclos: As relações étnicas e culturais após a colonização do Oeste de Santa Catarina”, analisa o processo de colonização, disputas territoriais, industrialização e as relações étnicas estabelecidas entre italianos, indígenas e caboclos no final do século XIX e ao longo do século XX no oeste de Santa Catarina. Para além das divisões acarretadas por estas disputas, a autora chama a atenção para aspectos culturais que foram se mesclando, a partir de um sincretismo, criando novas relações sociais.

Já o estudo o estudo de Adriel Dalmolin Zortéa intitulado “Dar a ver o tempo nos túmulos do Itacorubi – Florianópolis” parte do pensamento Georges Didi-Huberman para

---

1 Fernanda Arno é Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, coordenadora do GT de Gênero de Santa Catarina (biênio 2018-2020) e, atualmente, atua como professora de História na rede municipal da cidade de Chapecó-SC.

2 Doutorando no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



analisar a coexistência de diferentes tempos que podem ser percebidas na arquitetura encontrada no cemitério do Itacorubi em Florianópolis. Com as transformações urbanas ocorridas na cidade o cemitério público acaba sendo transferido da região da central para o local onde se encontra atualmente. Apesar desta transferência alterar a relação temporal entre os túmulos encontrados, ainda assim, percebe-se que os espaços do cemitério do Itacorubi são polifônicos, composto por multiplicidade de ritmos históricos. De uma forma quase poética Adriel nos coloca diante do tempo presente e passado em um mesmo instante, nos remetendo diferentes perspectivas de se pensar a história e nossa posição enquanto observadores e criadores do mundo.

Em “A salubridade da ilha de Santa Catarina: políticas higienistas e a construção da avenida do saneamento”, Ana Luiza Goularti Brunel analisa como as transformações realizadas pelo Barão Georges-Eugène Haussmann em Paris influenciaram as cidades brasileiras, principalmente a capital, a cidade do Rio de Janeiro e conseqüentemente chegaram às províncias influenciando inclusive o Desterro. Estas transformações alteraram profundamente a paisagem urbana e até hoje estão presentes na arquitetura de Florianópolis. Entre as principais obras desse período, está a construção da Avenida Hercílio Luz, também conhecida como Avenida do Saneamento, retrato das políticas sanitaristas e higienistas da época.

Pedro Gabriel Viana de Souza em seu estudo intitulado “Gritos do subsolo: a trajetória dos sindicatos dos mineiros do carvão de Criciúma (SC) e do ouro em Nova Lima (MG)” nos traz uma relação entre o papel da atuação sindical no contexto da mineração em duas cidades e seus diferentes contextos. Dentro do recorte temporal que vai de 1930 a 1940, Pedro vai analisando o que une e distingue a atuação sindical no contexto de Criciúma e Nova Lima neste período que foi de fomento e do início das atividades sindicais nestas regiões.

O estudo de Ana Clara Cardoso de Freitas, intitulado “A recepção da abolição da escravatura pelos jornais de Desterro”, analisa o papel do jornalismo, pensado enquanto um “quarto poder”, na vida política e opiniões públicas sobre a abolição da escravatura. O trabalho foca em Desterro, no século XIX, problematizando também a ideia de que em Santa Catarina não havia escravizados ou que eram muito poucos, pensamento que permeia o imaginário do Estado até os dias atuais.

Por fim, o estudo de Jéssica Thaíse Gielow, intitulado “Relatos de viajantes sobre a Ilha de Santa Catarina: um olhar econômico extrativista”, analisa, a partir de relatos de viajantes entre os séculos XVIII e início do XIX, como estes estrangeiros percebiam a situação econômica do litoral de Santa Catarina. O estudo mostra como os europeus construía a ideia do “outro” e percebiam a cultura dos povos que viviam no que hoje é o território do litoral



catarinense, ampliando esta visão também para a compreensão de seus interesses econômicos, principalmente para a exploração comercial.

Em um período tão turbulento como o que estamos vivendo, refletir sobre o passado nunca se fez tão importante. As diferentes abordagens trazidas pelos autores e autoras nesta edição, nos mostram a riqueza da história do Estado de Santa Catarina e o quanto podemos aprender com essa história para que não cometamos os mesmos erros do passado.

A história aqui se abre enquanto uma janela para o futuro, apontando caminhos para a construção de um mundo melhor, mais justo, igualitário, onde sociedade e natureza possam conviver de forma harmoniosa. Na seção “Estudos” percebemos a força e competência da nova geração de pesquisadores e pesquisadoras que nos apontam para um futuro mais diverso e plural. Um folego novo para uma academia tão antiquada. Neste período de profundas transformações é nesta nova geração que confiamos o amanhã de nosso país. Geração que produz, trabalha, mas que não se cala, que toma as ruas, que protesta que afronta um governo que lhe quer usurpar seu futuro.

Nós, as editoras, nos sentimos extremamente gratas e felizes por vermos uma geração tão brilhante surgindo, por este motivo convidamos a todas e todos para conhecer este rico universo da pesquisa desenvolvida na Universidade Pública, esta, que apesar de todos os ataques sofridos e que ainda vem sofrendo, é nossa, é de toda a sociedade. A luta segue, mas sempre esperançosa. Uma boa leitura!

As Editoras.



## **ARTIGOS**



## **Análise da economia e balança comercial da Província de Santa Catarina (1845-1855)**

Gustavo Bastezini<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo pretende avaliar o comércio e a balança comercial da província de Santa Catarina de 1845 a 1855; analisando os relatórios de província pode-se retirar dados dessa fonte que explicita a economia catarinense e sua balança comercial. Além de relacionar com a conjuntura política e econômica da época, o presente trabalho conseguiu inserir a província em uma análise sobre a revolução industrial, e a Teoria de Vantagens Comparativas de David Ricardo. A agricultura, tal como a pesca na província, foi a base da economia catarinense; a escravidão como escolha de negócios demonstra o enraizamento desse método na sociedade catarinense.

**Palavras-chave:** História Econômica; Economia Catarinense; Província de Santa Catarina, Balança Comercial de Santa Catarina; Teoria de Vantagens Comparativas.

**Abstract:** The article intends to evaluate the trade and trade balance in the province of Santa Catarina from 1845 to 1855; analyzing the province reports, data can be extracted from this source, which explains the economy of Santa Catarina and its trade balance. In addition to relating to the political and economic situation of the time, the present work managed to insert the province in an analysis of the industrial revolution, and David Ricardo's Theory of Comparative Advantages. Agriculture, like fishing in the province, was the basis of Santa Catarina's economy; slavery as a business choice demonstrates the rooting of this method in Santa Catarina society.

**Keywords:** Economic History; Economy of Santa Catarina; Santa Catarina Province, Santa Catarina Trade Balance; Comparative Advantage Theory.

### **Introdução**

O presente artigo pretende explicar a relação comercial que ocorrera na Província de Santa Catarina, para isso foram elencados os relatórios de Presidente de Província, referentes ao período entre 1845-1855, para melhor entender a situação do comércio com dados das coletorias, que equivale à Receita Federal e às alfândegas. Com uma breve análise realizada do comércio catarinense, podemos observar que a maior parte da renda que se produzia na província fora originada nos campos, com plantações sobretudo de mandioca. Algo intrigante, pois atualmente o Estado de Santa Catarina continua a ter, em sua grande maioria, uma agricultura de base familiar com poucos latifúndios, sendo assim, com maior parte de minifúndios e propriedades de médio porte. Os assuntos pesqueiro e industrial foram encontrados durante a leitura dos relatos e falas da Província. Sendo debatidos com fontes e análises de dados obtidos através da pesquisa.

---

<sup>1</sup> Gustavo Bastezini, bacharel e licenciado em História na instituição Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Florianópolis/SC- gustavobastezini@gmail.com.

Outros pontos importantes que serão abordados no texto são ideias de economia e ocorrências mundiais que mudaram as relações comerciais. A Revolução Industrial da máquina a vapor interferiu na economia mundial, atingindo assim também a província de Santa Catarina; ademais, a ideia econômica internacional que regia esse tempo era a Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo, um economista clássico essencial para entender o comércio internacional.

Além de uma análise da conjuntura política e econômica desse período, far-se-á também um estudo de dados financeiros, retirados dos relatos que nos evidenciam algumas narrativas significativas e que nos ajudam a compreender melhor o comércio e a economia catarinense. Algumas situações, tal qual a escravidão, foram abordadas durante o texto; lembrando que em 1850 o tráfico de escravos fora proibido, mas o comércio interno continuava ativo.

### **Conjuntura Político-econômico de 1845 a 1855**

Para discutir a política do Império e de Santa Catarina durante esse período será usado o excelente trabalho dirigido por Sérgio Buarque de Holanda *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II – O Brasil Monárquico – Volume 5 – Reações e Transações*, no ano de 2005, e o livro produzido pelo Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina - CEAG/SC, 1980, *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (XVII-1960)*. Quanto à parte econômica será abordada, especialmente, a visão de Marcelo de Paiva Abreu em seu livro *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*, de 2014. Portanto o método utilizado nesse fragmento foi uma análise de fontes secundárias, que visa melhorar o entendimento da situação político-econômico do império decorrente deste período.

Conforme sabemos, existem períodos bem definidos na história do Império brasileiro; entre eles destacam-se as situações políticas, como, por exemplo, de 1822 a 1831, período conhecido como Primeiro Reinado, regido por Dom Pedro I do Brasil; o que até então era uma colônia portuguesa finalmente virou um império. Ao decorrer do tempo, em 1831 o rei Dom Pedro I fora chamado para assumir o trono de Portugal, deixando o Brasil e seu filho Dom Pedro II - com apenas 6 anos. Portanto, o herdeiro do trono brasileiro não tinha idade para assumir seu posto, fato que levou à criação da regência que se desenrolou no período de 1831



a 1840. Em 1840, ficou marcado um acontecimento: o Golpe da Maioridade por Dom Pedro II; o jovem com apenas 15 anos assumira o Império, e ficaria até o golpe militar de 1889<sup>2</sup>.

O espaço de tempo trabalhado neste artigo é de 1845 a 1855. A data em que iniciamos esse período o Imperador do Brasil, Dom Pedro II, já tinha seus 20 anos e, portanto, poderia começar a influenciar de maneira mais convincente na política e na economia de um império. A briga mais conhecida nesse momento político e econômico foi entre os Luzias e Saquaremas, pelo fato de: “Saquaremas defendiam uma administração mais centralizada na corte, com maiores poderes para o Imperador. Luzias defendiam uma administração mais descentralizada, com maior autonomia para as províncias”<sup>3</sup>. Sendo assim, os Saquaremas eram considerados defensores do conservadorismo, ideia desenvolvida pelo filósofo britânico Edmund Burke, enquanto os Luzias representavam os liberais, que baseado em seus princípios de individualidade buscavam a descentralização do poder do imperador.

Na questão política, o que podemos constatar, de acordo com os documentos, é que o grupo dos conservadores ficaram no poder parcialmente hegemônico durante o período aqui analisado. Houve em 1849 uma dissolução da câmara de deputados, que em sua maioria era de liberais, enquanto o gabinete de governo era conservador; para isso, foram feitas eleições gerais novamente. Em 1850 a câmara de deputados fora renovada e agora com grande parcela de deputados conservadores, gerando debates acalorados entre liberais e conservadores sobre o golpe da maioria<sup>4</sup>.

Na questão provincial podemos observar que Santa Catarina tinha o foco na economia exportadora, para portos imperiais e para outras províncias. A pesca no litoral catarinense se tornou abundante posterior ao século XVIII, assim como a produção de farinha de mandioca.

Além desses itens a economia catarinense se destacava pela tecelagem, algo que foi sendo substituído por mercadorias britânicas, tendo em vista que essas tinham máquinas a vapor e uma qualidade de linho e algodão maior que a da província, sendo assim, impossível de competir. Ainda, vale ressaltar que o “tropeirismo” fora uma atividade deveras importante para o planalto catarinense; era a região onde se passavam tropas com gados vindos da região gaúcha em direção aos grandes centros comerciais do Império. A partir de 1850, o fim do tráfico de

---

2 ELLIS, Myrian [et al.]. **O Brasil Monárquico**, v.6: Declínio e Queda do Império. História Geral da Civilização Brasileira, t. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 17.

3 ROSI, Bruno Gonçalves. Saquaremas, Luzias, Brasil e os Estados Unidos. Tese (Doutorado em Ciência Política), UERJ, 2016.,p.58.

4 ELLIS, Myrian [et al.]. **O Brasil Monárquico**, v.6: Declínio e Queda do Império. História Geral da Civilização Brasileira, t. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 24

escravos e a imigração alemã, fizeram com que Santa Catarina tivesse uma condição pré-industrial, mas somente em 1880 chegaria a vigorar o industrialismo na província<sup>5</sup>.

Quanto à dimensão econômica imperial, Manuel de Paiva Abreu (2014) afirma que a agricultura no Brasil imperial foi o que podemos chamar de “cargo chefe” da economia brasileira, com plantações açucareiras, de algodão e de café. O curioso de se pensar sobre a agricultura no Brasil imperial é sua difusão e heterogeneidade em diversas regiões como, por exemplo: no Nordeste prevaleceu a plantação de cana de açúcar, enquanto no Sudeste a produção cafeeira<sup>6</sup>.

As tarifas de importação no Brasil estão diretamente ligadas ao império britânico, que até o fim da primeira guerra mundial era a principal potência econômica do mundo. O império britânico em relação ao Brasil sempre foi influente, de acordo com o que vimos na parte política, não podendo deixar de mencionar também na questão econômica. Quanto a esta parte de tarifação de produtos o império britânico, pioneiro e precursor da revolução industrial, precisava fazer comércio com o mundo todo pois, tinha visões liberais quanto à ética comercial<sup>7</sup>.

O interessante que resalto neste ponto é a discussão não somente de vantagem para o comércio e indústrias britânicas visadas pelos acordos, mas também uma ideia econômica abundantemente difundida em sua época por um autor altamente conhecido da economia clássica, David Ricardo. O autor elaborou a Teoria das Vantagens Comparativas, baseada na constatação de um cálculo sobre a quantidade de itens que uma fábrica produz e a quantidade de horas que ela despende para fabricar o produto, portanto, o império britânico possuindo indústrias têxteis a vapor em uma quantidade maior que a do Brasil, tem uma produção mais eficiente, assim sendo mais barata<sup>8</sup>.

Essas questões são de suma importância para entender algumas situações que aconteceram na província de Santa Catarina e que foram relatadas pelos presidentes em exercício. Além disso, a política imperial externa, e principalmente, com o império britânico tem um destaque especial na província de Santa Catarina conforme veremos a seguir.

---

5 SANTA CATARINA. Centro de Assistência Gerencial de. CEAG/SC. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina**; estudo das alterações estruturais (século XVII-1960). Florianópolis: CEAG/SC, 1980. p.57.

6 ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil/ Marcelo de Paiva Abreu. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 7.

7 SMITH, Adam, 1723-1790. **A riqueza das nações**: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações/ Adam Smith; tradução Noberto de Paula Lima. – 3.ed.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. 672p. (Clássicos de ouro).

8 RICARDO, David – **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.



## Comércio nos Relatos de Província de Santa Catarina

O comércio em Santa Catarina nunca esteve fora do plano nacional e internacional à medida que podemos observar nos relatos e nas falas de presidentes de província de Santa Catarina. O comércio catarinense especializou-se em agricultura, visto que boa parte das províncias brasileiras também se especializaram no mesmo ramo. Indústrias nesta província não obtiveram muito destaque comercial, sendo assim, ficaram em segundo plano do comércio local.

Tendo isso como fato, podemos nos perguntar: a agricultura na província se baseava no que? De acordo com a análise dos relatos e falas dos presidentes de província podemos entender o rumo da agricultura de Santa Catarina. Veremos a seguir o que se passava nas informações contidas em cada relato de província de cada ano. Cabe aqui uma ressalva: alguns relatos e falas de presidentes não contém informações sobre o comércio, portanto, irei elencar e expor somente os relatos que contém informações comerciais.

A fala do Vice-presidente da Província de Santa Catarina, Doutor Severo Amorim do Valle, em 1.º de março de 1849, nos expõe várias informações de suma importância para o entendimento da economia catarinense, como pode-se observar no seguinte relato:

O caffè, que em outras Provincias do Imperio, he uma das plantações, que maior interesse tem dado aos lavradores, n'esta, comquanto tenha muitos logares azados ao seu cultivo, pois que nelles vegetão e produzem maravilhosamente, quasi nem uma exportação se faz d'elle, chegando apenas para o consumo as colhetas annuaes. A Erva matte, ramo consideravel de exportação em Paranaguà, bem vizinho do nosso limite ao sul, de que abundão os Campos e Sertoens de Lages, tem estado em perfeito abandono; ao mesmo tempo que um ou outro no Districto d'essa villa a prepara, acha prompto comprador, que a exporta para o Rio Grande<sup>9</sup>.

O relato aborda sobre o encolhimento da exportação da província relacionada a agricultura, que se baseava em plantio de mandioca, milho, cana, feijão e arroz. Em relação ao café explica-se que este cultivo na província de Santa Catarina não tinha plantações em grande escala, mas ressalta que teria terras apropriadas para o cultivo deste mesmo. A Erva-mate, que era plantada na região de Lages em que o destino principal era Porto Alegre, é citada com pouca relevância. Em relação ao Trigo, de maneira que a região sul é mais fria do que a do Nordeste, o plantio dessa semente é de fácil amadurecimento e boas colheitas tal como fora relatado.

---

9 SANTA CATARINA. Presidência da Província. **Falas e Relatórios da Presidência (1845 a 1855)**. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/189>. Acessado em 05/11/2018. 1849, p. 48.



O relato nos diz que os panos estrangeiros irão matar os teares da província, por isso, a produção de algodão e linho foram diminuindo:

O linho, e o algodão, outr'ora florecente, por todos os logares entre nós, e que offerecia um trabalho lucroso, não só ás famílias dos lavradores, como a outras muitas, com os excellentes tecidos, que fabricavao, e de que se fazis toda a vestimenta caseira, e roupas de camas, tem quasi desaparecido: um, ou outro lavrador conserva ainda, como por um costume, algumas pequenas plantações d'esses arbustos; em uma, ou outra casa dos sítios se sente, por acaso\*, os batidos do tear e a pretexto do pequeno lucro, que podem dar a essas manufacturas, aliás tão procuradas fora da Província, e pelo falso raciocinio de serem mais baratos os tecidos estrangeiros, quando calculada a duração de uns, e outros, reconhece-se o prejuizo em que se està, perdeu-se por assim diser este ramo de industria tão vantajoso em outras partes<sup>10</sup>.

O motivo disso foi a troca feita pelo consumidor, saindo de um pano regional de qualidade baixa e caro, e então optando por um pano de alta qualidade e preço mais acessível. Esta ideia tem relação com a Teoria das Vantagens Comparativas de Ricardo.

Esse relato de 1849 mostra-nos uma diversificação no que tange a agricultura catarinense. Muito impulsionado pela diferenciação do tratamento de terra que se tinha em outras províncias do Brasil. Sabe-se que Santa Catarina é formada por imigrantes, forçados ou não, europeus, africanos e asiáticos. É notório que cada povo e indivíduo tem um tratamento de terra específico para certos plantios diferentes, por isso, vemos uma grande variedade de itens sendo plantados e comercializados dentro da província. Outro fator importante para entender essa variedade de itens na província é a questão da propriedade; sendo a propriedade privada a base da sociedade de mercado ou capitalista. A Província de Santa Catarina tem um ponto que merece a atenção e que difere de outras províncias: o minifúndio. Santa Catarina, ao contrário de outras, não tem propriedades fundiárias de grande extensão como motor de sua agricultura, mas tem o minifúndio ou agricultura familiar como base, que acaba gerando uma pluralidade de cultura de grãos e não uma monocultura, por exemplo, a do café e açúcar.

Quanto a fala de presidente da província do Dr. João José Coutinho, de 1.º de março de 1851, podemos observar que o comércio, em especial nesse relato, fora algo pouco abordado, tendo seu principal assunto sobre a questão têxtil e a de um alambique. Quanto ao tema têxtil o presidente da província expressa seus temores quanto aos panos estrangeiros, como observado a seguir:

---

10 SANTA CATARINA, 1849, p. 49.



Os panos estrangeiros de menor preço, posto que de menos duração, vão acabando com as nossas fabricas de tecidos, que sem melhoramento algum nos teares, e sem maquinas para a fiação do linho, ou algodão não podem competir em preço com os productos das novas maquinas movidas a vapor<sup>11</sup>.

Quase que um apelo ao Imperador para que se restringisse uma vez mais as importações têxteis dos britânicos ou ajudasse na implementação de máquinas a vapor na província. Sobre o alambique, o curioso que se faz necessário comentar é que o Dr. Blumenau levou a Tejucas (atual Tijucas) um alambique.

Em 1852 o Dr. João José Coutinho, em 1.º de março, discursava para a Assembleia Legislativa sobre os acontecimentos comerciais. Um ponto interessante que o presidente traz sobre a agricultura é a estagnação do crescimento perante os anos anteriores, isso feito com dados que serão expostos posteriormente. A agricultura em Santa Catarina estava estagnada, salvo a região de Itajahy (Itajaí) e Santa Izabel. Mas por qual motivo a agricultura estacionaria na província? O que podemos retirar dos relatos é que os principais motivos eram o maquinário e o transporte:

Estacionaria se deve considerar a lavoura da Provincia porque, com quanto tenha havido sensível aumento na produção das Colonias de Itajahy, e Santa Izabel, tem ella diminuído em outros lugares. Falta de maquinas, que tornem mais baratos os seus productos, não podem estes concorrerem com os iguaes das mais Provincias, melhor beneficiados, e não sujeitos como os desta ás grandes despesas de transporte, pelo péssimo estado de nossas vias de communição<sup>12</sup>.

O maquinário está relacionado a questão financeira das províncias, como se sabe Santa Catarina não tinha tanto poder aquisitivo conforme outras províncias mais ricas como, por exemplo, Rio de Janeiro e Recife. Quanto ao transporte, é necessário pensar que a região catarinense se desenvolveu mais em seu litoral, portanto, a otimização marítima de transporte fora privilegiada em detrimento de investimentos mais pesados nas estradas que ligavam as fazendas e os portos. Portanto, essas estradas usadas para fazer comércio encontravam-se extremamente deterioradas e despendia-se muito dinheiro para se conservar a mercadoria; sendo assim, o preço dos produtos catarinenses, em comparação ao resto, perdia competitividade de mercado e com isso estagnava a expansão comercial da agricultura.

O relato de 1853, ainda pelo Dr. João José Coutinho, fora de surpreendente exposição das vísceras da província catarinense. Alguns pontos que merecem atenção estão relacionados

---

11 Ibidem, 1851, p. 22.

12 Ibidem, 1852, p. 18



com a escravidão, atraso tecnológico e os impostos. Além disso, falou-se sobre as indústrias presentes na província. Primeiramente, o assunto escravidão e tecnologia em Santa Catarina é alvo de muitas discussões, desinformados defendem que a província não tinha um histórico escravista de dependência da agricultura, mas o relato de província nos mostra uma prática comum dos agricultores que viviam em Santa Catarina.

As lavouras, segundo outros relatos demonstraram-se estagnadas pelos problemas das estradas, que será abordado a seguir, mas em especial nessa fala presidencial fica explícita a ideia da escravidão relacionada com o atraso da lavoura:

Os nossos lavradores não se querem apartar da pratica de seus maiores, e com indiferença olhão para as maquinas, e novos inventos; e tanto isso he verdade, que inventado-se em 1848 nesta Provincia uma maquina de fornecer farinha, principal ramo de sua agricultura, até o presente só duas existem, uma na situação do Commendador Marcos na Caputera construida em 1850, e outra na Fazenda da Lagoinha assentada no anno passado. Não he o custo dessa maquina a causa da sua não vulgarisação, por que importando ella de 400\$ a 500\$ reis, e suprindo o trabalho de quatro homens preferem alguns lavradores comprarem escravos a 700\$ e a 800\$ reis não obstante o risco de moléstias, fugas e mortes e outros que prudência manda calar<sup>13</sup>.

O presidente da província explica que a grande maioria dos agricultores preferiam comprar escravos, que tinham um valor maior, ao invés de adquirir máquinas agrícolas, que custavam menos, e que faziam o mesmo trabalho braçal de quatro homens.

O século XIX fora a “vapor”, se pudéssemos descrevê-lo em uma palavra. Um século que demonstrou ter um sentimento de “aceleração do tempo” tal como nos diz Koselleck<sup>14</sup>, caracterizado como díspar e único na história da economia e da humanidade. O Brasil foi um dos principais importadores de escravos africanos de todos os tempos e com isso sua economia era dependente desse sistema. Enquanto o mundo do XIX estava adaptando-se às indústrias e à forma de trabalho assalariado, o Brasil ainda se encontrava dependente dos escravos, mas podemos observar nesse relato que não fora pelo preço ou falta de tecnologia. Em Santa Catarina, a preferência por escravos ao invés de novas tecnologias demonstra uma dependência escravista moral e de costumes, pouco relacionada à questão financeira pois, um escravo era mais caro e produzia menos que uma máquina.

---

13 Ibidem, 1853, p. 25.

14 KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.





No tocante aos impostos, João Coutinho explica uma forma de tentar sair da estagnação da agricultura comercial. Conforme explicado em outros trechos deste trabalho, a situação das estradas em Santa Catarina era deplorável e com isso surgia a emergência de melhorá-las para alavancar o crescimento natural da agricultura. Com isso posto, a questão sempre feita para governos é, como arrecadar mais? É notório que a única forma de arrecadação do governo, exceto empresas estatais, é a cobrança de impostos. A fala do presidente de província nos evidenciou que aumentar os impostos para usar nas melhorias das estradas iria ocasionar a falência dessas fazendas, para isso, ele propõe um aumento do investimento desses impostos já cobrados na melhoria dessas estradas, e se precisar, na taxaço de outras áreas comerciais.

As indústrias em Santa Catarina eram “escassas”. Na fala pode-se retirar as informações de que esta província provinha de apenas, olarias; “fábricas de louça grossa de barro”; e vinagre. Além disso, fora relatado alguns teares que funcionavam dentro das casas populares e que não conseguia competir com a mercadoria vinda do império britânico<sup>15</sup>.

O relatório do presidente da província, Dr. João José Coutinho de 1854 nos mostra algumas novidades relevantes para o comércio de Santa Catarina. Sobre as indústrias, este relatório difere em algumas informações ou evidencia um aumento das estruturas industriais nesta província. De acordo com o relato, pequenas fábricas se instalaram na província, além de uma nova indústria que focou no processo da erva-mate na região de Lages.

A indústria fabril (tirada a que é complemento da lavoura, como a fabricação do assucar, da farinha &c) limita-se a pequenas fabricas de louça de barro, telhas, tijolos, cal de marisco, a duas de vinagre, duas de charutos, e uma de cerveja. No anno passado estabeleceo-se em Lages uma, em maior escala, para o preparo da erva mate<sup>16</sup>.

Quanto ao comércio e com que localidades se faziam as trocas comerciais, o relatório aponta para o comércio estrangeiro com as Repúblicas do Prata (Uruguai e Argentina), Praças de Monte Video (Montevideú) e Buenos Aires. No tocante ao império brasileiro as principais províncias que se faziam negócios eram as de São Pedro do Sul (Rio Grande do Sul), São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia.

O Commercio externo com Extrangeiro, quasi que se limita ás Republicas do Prata, ou antes ás Praças de Monte Video, e Buenos Ayres, e com o Imperio só é regular com as Provincias de S. Pedro do Sul, S. Paulo, Rio de Janeiro,

---

15 SANTA CATARINA, 1853, p. 26.

16 Ibidem, 1854, p. 25.



Bahia, e Pernambuco; raras vezes com alguma outra tem-se directamente commerciado<sup>17</sup>.

O relatório de 1855 ainda sobre comando de Dr. João José Coutinho foi diferente dos demais, focou-se na questão litorânea comercial e da navegação. Na questão pesqueira de cetáceos existiam oito embarcações responsáveis, produzindo em média 3:000\$00 réis. Sobre outras pescas e navegações costeiras existem mais detalhes expostos no relatório e postos em tabelas:

Tabela 1 – Meios de locomoção de navegação no porto da capital

Nomes	Quarena	Hiates	Lanchas	Botes	Baleeiras	Cuter	Canoas
Quantidade	1	16	35	33	18	1	2000

Fonte: SANTA CATARINA. Presidência da Província. **Falas e Relatórios da Presidência**, 1855. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/189>. Acessado em 05/11/2018.

Tabela 2 – Navegação Costeira de Grande Cabotagem

Nomes	Brigues	Escunas	Patachos	Sumacas	Hiates	Cuter
Quantidade	6	6	10	10	135	1

Fonte: SANTA CATARINA. Presidência da Província. **Falas e Relatórios da Presidência**, 1855. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/189>. Acessado em 05/11/2018.

Essas tabelas nos mostram alguns dados: a quantidade de baleeiras, 18, nos demonstra que no litoral e em especial no porto da capital tinha-se uma grande frota de pesca da Baleia, que de acordo com o relatório gerava por ano 20:000\$000 réis. Quanto às canoas em grande quantidade, apenas evidencia o modo de vida e de sustento de uma parcela de habitantes da capital, sendo 2000 canoas é viável falar que um número expressivo de pessoas vivia de pesca ou da locomoção marítima nesse tempo<sup>18</sup>.

Os relatórios e falas de província do presidente são essenciais para entender melhor a questão da agricultura, indústria e comércio em Santa Catarina, por dispor de dados oficiais que hoje seriam de difícil acesso, esses relatórios nos ajudam a compreender o seu tempo. Entendemos que a agricultura de minifúndio era a força motriz da economia catarinense, vimos a indústria têxtil cair de produção em detrimento da industrialização a vapor do império britânico, a pouca estrutura das estradas de Santa Catarina prejudicando assim o comércio e a

17 Ibidem, 1854, p. 27.

18 Ibidem, 1855, p. 19-20.



exportação, a questão da pesca e as poucas indústrias instaladas nessa província. Conseguimos mapear todas essas situações graças as documentações guardadas e conservadas.

### Balança Comercial de 1845 a 1855

A balança comercial fora extraída de todos os relatórios aqui estudados que vão de 1845 a 1855, os dados por vezes estavam dispersos e acabei por reuni-los dentro de uma tabela para a melhor visualização e entendimento. Após será exposta nas *Tabelas* as exportações, todas elas acompanhadas de breves análises e comentários sobre o que podemos constatar desses dados.

Tabela 3 - Importações da Província de Santa Catarina 1845-1855

Ano	Importação Porto estrangeiro	Porto do Império com carta de guia
1846-1847	42:850\$079	146:660\$061
1847-1848	23:423\$313	80:814\$653
1848-1849	85:455\$313	499:558\$645
1849-1850	18:531\$614	443:953\$359
1850-1851	7:420\$922	452:176\$730
1851-1852	22:781\$107	593:250\$807
1852-1853	32:087\$421	505:040\$200
1853-1854	47:399\$999	603:213\$200

Fonte: SANTA CATARINA. Presidência da Província. **Falas e Relatórios da Presidência (1845 a 1855)**. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/189>. Acessado em: 05/11/2018.

Os dados obtidos dos relatórios nos demonstram que importações de portos estrangeiros não tinham uma grande quantidade circulante, isto é, as importações do estrangeiro não tinham tanto impacto na economia catarinense como a do porto do império. As importações de portos do império ao longo dos anos seguiram em um crescente aumento, isso demonstra que a província era dependente de mercadorias oriundas de outras localidades, isto é, a província não era autossuficiente, segundo mesmo indica em vários relatórios. Além disso, as importações que provinham de outros portos do império, não necessariamente significavam ser de produtos nacionais, mas podiam conter produtos oriundos do estrangeiro, visto que era mais fácil chegar em outros portos no Império do que no de Desterro.

O comércio no mundo se baseia na livre troca entre indivíduos<sup>19</sup>, portanto, importações ainda mais no momento de revolução industrial, eram de extrema importância para o Brasil e para província de Santa Catarina. A Teoria das Vantagens Comparativas explica o motivo da região brasileira exportar mais produtos agrícolas pois, sua eficiência era maior que outras regiões, podendo assim, gerar um produto bom e de menor preço. No caso do Brasil e de Santa Catarina, a produção agrícola dependia da escravidão, portanto, tinha uma grande quantidade de produção e menor custo da agricultura por conta do sistema escravista do país. No entanto, como demonstra os relatos a introdução de maquinários na lavoura iria ajudar a aumentar a produção e conseqüentemente melhor o preço dos produtos agrícolas.

Tabela 4 - Exportações na Província de Santa Catarina 1845-1845

Ano	Exportação Porto estrangeiro pela Alfandega	Exportação porto do império pela Alfandega	Exportação para porto do império pela Coletoria da província	Exportação para porto estrangeiro pela Coletoria da Província exportação
1846-1847	143:525\$*39	379:538\$933	**	90:635\$946
1847-1848	128:054\$422	260:307\$786	**	6*:954\$399
1848-1849	86:580\$485	254:303\$676	**	29:5377\$799
1849-1850	114:495\$418	158:708\$384	284:370\$819	97:735\$381
1850-1851	54:146\$646	180:652\$225	232:888\$203	60:348\$772
1851-1852	**	**	411:454\$871	140:905\$663
1852-1853	**	**	389:993\$595	192:341\$560
1853-1854	**	**	771:107\$000	183:250\$540

Nota:\*número ilegível, \*\* sem fonte.

Fonte: SANTA CATARINA. Presidência da Província. **Falas e Relatórios da Presidência** (1845 a 1855). Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/189>. Acessado em: 05/11/2018.

Tabela 5 – Reexportação e Exportação da Província de Santa Catarina 1845-1845

Ano	Reexportação para fora do império	Exportação da província
1846-1847	216:454\$463	567:097\$104
1847-1848	118:457\$*39	470:340\$230
1848-1849	217:912\$715	416:209\$***
1849-1850	166:405\$161	**
1850-1851	60:339\$900	**

19 MISES, Ludwig von. **Liberalismo**/ Ludwig von Mises. – São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. 125p.

1851-1852	13:409\$100	**
1852-1853	18.414:\$70	**
1853-1854	**	**

Nota:\*número ilegível, \*\* sem fonte.

Fonte: SANTA CATARINA. Presidência da Província. **Falas e Relatórios da Presidência (1845 a 1855)**.

Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/189>. Acessado em: 05/11/2018.

No tocante às exportações nesta província podemos constatar alguns fatos que os relatórios corroboram para tal narrativa. No período de 1846 a 1849 houve uma diminuição na exportação do império e que, até o ano de 1851, ficaria estagnado sem muito crescimento. Um dos pontos da estagnação que o relator e presidente de província Dr. João José Coutinho nos evidenciou, foi a rejeição do agricultor catarinense pelos maquinários na região agrícola, preferindo escravos africanos mesmo sendo mais caros. Essa informação denota o tom da sociedade imperial e mormente do setor agrícola de Santa Catarina.

O período de 1849 a 1851 fora de estagnação das exportações para portos do Império e estrangeiro. Tal fato se explica pela falta de infraestrutura das estradas para mover as mercadorias rumo aos portos, principal forma de escoamento dessas mercadorias. A partir de 1851 demonstrou um aumento no total de exportações, seja para o estrangeiro ou para dentro do império. O que se pode notar nesse período, que já fora analisado, é o fator de crescimento de algumas indústrias no território catarinense e a implementação de alguns grãos, ao exemplo do trigo entre outras coisas que possam ter mudado esse cenário e que não é o foco deste presente trabalho.

## Conclusão

As informações que se podem retirar desses relatórios são de suma importância para a história de Santa Catarina. Conseguiu-se, com esses dados, entender melhor o comércio, indústria e pesca da província. Pode-se concluir que o comércio catarinense é sustentado por um bipé; isto é, pela agricultura e pesca. A indústria nesse momento não tinha grande importância para a vida e a economia catarinense, surgindo com força somente em 1880. A agricultura assim como a pesca eram essenciais para os habitantes da província pois, a população catarinense era formada ou por agricultores, ou agricultores-pescadores de forma geral. Porém, as plantações existiam com uma maior diversidade; portanto, não se consistia em uma monocultura; a policultura era a característica da província. As estruturas das propriedades



de Santa Catarina eram em sua maioria de minifúndios geridos por famílias e tendo poucos latifúndios.

Ao se fazer tabelas sobre as importações e exportações fica mais evidente as informações que foram sendo passadas no decorrer dos relatórios. As exportações sempre mantiveram uma escala alta na economia catarinense, especialmente por ter seu bipé econômico. As importações mantiveram um gradual aumento, visto que a província não era autossuficiente em questão de vários produtos industrializados e em alguns pontos nevrálgicos. Além disso, cabe ressaltar a importância que teve a revolução industrial das máquinas a vapor pois, isso influenciou diretamente na indústria catarinense como mostrado nos relatos aqui expostos. Portanto, este trabalho explorou essas informações contidas nos documentos e relacionou-os com uma bibliografia que trata do assunto, além destas conclusões que pudemos exprimir dos dados.

Quanto às conclusões das tabelas pode-se dizer que a província de Santa Catarina, no período de 1845-1855, teve sua importação e exportação com portos do império seu principal negócio. Sendo assim, não entrava muito na órbita internacional como outros portos, por exemplo, do Rio de Janeiro e de Santos. Outro dado importante é que a província era dependente de importações, sobretudo dos portos do Império brasileiro, mas como explicado anteriormente, nesses grandes portos circulavam mercadorias internacionais e nacionais, portanto, eram a ligação das mercadorias estrangeiras com a província de Santa Catarina.

## Referências

ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil/ Marcelo de Paiva Abreu. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

ELLIS, Myrian [et al.]. **O Brasil Monárquico**, v.6: Declínio e Queda do Império. História Geral da Civilização Brasileira, t. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

MISES, Ludwig von. **Liberalismo**/ Ludwig von Mises. – São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. 125p.

RICARDO, David – **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROSI, Bruno Gonçalves. **Squaremas, Luzias, Brasil e os Estados Unidos**. Tese (Doutorado em Ciência Política), UERJ, 2016.,p.58.



SANTA CATARINA. Centro de Assistência Gerencial de. CEAG/SC. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina; estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)**. Florianópolis: CEAG/SC, 1980.

SMITH, Adam, 1723-1790. **A riqueza das nações**: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações/ Adam Smith; tradução Noberto de Paula Lima. – 3.ed.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. 672p. (Clássicos de ouro).

### Fontes

SANTA CATARINA. Presidência da Província. **Falas e Relatórios da Presidência** (1845 a 1855). Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/189>. Acessado em: 05/11/2018.

---

Recebido em 05 de novembro de 2018.

Aceito para publicação em 23 de novembro de 2020.



## **ESTUDOS**



# Lugar de mulher: histórias orais da formação política de mulheres do Movimento Estudantil da UFSC

*Woman's place: oral histories of the political formation of Women from the Student Movement at UFSC*

Isabela Tosta Ferreira<sup>1</sup>

**Resumo:** Como atividade avaliativa da disciplina de História de Santa Catarina, o presente estudo é uma produção sobre a atuação política de mulheres no movimento estudantil universitário da UFSC na segunda metade da década de 2010. Compreendendo as contribuições da história oral para a historiografia, foram realizadas entrevistas com estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, de modo a investigar a trajetória dessas mulheres na vida política da universidade e como as relações de gênero foram percebidas por elas ao longo das suas experiências.

**Palavras-chave:** História oral; Mulheres; Militância; Movimento estudantil; Universidade Federal de Santa Catarina.

**Abstract:** As the evaluative activity of the History of Santa Catarina discipline, the present study is a production on the politics of women in the university student movement at UFSC in the second half of the decade of 2010. Understanding the contributions of oral history to historiography, interviews were conducted with students of the Federal University of Santa Catarina, in order to research the trajectory of these women in the political life of the university and how gender relations were perceived by them throughout their experiences.

**Keywords:** Oral history; Women; Militancy; Student movement; Universidade Federal de Santa Catarina.

## Introdução

As feministas não deixam de ser femininas, nem são mal-amadas, feias e invejosas do poder masculino. São seres humanos sem consciência dominada, que lutam sem cessar pela igualdade social entre homens e mulheres, entre brancos e negros, entre ricos e pobres<sup>2</sup>.

Ao ler uma publicação da revista *Santa Catarina em História* sobre as mulheres militantes do Diretório Central dos Estudantes no episódio da Novembrada em Florianópolis<sup>3</sup>, me deparei com questionamentos e problemáticas que na minha experiência pessoal de militância sempre foram muito latentes. A autora, Lídia Bristot (2012), aborda a participação feminina no movimento estudantil, e através de fontes orais, discorre sobre as diferenças entre os gêneros na militância. A partir disso, comecei a refletir sobre as questões trazidas pela autora

---

1 Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, militante comunista e feminista classista.

2 SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. P. 100.

3 BRISTOT, Lidia Schneider. Um outro olhar sobre a Novembrada. **Revista Santa Catarina em História**, v. 6, n. 2, p. 50-60, 2012.



e sobre tudo que eu vinha observando desde o início da minha experiência dentro do centro acadêmico<sup>4</sup> do meu curso, nas gestões de DCE que eu compus e componho, e até mesmo na organização em que milito.

A partir daí começaram a surgir em minha cabeça diversos momentos em que me percebi observando as diferenças entre o tratamento que os meus companheiros de luta recebiam e como a coisa mudava de figura ao falarem comigo ou com alguma companheira mulher<sup>5</sup>. Como o meu companheiro de militância não precisava se inscrever três vezes para defender uma proposta no CA enquanto eu me via prestes a gritar para ser compreendida. Ou seria para ser, pelo menos, ouvida?

Ao ler aquele artigo, senti um estalo na cabeça: os problemas colocados pelas fontes utilizadas pela autora traziam dificuldades que hoje também enfrentamos no movimento estudantil da UFSC<sup>6</sup>. Diversas vezes ouvi das minhas camaradas que elas não se sentiam confortáveis em fazer uma análise de conjuntura num espaço porque sentiam-se muito menos preparadas do que os camaradas homens. Mais vezes ainda, ouvi que se sentiam, pelo contrário, muito mais preparadas para intervir, mas a insegurança sempre latente em nós, aliada à errônea (porém recorrente) compreensão de que aquele não era nosso espaço para falar, as impedia de se colocarem. Os exemplos são inúmeros, e se repetem com mais frequência do que se costuma reparar no cotidiano.

Por este trabalho pretendo, em primeiro lugar, ouvir alguns agentes desses processos: as fontes do artigo são companheiras do Movimento Estudantil da UFSC que me concederam entrevistas sobre suas experiências e como enxergam o mundo em que se inserem. A segunda intenção é analisar, a partir desses relatos, como se dá e se deu a formação política dessas mulheres nos seus locais de atuação na Universidade Federal, além de observar como é, para elas, ser mulher e ter que lutar diariamente contra o papel social que foram socializadas para ocupar. Para finalizar, se visa compreender como as particularidades dessas mulheres, ou seja, o que foi vivenciado por elas, as insere na universalidade do contexto estudado, ou seja, o movimento estudantil da UFSC como parte da sociedade, e não como uma “bolha”, um lugar isolado.

---

4 No decorrer do artigo será utilizada a sigla CA para centro acadêmico.

5 Para mais elementos, ver também: BORGES, Luana Regina. **Ditadura e gênero: mulheres no movimento estudantil paranaense (1964-1985)**. DE PAULA SILVA, Mayris; DE MENDONÇA, Viviane Melo. **Mulheres no movimento estudantil e as universidades públicas brasileiras da década de 1990: gênero e educação**. Laplage em revista, v. 2, n. 3, p. 180-193, 2016. BRISTOT, Lidia Schneider et al. **Mulheres no Movimento Estudantil de Florianópolis (1975-1979)**. 2014.

6 E não só nele, é claro. Há que se reforçar que o machismo e a opressão de gênero estão em todos os espaços porque nos inserimos numa estrutura que nos molda desde o nascimento para a reprodução desses comportamentos. Mais adiante isso será melhor abordado. Aqui poderia citar também alguma referência neste sentido, para demonstrar que a sua vivência encontra o que já foi estudado/abordado em outros estudos, isso ajuda a embasar e reforçar o que está tratando no seu trabalho.



## Metodologia, pressupostos para a análise e a história oral

Como forma metodológica de coleta das fontes, este trabalho se orientou principalmente pelas compreensões acerca da história oral dadas por Verena Alberti<sup>7</sup>, no sentido de seu entendimento sobre o trato com os entrevistados. Se buscou realizar as entrevistas de forma franca e atenta. As entrevistadas são mulheres, companheiras minhas de luta e amigas de todos os dias. Por essa dificuldade em relação ao distanciamento, a condução das entrevistas se deu através de perguntas comuns às entrevistadas, que demonstrassem qual o direcionamento objetivado para as análises. Apesar desse sentido, importante para que eu pudesse confrontar meu objeto de investigação, se almejou não cercear as entrevistadas. A motivação foi o entendimento de que justamente nos mínimos detalhes estão as maiores revelações, desde a escolha de palavras até o tom de voz utilizado para cada momento da narração. Essas questões foram observadas e farão parte da análise das fontes coletadas. inserir algumas palavras para introduzir a citação que vem abaixo, para que ela não fique solta entre os parágrafos.

E a pessoa ri quando na verdade ela queria chorar. Mas ela ri provavelmente para atenuar aquilo que ela está dizendo. Eu acho que a pessoa ri em diferentes circunstâncias e, no caso, não é riso de felicidade ou gargalhada, mas é o riso assim, como uma vírgula depois que a pessoa acabou de falar, um ponto, um parágrafo<sup>8</sup>.

A questão do riso, bem como as alterações de tom de voz e os momentos de pausa também são importantes para a análise da história oral, porque contêm várias marcações da subjetividade do entrevistado ou entrevistada. Esse é um aspecto no qual a história oral se torna muito rica no sentido das possibilidades de análise, pois não só se observa o conteúdo da fala, mas também a forma daquela comunicação. Um aspecto trazido pela autora em relação ao riso são os momentos em que ele pode aparecer até mesmo como forma de distanciamento entre a pessoa que narra e o que ela está narrando, principalmente quando o que se narra gera desconforto. Nessa situação, o riso serve como uma forma de mediação e preservação de quem ouve a narração<sup>9</sup>.

É necessário pontuar que esse foi um primeiro esforço na coleta, construção, escrita e análise de depoimentos de história oral. Não estavam dadas as condições objetivas para que se

---

7 FREITAS, Antonio Jerfson Lins de; ARAÚJO, Cosma Silva de; SALES, Telma Bessa. "O que essa entrevista está documentando?": entrevista com a professora Verena Alberti. **História Oral**, v. 20, n. 2, p.237-251, jul/dez. 2017.

8 FREITAS; ARAÚJO; SALES, 2017, P. 241.

9 Ibid., P. 241



fosse possível realizar um trabalho minucioso no que compete à coleta das fontes. Da mesma forma, pode ser considerada inicial e sujeita a falhas a metodologia pensada para a condução das entrevistas, pois em diversos momentos percebi dificuldades subjetivas na condução das questões e nas intervenções que fiz.

As entrevistas utilizadas para o presente artigo foram concedidas a mim no dia 5 de junho de 2019. As militantes serão identificadas por nomes fantasiosos, para preservação. Isso não minimiza a importância dessas vozes, que são a parte viva do trabalho. Foram feitas perguntas de forma ampla e utilizando palavras e construções de frases diferentes para cada entrevistada, de acordo com o ritmo das conversas. Como já comentado, a intenção foi de gerar conforto e não interromper as falas delas. Dessa forma, os questionamentos apareceram de formas diferentes, porém com o mesmo significado e intenção.

As entrevistas foram pensadas a partir de três eixos: um inicial, para perguntar a respeito da formação das entrevistadas enquanto militantes; um outro eixo sobre como é ser mulher no movimento estudantil; e um eixo final, sobre a divisão das tarefas e outras questões como o enfrentamento direto ao machismo no meio militante. Para o tópico inicial, foram realizadas perguntas como “como foi para você quando começou a militar?” e “o que te fez começar sua vida militante?”. Com essas perguntas se pretendeu dar início às entrevistas pensando já analisar como se deu o processo individual de cada pessoa e como ele foi sendo construído a partir das relações sociais colocadas.

A partir desse primeiro ponto, os outros dois foram sendo apresentados de formas diferentes, conforme as colaboradoras foram apresentando suas perspectivas. Foram feitas questões como “como você lida com o machismo no seu local de atuação?”; “como foi para você quando teve de realizar enfrentamentos diretos nesses espaços?”; “como é estar numa posição de liderança sendo mulher?”; “como você enxerga a divisão de tarefas?”; entre outras. Com essas questões, se buscou analisar o que o machismo e o papel social colocado para as mulheres interferiram na formação destas militantes, a partir das suas visões pessoais.

## **As entrevistas**

### **Julia – estudante de Ciências Sociais, militante do CALCS e da UJC<sup>10</sup>**

---

10 Respectivamente, Centro Acadêmico Livre de Ciências Sociais e União da Juventude Comunista. O CALCS é o centro acadêmico do curso de Ciências Sociais da UFSC e a UJC é o coletivo de juventude do Partido Comunista Brasileiro.



A entrevista com a Julia partiu do planejado na metodologia. A primeira pergunta feita foi sobre como se iniciou a sua militância, além de indagações como ela compreendia a interferência de ser mulher na sua forma de intervenção nos espaços de militância.

Por essas questões, se motivou buscar nas respostas da entrevistada os seus anseios pessoais, mas também as coisas que se repetem, como já foi levantado na introdução deste artigo. O quê, na fala da fonte oral, aparece quando falamos em machismo e em diferenciações baseadas no gênero? Como, a partir da narração da história de uma militante, podemos perceber as desigualdades de gênero e o que isso reproduz na subjetividade das militantes, dialeticamente também passando a interferir na objetividade de suas ações?

[...] quando eu entrei era um espaço tocado majoritariamente por homens, e homens já muito bem formados no movimento estudantil. Então, eu comecei nessa coisa de reprodução de tarefas... Não tive uma formação, assim... não tive ninguém me ensinando a fazer, ninguém me ensinando a formular política... é, mas a gente começa a quebrar a cara, começa a ter dificuldades de se impor, a gente vai perdendo a segurança né, nesses espaços... quando a gente começa a dividi-los com homens<sup>11</sup>.

Por esse trecho da fonte, podemos começar um debate sobre as diferenciações que o gênero coloca às mulheres na militância. A noção construída de que a mulher tem um lugar que é diferente do lugar do homem na sociedade está implícita no que a entrevistada coloca. Ela é consciente dessa construção colocada, e deixa implícita sua crítica a ela quando fala da reprodução de tarefas, sem formulação política por trás, dentro do CA. Também é interessante que logo no início da entrevista já venha à tona a questão da formação política, pois é colocado pela narradora a sua dificuldade em se colocar, em falar, nos espaços devido à composição majoritária de homens nele,

[...] hoje dois anos depois [...], só tem... dois homens, tocando o CA. E o resto é tudo mina. E como eu e outras amigas fomos passando por esse processo de uma maneira muito difícil, porque também envolve o nosso psicológico, e tudo mais, **a saúde mental vai lá pra baixo...** A gente vê hoje uma necessidade muito grande de tá formando essas pessoas nas entidades... [...] fazendo esse estímulo, de se formar antes sozinho, e **depois se formar coletivamente**. Porque essa dificuldade que eu passei junto com outras amigas **foram dificuldades que marcaram a gente assim, e que a gente sabe que é pra sempre**. Foi o meu primeiro contato com movimento estudantil e foi um **contato muito traumatizante**. (grifos meus)<sup>12</sup>.

11 Julia. Entrevista concedida a Isabela Tosta Ferreira para a produção deste artigo. Florianópolis, 5 de junho de 2019.

12 Ibid.



Então, podemos ver o quão perceptível para a entrevistada é olhar para o seu passado e analisá-lo sob a ótica das desigualdades de gênero e do machismo. Em sua fala são vistos diversos momentos em que essas diferenças são compreendidas, de fato, e situadas dentro de uma estrutura. A colocação da fragilização da saúde mental também é um fator importante para análise e que é cada vez mais explorado tanto no âmbito acadêmico quanto no cotidiano, até mesmo do movimento estudantil:

[...] alguns militantes, e todos eles homens, queriam me deixar à sombra, assim como a outras militantes lá de dentro também, e foi quando eu me organizei e comecei a me impor, e falas e comentários de humilhação querendo me diminuir, assim, na frente de todo mundo. Eram dias que eu não tinha mais vontade de ir pras reuniões do CA, mas que eu via cada vez mais uma necessidade, assim...<sup>13</sup>.

No acima citado, a entrevistada traz experiências de violência que sofreu por ser mulher e estar intervindo num espaço político. A relevância da saúde mental aparece novamente, no momento em que a entrevistada fala de toda a pressão que tinha de enfrentar para estar no seu centro acadêmico debatendo. A marcação da figura masculina como amedrontadora e muitas vezes não convidativa também aparece novamente. Isso chama a atenção para o machismo velado que as militantes enfrentam no seu cotidiano.

Com o debate cada vez mais crescente sobre o combate às opressões dentro do movimento estudantil, muito do machismo escancarado foi sumindo. Algo que pode ser trazido como uma justificativa para isso é justamente o combate que foi sendo feito. Há muito tempo não se vê um militante homem gritando com uma companheira, ou sendo abertamente machista em suas falas. Muito desse comportamento hoje se manifesta de forma velada, e isso também aparece na entrevista

[...] eu acho que as situações de machismo elas vêm mais camufladas, né? Porque a gente tá num movimento de esquerda, a gente tá num movimento marxista, revolucionário... comunista... então, elas não são tão escrachadas assim. E aí as situações de machismo vêm muito mais nessas reproduções de tarefas organizativas, etc... e de inferiorizar a gente, [exasperada] várias vezes, não só dentro das entidades... [...] aquela história né, "se você não consegue, se você não tem... segurança sobre o que você vai falar, não fala, é melhor não falar... não faz a fala", tipo te desencorajando a estar nos espaços... te deslegitimando de uma maneira ou de outra<sup>14</sup>.

As formas “ocultas” do machismo também se mostram extremamente relevantes, e interferem concretamente na atuação das militantes. O fato de um militante homem

---

13 Ibid.

14 Ibid.



desencorajar a fala da companheira, não ouvir o que ela tem a dizer, até mesmo não prestar a mínima atenção ao que ela está trazendo para o debate, estas também são expressões do machismo e precisam ser combatidas coerentemente. A fala da Julia se encerra nesse sentido. Não se trata apenas de reconhecer as situações de opressão, mas lutar para combatê-las entendendo como elas se estruturam, “o principal de a gente estar formando essas novas militantes é a gente fazer com que elas enxerguem essas situações que a gente não enxergou, e que a gente foi sofrendo depois, e que a gente sofre até hoje, por situações que já passaram, né... e que ficam<sup>15</sup>. É necessário, segundo a entrevistada, que a formação das militantes mulheres seja garantida, porque isso também nos ajuda e as ajuda a enfrentar essas dificuldades.

### **Carolina – o relato de uma jovem “muito rebelde e irritada”<sup>16</sup>**

A entrevista com a Carolina foi a primeira do projeto. Partiu do roteiro pensado e a primeira coisa indagada a ela foi como ela havia começado a militar “[...] uma jovem muito p\*tassa [risos], muito rebelde e irritada, militando independentemente no grêmio estudantil do IFSC e na União Florianopolitana dos Estudantes Secundaristas”<sup>17</sup>. As primeiras experiências da entrevistada no movimento estudantil não foram na universidade, mas sim no movimento estudantil secundarista. Assim, ela já abre a entrevista demarcando sua personalidade e como isso também influenciou sua formação,

[...] no começo eu era brava de tipo, berrar com as pessoas, assim, e eu tentava fazer isso pras pessoas me ouvirem... mas depois de um tempo eu comecei a perceber que se uma mulher, enfim, grita, berra, ela é tratada de louca e não vai ser escutada, né?... então você aprende mais ou menos a lidar com as dificuldades de ser mulher em um movimento<sup>18</sup>.

No primeiro momento, já aparecem as diferenciações de gênero. O comportamento feminino está muito mais aberto a críticas do que o masculino. Se uma mulher grita num espaço, ela é vista como a louca, a pessoa que não tem controle de si. Quando é um homem que faz isso, normalmente o entendimento é de que ele está num momento em que é compreensível gritar, ser grosseiro, “berrar na mesa, bater o punho na mesa, que nem um homem, porque ele vai ser né... o durão... vai ser sério, vai ser mesmo...bravo, enfim, e se a mulher fazer isso ela

---

15 Ibid.

16 Segundo ela mesma, na entrevista.

17 Carolina. Entrevista concedida a Isabela Tosta Ferreira para a produção deste artigo. Florianópolis, 5 de junho de 2019.

18 Ibid.



vai ser louca”<sup>19</sup>. Ou seja, existem papéis colocados para cada gênero, e eles são reproduzidos de forma muito intensa, mesmo por aqueles que buscam combatê-lo, como as feministas militantes, a exemplo de Julia e Carolina.

A questão da dificuldade de formação política que se coloca para as mulheres por conta da desigualdade de gênero aparece também quando pensamos nos começos das trajetórias delas. O receio em fazer perguntas e o medo de não ser “boa o suficiente” são bastante recorrentes, e têm grande impacto formativo, a despeito da desatenção que existe a respeito disso

[...] eu era muito nova, e o pessoal era bem mais velho e já sabia mais das coisas, e começava a falar [...] siglas, enfim, UFES, UCES, UBES, FENET, e... eu... eu não entendia as coisas direito e era muito claro assim como os meninos não tinham problema em perguntar o que que era aquilo, e... eu tinha muito problema de perguntar o que que era aquilo [...] porque eu tinha vergonha de falar que eu não sabia as coisas **como se eu fosse ser invalidada por não saber as coisas de primeira**, assim... e acho que é uma coisa que a gente vê muito **de que se a mulher não souber responder, saber de tudo sobre tudo** [...] ter que **se provar** muito mais... do que um homem tem que se provar, e também não ter medo... **eu acho que o homem não tem medo de errar na frente das pessoas, sabe?**<sup>20</sup> (grifos meus).

Esse aspecto da entrevista é bastante tocante porque mostra a concretude dessas desigualdades. Não é mera perfumaria apontar o machismo cotidiano nem uma preocupação com causas menores observar a discrepância que há entre a formação masculina e a feminina no âmbito da política (e não só nele). É fundamental compreender a complexidade da vivência feminina dentro desse arranjo social, porque ela nos molda completamente, da mesma forma com que molda os homens. Também fundamental é lutar para mudar isso cotidianamente

[...] realmente eu me obrigo a falar porque teve um momento em que eu coloquei na minha cabeça que se eu não fosse falar, a maioria das mulheres não ia falar, então ia ficar só um debate entre homens, e acho que não tem que ser assim né, acho que a gente tem que se colocar, então na maioria das vezes eu realmente me obrigo a falar as coisas porque senão é muito difícil que outra mulher faça falas, enfim... no movimento estudantil [...] os homens pegam o microfone pra falar qualquer m\*rda, tá ligado, rs [rindo alto] **e eles não tem vergonha nenhuma de falar uma fala toda mal preparada, e... eles nem gaguejam**, sendo que a gente... normalmente eu preparo fala, enfim, é... me concentro, e... ainda fico super nervosa,[...] mas acho que, isso de se obrigar a falar as coisas, é uma coisa muito recorrente assim<sup>21</sup>.

O momento da fala pública é frequentemente o mais difícil. Ambas entrevistadas colocam essa questão com bastante ênfase, e é preciso registrá-la aqui. O aspecto da preparação

---

19 Ibid.

20 Ibid.

21 Ibid.





e da insegurança colocam as mulheres numa posição de desgaste muito grande. Infelizmente para esta pesquisa não foi possível entrevistar companheiros homens e fazer de fato, uma análise comparativa entre as experiências do gênero masculino e as do feminino. No entanto, por uma questão de percepção da realidade, é difícil imaginar que os companheiros homens passem pelo tipo de pressão que as mulheres. A roupa, a aparência, a postura, o tom da voz, a escolha de palavras, tudo isso é levado em consideração no momento em que uma mulher fala. A insegurança é muito reproduzida e tem peso grande nesses momentos, de modo que não pode ser tratada como algo subjetivo e que não pertence ao debate público. Partindo da compreensão de Marx e Engels de que “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência”<sup>22</sup>, os problemas enfrentados pelas mulheres nas suas trajetórias advêm de compreensões subjetivadas por elas a partir da realidade social em que estão inseridas. Logo, este é um problema coletivo, cuja saída também é coletiva.

### Singularidades e universalidade

Segundo Verena Alberti (ano), a história oral permite “o acesso a ‘histórias dentro da história’”<sup>23</sup>. A partir dessa compreensão foi que se buscou nas fontes orais, as entrevistas, observar o movimento estudantil da UFSC, pensando as relações de gênero, e principalmente, como se dá a trajetória de formação e atuação política das mulheres. Por formação política, entende-se as experiências práticas aliadas à teoria e aos estudos, com vistas à interferência na realidade, objetivando a transformação da mesma. Parte-se da compreensão de Mirla Cisne<sup>24</sup> de que existem expressões de hierarquia mesmo entre a classe trabalhadora, ou seja, há opressões que se expressam dentro da organização dessa parte da sociedade e que produzem e reproduzem diferenciações, a saber, a desigualdade de gênero e a de raça, por exemplo. De acordo com Heleieth Saffioti:

O sexismo não é somente uma ideologia, reflete também, uma **estrutura de poder**, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres. Então poder-se ia perguntar: **o machismo favorece sempre os homens?** Para fazer justiça, **o sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações**. O saldo negativo maior é das mulheres, o que não deve obnubilar a inteligência daqueles que se interessam pelo assunto da democracia. As mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são **estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem**.

22 MARX; ENGELS; 2009, P. 32 apud CISNE, 2013, P. 52.

23 ALBERTI, 2010, P. 155.

24 CISNE, 2013. P. 43.



Isabela Tosta Ferreira

Isto constitui a raiz de muitos fenômenos, dentre os quais se pode realçar o fato de seguros de automóveis exclusivamente dirigidos por mulheres custarem menos, porque em geral, elas não usam o carro como arma, correm menos e são mais prudentes<sup>25</sup> (grifos meus).

A questão do sexismo<sup>26</sup> trazida por Saffioti nos ajuda a compreender como se dão as relações entre mulheres e homens não só no recorte do movimento estudantil, mas em todos os espaços. As atitudes de machismo reproduzidas por todos na sociedade capitalista interferem diretamente nas relações sociais, prejudicando, como Saffioti coloca, principalmente as mulheres. A reprodução de papéis sociais que colocam a mulher como a “apaziguadora” e o homem como “perigoso” e “agressivo” para justificar uma dualidade entre fraqueza e força aparecem em todas as falas coletadas. E isso corrobora justamente a compreensão de que há uma superestrutura por trás das ações individuais<sup>27</sup>.

Ainda buscando compreender quais as origens dessa opressão, e principalmente quais as formas de acabar com ela, Samora Machel (2020) aponta que na realidade o antagonismo que existe na nossa sociedade não consiste nas mulheres em oposição aos homens, mas sim num conflito entre a mulher e a ordem social, “entre todos os explorados, mulheres e homens, e a ordem social”<sup>28</sup>. Isto porque por trás de um conflito “entre sexos”, existe uma contradição entre classes sociais, cuja manutenção se dá por mecanismos ideológicos e culturais de dominação, como os processos educacionais<sup>29</sup> que moldaram por muito tempo e ainda moldam as ações das mulheres, colocando-as em posições que aparecem nas falas das entrevistadas e que são bastante perceptíveis também no nosso cotidiano – como a questão da passividade, da insegurança e da compreensão de inferioridade<sup>30</sup>.

Por isso é que se torna tão importante não individualizar as situações de machismo e violência. Não se deve relevá-las, é claro, mas é necessário ter em vista o sistema em que aqueles sujeitos se inserem, de modo de que torna-se fundamental buscar formar não apenas os homens mas também as mulheres no sentido da criação de uma nova moral, de novas formas de se relacionar.

Esta compreensão aparece nas falas de ambas entrevistadas, e demonstra a busca pela melhoria da sociedade através da formação, das metodologias pedagógicas e do que chamamos de paciência revolucionária. Se estamos todos inseridos num sistema que nos forma para sermos

---

25 SAFFIOTI, 2015, p. 37

26 Aqui considerados como desigualdade de gênero, violência de gênero e machismo.

27 “Todo indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história dessas relações, isto é, o resultado de todo o passado”. GRAMSCI, 1995, P. 40 apud CISNE, 2013, Pp. 30-31.

28 MACHEL, 2020, P. 240.

29 Ibid., P. 238-239.

30 Ibid., P. 238-239.



homens violentos e mulheres passivas, mas também violentas<sup>31</sup>, temos todos a tarefa de não apenas tentar parar de reproduzir esses valores e costumes, como também de ajudar-nos uns aos outros a também combaterem essas desigualdades sem nunca esquecer que estes são problemas estruturais, que só se transformarão na medida que o sistema se transforme também. Temos a tarefa de construir hoje as novas mulheres e os novos homens da nova sociedade.

## Conclusão

Este trabalho significou uma primeira tentativa de analisar de forma teórica e consequente as relações entre jovens mulheres e homens formando-se no movimento político. Através da história oral, busquei registrar as impressões das minhas companheiras acerca da realidade em que nós nos inserimos. Em diversos momentos este foi um trabalho difícil para mim, talvez porque eu tenha me visto nas experiências das minhas camaradas, e sentido na pele o que elas também sentiram. Por conta disso, os relatos que pude coletar serão doados ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH - UFSC) para que mais pessoas possam voltar-se para este debate e contribuir não apenas para a análise desses processos, mas sua superação. Nossos problemas são coletivos, como também é coletiva a saída para eles. Que possamos consolidá-la juntos, juntas e juntas.

## Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 234p ISBN 8522504733.

ALBERTI, Verena. Fontes Orais: Histórias dentro da História. In: PINSKI, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-202.

CISNE, Mirla. Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil. **Rio de Janeiro: UERJ**, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo, Boitempo, 2019. Pp. 188.

MACHEL, Samora. Os fundamentos da alienação da mulher. In: FAZZIO, Gabriel Landi; MANOEL, Jones; (Ed.). **Revolução Africana: Uma Antologia do Pensamento Marxista**. Autonomia Literária, 2020, Pp. 235-242.

FREITAS, Antonio Jerfson Lins de; ARAÚJO, Cosma Silva de; SALES, Telma Bessa. "O que essa entrevista está documentando?": entrevista com a professora Verena Alberti. **História**

---

31 No sentido da violência enquanto valor intrínseco da sociedade capitalista. Ver SAFFIOTI, 2015, Pp. 70-71.



**Oral**, v. 20, n. 2, p.237-251, jul/dez. 2017. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=issue&op=view&path%5B%5D=41> Acesso em: 02/07/2019

GUZZO, Morgani; WOLFF, Cristina Scheibe. Mobilizações feministas e LGBTQ+ na contemporaneidade: a efervescência dos coletivos na UFSC, em Florianópolis/SC. In: CRESCÊNCIO, C. L.; SILVA, J. G.; BRISTOT, L. S. **Histórias de Gênero**. São Paulo: Edições Verona, 2017.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e moral sexual**. Expressão Popular.

PEDRO, Joana Maria. Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância. **História Unisinos**, v. 9, n. 3, pp. 170-176, 2005.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. Letra e voz, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528 p.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 160 p.

---

Recebido em 09 de junho de 2019.

Aceito para publicação em 21 de agosto de 2020.



## **Italianos e caboclos: relações étnicas e territoriais no Oeste de Santa Catarina**

*Italians and caboclos: ethnic and territorial relations in the West of Santa Catarina*

Cauana Harz Lima<sup>1</sup>

**Resumo:** O território que compõe o Oeste catarinense foi palco de inúmeras disputas, essas disputas tiveram início com o processo de colonização das Américas e estenderam-se até a chegada das empresas colonizadoras no século XX. O objetivo desta pesquisa é levantar alguns pontos essenciais para a compreensão do processo de colonização, a disputa pelo território, a industrialização e as relações étnicas estabelecidas entre italianos e caboclos no final do século XIX até meados do século XX no Oeste de Santa Catarina.

**Palavras-chave:** Italianos; Colonização; Caboclos; Oeste Catarinense.

**Abstract:** The territory that forms the West of Santa Catarina has been the scene of countless disputes, these disputes have started with the colonization process of the Americas and extended until the arrival of colonizing companies in the 20th century. The objective of this research is to raise some essential points for the understanding of the colonization process, the dispute for the territory, the industrialization and the ethnic relations established between italians and caboclos in the end of the 19th century until the middle of the 20th centuries in the West of Santa Catarina.

**Keywords:** Italians; Colonization; Caboclos; West of Santa Catarina.

### **Introdução**

Até 1822 os territórios brasileiros não ocupados eram considerados imperiais, sendo assim, era o próprio rei que tinha o poder de conceder terras a quem desejasse através do regime de “Sesmaria”<sup>2</sup>. Após essa data a concessão de terras cessou e deu espaço para as ocupações não regulamentadas pela legislação, durante esse período o Império vivia um momento de expansão para o interior realizada principalmente pelos militares. Os militares foram os precursores do sistema de posses, sendo que esse mesmo grupo ficou responsável pela recolocação e expulsão dos moradores desses territórios<sup>3</sup>.

Na metade do século XIX foi promulgada a Lei de terras (1850), dentre os objetivos da nova legislação estavam a validação das sesmarias dos territórios considerados produtivos, a devolução à Coroa dos considerados improdutivos e a transformação da terra em mercadoria. A nova lei estimulava também a vinda de imigrantes ao Brasil:

---

<sup>1</sup>Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email: Ca94harz@gmail.com

<sup>2</sup> O Regime de Sesmaria permitia que os territórios não ocupados fossem povoados por grupos (europeus, cristãos etc) escolhidos pela Coroa, normalmente, a maior parte a terra cedida continuava sendo propriedade da Coroa.

<sup>3</sup> SOUZA, 2015, p. 3,4.

A Lei de terras oferecia incentivos aos imigrantes e não impunha nenhuma das restrições do projeto original para a aquisição de terras [...] imigrantes que comprassem terra e nelas morassem seriam recompensados com a naturalização depois de dois anos [...] ficavam isentos de prestar serviço militar [...] A lei permitia ao Tesouro utilizar os fundos gerados pelas vendas de terras e sua regulamentação para financiar o levantamento nacional de terras e para trazer anualmente certo número de imigrantes para o Brasil [...] esses imigrantes [...] tinham de trabalhar como empregados por períodos previamente específicos<sup>4</sup>.

Por outro lado, os povos nativos foram afetados de forma negativa pela nova lei, com a passagem de um regime de terras comunais para outro centrado no liberalismo a luta pela terra intensificou-se. Antes dos primeiros contatos o Oeste catarinense era habitado pelos Guaranis e Kaingang, já os Xoklengs situavam-se principalmente nos Campos de Lages, Curitiba e Caçador<sup>5</sup>. Devido aos inúmeros confrontos entre os nativos e os fazendeiros da região, os primeiros foram empurrados cada vez mais para o interior, para regiões mais afastadas, para os centros urbanos ou em outros casos esses grupos foram exterminados<sup>6</sup>. Além do povoamento ser visto como a chegada da “civilização” (promovendo a catequização ou expulsão dos indígenas) pelo homem branco, a colonização foi um meio de proteger o território do avanço argentino.

Além das disputas travadas inicialmente entre Portugal e Espanha, posteriormente, entre Argentina e Brasil, após a colonização ocorreu um processo de disputa étnica e cultural entre os grupos que habitavam o Oeste catarinense. Se por um lado os colonizadores buscavam desbravar terras para a produção agrícola, por outro, os indígenas viviam da pesca e da caça, sendo essencial para os últimos a existência das florestas fechadas<sup>7</sup>.

Com o crescimento das contendas os italianos e os fazendeiros contrataram bugreiros<sup>8</sup> para capturar e até mesmo exterminar os nativos. Esses bandos atacaram as terras indígenas e promoveram um verdadeiro massacre desses grupos. Além dos indígenas, o Oeste catarinense foi povoado também pelos caboclos, sendo assim, pode-se observar a existência de pelo menos três grupos distintos convivendo em um território comum. Levando em consideração o fato de que os próprios indígenas formam mais de um grupo étnico, esse número aumenta.

Os italianos costumavam chamar os caboclos de “brasileiros” e acreditavam que esse grupo era “pouco ligado ao trabalho”, por outro lado os colonos viam-se como verdadeiros

---

4 HOLSTON, 2013, p. 179.

5 RADIN, 2001, p. 19.

6 PAIM, 2006, p. 126.

7 RADIN, 2001, p. 24.

8 Esses indivíduos eram especialistas em atacar e matar grupos indígenas. Eles eram frequentemente contratados por fazendeiros ou pelo Governo.

pioneiros ligados fortemente ao ofício braçal. Essa perspectiva do italiano em relação ao brasileiro é uma forma de categorizar o “outro”, ou seja, formar a alteridade do caboclo “sem origem” (negativa) em detrimento do colonizador “de origem” (positiva). “A expressão comum entre os “de origem” para designar os “sem origem” é a seguinte: “cani, negri e corvi, tutti compagni (cachorros, negros e corvos, todos iguais)”<sup>9</sup>, o outro grupo por sua vez referia-se aos italianos como “gringos”.

### **Povoamento do Oeste catarinense e o incentivo à imigração**

Segundo pesquisas arqueológicas os primeiros indivíduos que deram origem aos povos Kaingang teriam chegado à região Oeste de Santa Catarina por volta de 5.500 a.C. A ocupação por parte dos brancos ocorreu milhares de anos depois através das investidas dos bandeirantes, das missões jesuítas e dos caminhos das tropas. O caminho das tropas foi essencial para a conquista desse território pelos portugueses, pois ao longo desse percurso onde as tropas passavam foram surgindo pontos estratégicos para o descanso dos animais, as invernadas tornaram-se territórios colonizados. Durante o século XIX e ao longo do século XX a extração da erva-mate e da madeira e a pecuária atraíram novos moradores para a região. Foram estabelecidas fazendas de criação nos campos de Palmas e do Erê, formando os primeiros latifúndios da região:

Além da criação, em regime extensivo, de gado vacum para consumo humano e de muares para o trabalho, essas fazendas dispunham de invernadas para o descanso das tropas. Os primeiros trabalhadores (assim considerados pela literatura) presentes na região estão representados na figura do serrano [...] O estabelecimento das fazendas de criar ensejou conflitos com a população autóctone<sup>10</sup>.

Um aspecto importante que despertou o interesse dos portugueses nessa região foi a grande quantidade de gados soltos que habitavam os campos sulinos. A ocupação desse território partiu inicialmente dos campos de Guarapuava indo em direção ao território que posteriormente seria de Santa Catarina e, como consequência, verificou-se o desenvolvimento da pecuária e a expansão do cultivo e corte da erva-mate.

A partir de 1875 houve uma intensificação na imigração italiana para o Brasil, isso aconteceu como consequência da introdução do capitalismo no meio rural italiano. As altas

---

9 RENK, 2006, p. 39.

10 RENK, WINCKLER, 2018, p. 12.



taxas de pobreza e o êxodo rural forçaram o campesinato italiano a migrar para outros países<sup>11</sup>. A imigração foi incentivada pelo governo brasileiro através da propaganda e de legislações específicas criadas para atrair os europeus para o Brasil. Um bom exemplo é a Inspetoria Geral de Terras e Colonização que foi criada com o objetivo de formar “centros de atração” a partir da oferta de pequenos lotes de terra<sup>12</sup>. O decreto n. 927, de 1892, regulamentou o serviço da Inspetoria Geral de Terras e Colonização proporcionando a concessão de terras, auxílios financeiros tanto para a viagem quanto para a instalação de novos imigrantes.

Renilda Vicenzi (2008), citando Hutter (1987) e De Boni e Costa (1982), afirma que essa imigração não ocorreu por mera escolha, mas como consequência de uma onda de calamidades naturais e da introdução do capitalismo no meio rural italiano. Altos impostos, superpopulação nas cidades por conta do êxodo rural, fenômenos climáticos que destruíram as plantações caracterizam esse processo de imigração às Américas<sup>13</sup>. Após uma longa viagem marcada muitas vezes pela escassez e até a morte, os imigrantes chegavam em solo americano com a esperança de uma vida melhor, de “fazer à América”.

No Oeste catarinense a colonização italiana foi incentivada pela empresa colonizadora Bertaso que se instalou em Chapecó no ano de 1918. Na propaganda da empresa colonizadora Bertaso (ANEXO I), o mapa do território acompanhava o seguinte texto transcrito por Vicenzi (2008):

As terras presentes no presente mappa são situadas no ponto mais importante do florescente Estado de Santa Catarina e se recommendam tanto pela fertilidade como pelo seu clima salubre. Pouco montanhosas, prestam-se admiravelmente ao mais variados cultivo. Si assim não for, isto é, si essas terras não forem, de facto, de 1ª qualidade para o plantio de fumo, feijão, milho, trigo, etc., e nas margens do Chapecó, também para canna de assucar, obrigo-me a pagar a viagem a todo aquele que as visitar<sup>14</sup>.

De acordo com a propaganda acima, a empresa pretendia garantir a suposta qualidade de suas terras, o território é descrito de forma simples e os principais atributos evidenciados estão relacionados às atividades laborais, uma forma de atingir o público-alvo. Com isso, o Estado garantia o domínio do território e a empresa colonizadora lucrava com a venda dos pequenos lotes de terra para os imigrantes.

---

11 VICENZI, 2008, p. 16.

12 Idem, p. 24.

13 Idem, p. 31.

14 VICENZI apud BERTASO, 2008, p. 81





Ao Estado interessava garantir a posse e o domínio da região. Povoando-a com núcleos populacionais agrícolas, legitimava seu poder sobre o território, impedindo assim que fosse alvo de reivindicações territoriais, como a apresentada pelo Paraná, ou de lutas pela posse de terras, como no caso do Contestado. Por seu lado, a Colonizadora Bertaso interessava-se na concessão de amplas áreas de terras a serem tituladas, para desmembrá-las em pequenas e médias glebas a serem vendidas para camponeses sequiosos de terra<sup>15</sup>.

Mas, de que forma essas empresas tomaram posse dessas antigas terras comunais? Inicialmente, o Estado concedeu grandes pedaços de terras às empresas colonizadoras, estas por sua vez, facilitaram a colonização através da venda de pequenos lotes aos imigrantes, marcando o processo de mercantilização da terra. O pagamento da terra pelos colonos era feito através de parcelas, em alguns casos os compradores sequer conheciam as terras adquiridas e em outras ocasiões esses locais já possuíam moradores que seriam expulsos de suas casas após a venda do território.

Caboclos e italianos possuíam visões diferentes em relação à ocupação, ao trabalho e aos modos de vida, enquanto os primeiros viviam baseados em uma economia de subsistência os segundos voltavam-se para a produção de excedentes.

Os caboclos viviam em casebres provisórios de tábuas lascadas e chão batido e plantavam principalmente feijão e milho, em pequenas roças de subsistência [...] Os colonos residiam em casas permanentes, produzindo gêneros de subsistência e mercantilizáveis [...] Os diferentes modos de produção criaram um verdadeiro abismo entre as duas comunidades, ensejando fortes preconceitos sobre os caboclos, entre os colonos; processo determinado e influenciado pela colonizadora<sup>16</sup>.

Sendo assim, a própria empresa colonizadora fomentava as diferenças culturais dos grupos ali existentes, os colonos eram vistos como os verdadeiros proprietários em oposição aos caboclo e aos indígenas, designados como intrusos. A vinda dos italianos para o território foi tratada como a chegada da civilização, a criação de gado e a coleta da erva-mate feita anteriormente deu lugar a um leque de outras atividades laborais. Dentre as novas atividades desenvolvidas pelos imigrantes estão a criação de novas estradas, a derrubada de matas, além do cultivo de alimentos e a criação de animais.

Junto com a colonização, os frigoríficos e a criação dos animais em poteiros substituíram a criação de animais para a subsistência, prática do homem caboclo. A industrialização que ocorre no Oeste de Santa Catarina foi consequência do processo de

---

15 VICENZI, 2006, p. 304-305.

16 id., 2008, p. 66, 67.



modernização que o próprio país passava nesse momento, sendo assim, o antigo sistema caboclo passa a ser visto como sinônimo de atraso. As empresas que se instalavam nesse território priorizavam a mão de obra italiana, pois acreditavam que estes indivíduos reproduziriam no ato laboral a mesma subordinação vertical característica do meio familiar destes grupos.

### **Caboclos e italianos**

A família cabocla que predominava no Oeste de Santa Catarina antes da colonização possuía características bem distintas da família italiana. Temos aqui duas formas diferentes de ver o mundo e de estabelecer relações sociais com o meio, tal diferença reflete-se nos conflitos travados pós-colonização e na forma como estes dois grupos constroem suas alteridades baseadas em sua própria experiência de vida.

O caboclo praticava a agricultura de subsistência e não estabelecia relações de posse com a terra, o *ethos* caboclo era caracterizado também pelo sistema de puxirões que nada mais era do que uma forma de ajuda mútua, o sistema de faxinal que “adotando um modo de apropriação comum dos recursos naturais [...] reuniam os pequenos sitiantes que compatibilizavam o criatório com o plantio, respeitando a floresta”<sup>17</sup> e as festas de “adoar” cujo objetivo era a doação recíproca. O pensamento caboclo voltava-se para a coletividade pois estes indivíduos acreditavam que a terra pertencia a Deus e (ou) ao país. Após a colonização e a introdução do sistema capitalista em terras oestinas, esse pensamento é visto como atraso, pois a partir de então os valores predominantes estão ligados à propriedade privada e a cultura italiana.

Antes da colonização a colheita da erva-mate era uma atividade laboral exclusiva do homem caboclo, após a vinda dos imigrantes essa ocupação passa a ser o centro de uma divisão étnico-classista. Dado o processo de industrialização, os ex-posseiros tornaram-se tarefeiros<sup>18</sup>, a maioria empregados pelos colonizadores, sendo assim, percebe-se que a divisão social existente entre estes dois grupos é marcada principalmente por uma forte desigualdade social. O caboclo teve que se adaptar ao novo sistema deixando de lado muitas de suas tradições, esse processo forçado que produziu um elevado número de pessoas em situação de pobreza despertou no caboclo um sentimento nostálgico de saudade do passado e o repúdio ao presente.

---

17 RENK, WINCKLER, 2018, 13.

18 Indivíduo que colhe a erva-mate, recebe por “tarefa”.



O “tempo d’antes” era visto pelo caboclo como sinônimo de felicidade e fartura em oposição ao tempo presente onde a introdução do capitalismo havia trazido consigo a pobreza extrema. Se anteriormente os caboclos criavam seus animais soltos para a subsistência e não possuíam um vínculo privado com a terra, após a vinda das empresas os antigos modos são abalados dando lugar à produção em massa de animais, voltados para a venda e a mercantilização do território.

A pobreza atual, com o mundo dividido entre os grandes e os pequenos (os brasileiros), acaba diferenciada, perceptível sob a acumulação de alguns e o despojamento de outros, principalmente dos “brasileiros” que brasileiros ficavam “pequenos” [...] De modo similar, a riqueza, o “estouro dos grandes” (aqui em especial os donos de firmas) implica a pobreza dos pequenos. Esta riqueza nada mais é do que subversão, à medida que para permitir a acumulação daqueles, os grandes, expropriaram os pequenos [...]<sup>19</sup>.

A cultura cabocla era caracterizada pela reciprocidade e ajuda mútua, com a introdução dos novos valores e com aumento da pobreza os sertanejos sentiram-se abandonados pelo Estado. Conscientemente ou não, eles utilizaram de sua cosmovisão para dar sentido às mudanças ocorridas, prova disso é a proliferação do pensamento messiânico e a eclosão da Guerra do Contestado que ocorreu entre 1912 e 1916.

Do lado italiano, a principal forma de trabalho era a agricultura, normalmente, os colonos faziam a derrubada das matas e em seguida realizavam a plantação. Ligados fortemente às atividades laborais os imigrantes possuíam uma divisão bem definida dos papéis familiares, os homens dedicavam-se à administração da propriedade enquanto as mulheres realizavam o trabalho doméstico e dedicavam-se também ao trabalho nas lavouras. Outro aspecto importante do *ethos* italiano é a caça, inicialmente este ato estava ligado à subsistência desse grupo, porém posteriormente passa a ser um momento de confraternização entre os pares.

Dados os momentos de escassez, os imigrantes desenvolveram um sistema de ajuda mútua, porém, este sistema limitava-se apenas aos indivíduos da mesma etnia. Esse sentimento de pertencimento ao grupo era tão forte que uma das principais preocupações era a miscigenação com o caboclo. O homem italiano devia casar-se com uma mulher dedicada ao trabalho que dado as circunstâncias e as crenças seria uma mulher proveniente da mesma etnia. A família italiana era estruturada em moldes tradicionais, os casamentos normalmente eram arranjos e estes indivíduos prezavam fortemente pela educação hierárquica e religiosa de seus filhos.

---

19 RENK, 2006, p. 53.



Estes dois grupos estabeleceram relações a partir do século XX no Oeste de Santa Catarina, estas relações foram marcadas pelas diferenças sociais, étnicas, culturais e religiosas. Como já citado anteriormente, um dos fatores que atraiu os caboclos para o Oeste de Santa Catarina foi a extração da erva-mate, com o processo de colonização a maior parte das terras cujas áreas são utilizadas para o cultivo da erva-mate, passaram a pertencer aos descendentes de italianos. Inicialmente, estes últimos começaram a construir barbaquás<sup>20</sup> restando aos caboclos o processo de extração da erva, cuja remuneração ocorria de acordo com o arroba colhido, “atualmente, a extração da erva-mate é um ofício étnico situado na mais baixa hierarquia das atividades laborativas. Nada estranho, portanto, que ocorram denúncias de trabalho escravo entre extratores de erva-mate”<sup>21</sup>. Esse tipo de trabalho é visto como o mais baixo dentro da hierarquia laboral, sendo considerado pelos colonos como “trabalho de caboclo”, quando um italiano “de origem” praticava a extração da erva-mate era considerado “acaboclado”, por consequência era visto como inferior.

Outro aspecto importante que ilustra as diferenças sociais existentes entre caboclos e italianos são as crenças religiosas. Para as empresas colonizadoras, bem como para o Estado, os imigrantes trariam consigo a civilização, civilização essa marcada principalmente pelo catolicismo oficial. Posteriormente, notou-se que isso não ocorreu pois assim como o caboclo o italiano valia-se de um catolicismo popular próprio, mesmo com essa diferença, o catolicismo caboclo foi acusado de heresia em detrimento do catolicismo italiano. As relações estabelecidas entre os homens da Igreja e os caboclos eram conflituosas:

Não eram assíduos às práticas religiosas. Ora comportavam-se como “cristãos novos”, ingressantes na Igreja, mas sob grande vigilância pelo temor de não terem abandonadas práticas tradicionais, tais como, o batismo em casa e nas águas “santas”, antes ou depois daquele feito na Igreja Católica. Este último seria o único ritual legítimo a ser admitido. Eram desqualificados pelas crenças tradicionais, consideradas agora superstições, e por não fornecer filhos para as vocações religiosas, ao contrário dos italianos e alemães<sup>22</sup>.

As festas de “adoar” já citadas anteriormente possuem caráter religioso, São João e São Roque são dois dos santos mais venerados pelos brasileiros e as festas em homenagem a estes santos permanecem até os dias atuais em diversas cidades do Oeste de Santa Catarina. Assim como os caboclos, os italianos ligavam-se também a vida religiosa, esse aspecto auxiliou na construção da identidade étnica-racial deste grupo. Sabendo disso, as empresas colonizadoras

---

20 Fornos utilizados para secar a erva-mate.

21 RENK, WINCKLER, 2018, p.14.

22 RENK, 2008, p. 61.



incluiram em suas propagandas informações que mostravam que os territórios que estavam à venda possuíam igrejas e sacerdotes. Os imigrantes dedicavam-se à construção de capelas, aos benzimentos e ao lazer ligado à vida religiosa, assim como os caboclos sua cultura popular diferencia-se dos dogmas oficiais da Igreja católica, como já dito anteriormente.

Existem muitos aspectos que separam o caboclo do italiano, por outro lado, existe um aspecto essencial que os unem: a mudança drástica de vida que ambos os grupos sofreram após a imigração e a colonização. Se por um lado o italiano sofreu com a introdução do capitalismo no meio rural na Itália e, por consequência teve que partir para o novo continente, por outro, o caboclo sentiu as mudanças estruturais após o advento da industrialização e da colonização. Mesmo com todas as mudanças, os caboclos preservaram muitos elementos culturais próprios, a sobrevivência de certos costumes sincretizados com a nova cultura italiana criou um ambiente cujas relações estabelecidas entre os grupos ora são conflituosas, ora sincréticas.

## **Conclusão**

A colonização italiana no Oeste de Santa Catarina, bem como o processo de industrialização deste território introduziu novos elementos culturais que, somados aos antigos costumes caboclos, produziu uma divisão étnica-classista. Essa separação manifesta-se através das relações estabelecidas entre ambos os grupos, porém, essa separação não é exclusivamente conflituosa. Ao mesmo tempo que ocorre uma divisão silenciosa ilustrada principalmente pela luta na erva, muitos outros aspectos de ambas as culturas foram mesclados e criaram uma outra sociedade, proveniente desse sincretismo. Se inicialmente era o caboclo com sua cultura que dominava os campos do Oeste de Santa Catarina, com o processo colonizador, a industrialização e a Lei de terras de 1850, antigas estruturas foram abaladas gerando conflitos como a Guerra do Contestado. Sendo assim, percebemos que essas diferenças proporcionaram ao Oeste catarinense um emaranhado cultural. A introdução do capitalismo, tanto no meio rural brasileiro quanto no meio rural italiano, interferiu de forma irreversível nas tradições existentes no seio das famílias caboclas e italianas. Os contatos provenientes disso criaram, por sua vez, novas relações sociais que até os dias atuais podem ser percebidas no território que hoje se situa Oeste catarinense.

## **Referências**



AZEVEDO, Tales de. **Italianos e gaúchos: Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1982. 319 p.

DIEL, Paulo Fernando. A Reforma Católica e o Catolicismo Popular Caboclo no Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (1903-1958). **Revista de Cultura Teológica**. ISSN (impresso) 0104-0529 (eletrônico) 2317-4307, [s.l.], n. 15, p.105-121, 21 mar. 2013. Portal de Revistas PUC SP. <http://dx.doi.org/10.19176/rct.v0i15.14276>.

FERRARI, Dilvan Luiz. **Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina**. 2003. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2003.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

PAIM, Elison Antonio. ASPECTOS DA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA. **Saeculum: Revista de História**, João Pessoa, n. 14, p.121-138, jun. 2006.

RADIN, José Carlos. **Italianos e Ítalos-Brasileiros na colonização do Oeste catarinense**. 2. ed. Joaçaba: Unoesc, 2001. 184 p.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do Ceom**. Chapecó, dez. 2006. p. 39-71.

RENK, Arlene. UNS TRABALHAM E OUTROS LUTAM:: BRASILEIROS E A LUTA NA ERVA. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 14, n. 6, p.239-258, nov. 2000.

RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. A formação socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina – uma narrativa acerca de franjas e retalhos da identidade regional. **Revista Cadernos do Ceom**, [s.l.], v. 31, n. 49, p.10-22, 4 dez. 2018. Cadernos do CEOM. <http://dx.doi.org/10.22562/2018.49.01>.

RENK, Arlene. CATOLICISMO POPULAR E ETNICIDADE NO OESTE CATARINENSE. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 25, p.60-70, dez. 2008.

SILVA, Augusto da; ROSA, Adenilson da. Antes do Oeste Catarinense: aspectos da vida econômica e social de uma região. **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n. 18, p.139-160, 2001.

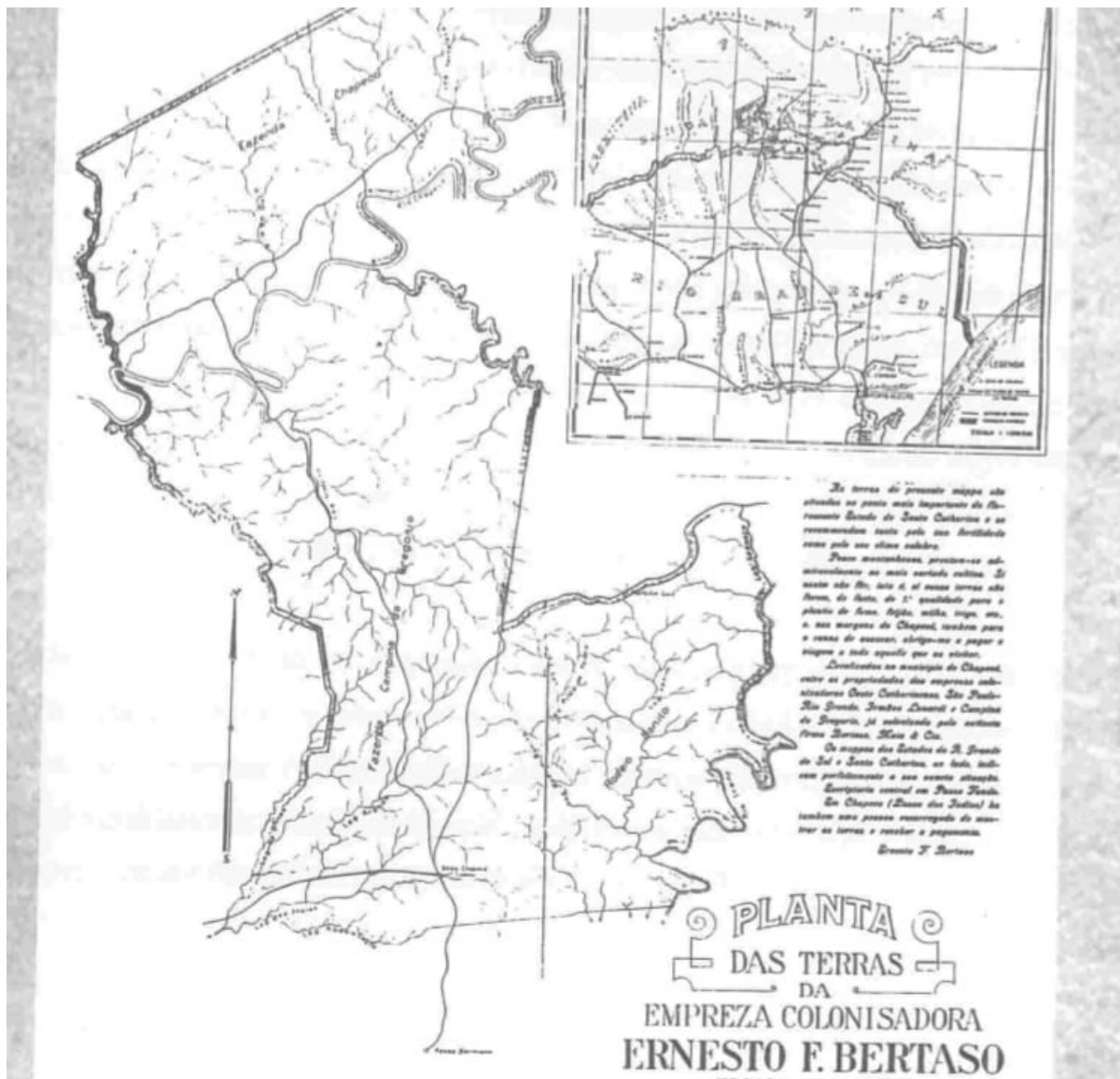
SOUZA, Almir Antonio de. A Lei de Terras no Brasil Império e os índios do Planalto Meridional: a luta política e diplomática do Kaingang Vitorino Condá (1845-1870). **Revista Brasileira de História**, [s.l.], v. 35, n. 70, p.109-130, 8 jan. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70007>.

VICENZI, Renilda. Colonizadora Bertaso e a (des) ocupação no Oeste Catarinense. **Cadernos do Ceom**. Chapecó, dez. 2006. p. 302-318.

VICENZI, Renilda. **Mito e História na colonização do Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2008. 162 p.



### Anexo I – Planta das terras da Colonizadora Ernesto F. Bertaso



Fonte: VICENZI, Renilda. **Mito e História na colonização do Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

Lê-se: “As terras presentes no presente mappa são situadas no ponto mais importante do florescente Estado de Santa Catarina e se recommendam tanto pela fertilidade como pelo seu clima salubre. Pouco montanhosas, prestam-se admiravelmente ao mais variados cultivo. Si assim não for, isto é, si essas terras não forem, de facto, de 1ª qualidade para o plantio de fumo, feijão, milho, trigo, etc., e nas margens do Chapecó, também para canna de assucar, obrigo-me a pagar a viagem a todo aquele que as visitar. Localizadas no município de Chapecó, entre as propriedades das empresas colonizadoras Oeste Catarinense, São Paulo - Rio Grande, Irmãos Lunardi e Campina do Gregório, já colonizada pela extinta firma Bertaso, Maia & Cia. Os mappas dos Estados do R. Grande do Sul e Santa Catharina, ao lado indicam perfeitamente a



sua exata situação. Escritorio central em Passo Fundo. Em Chapecó (Passo dos Índios) há também uma pessoa encarregada de mostrar as terras e receber o pagamento. Ernesto Bertaso.”

Transcrição: Renilda Vicenzi.

---

Recebido em 07 de junho de 2019.

Aceito para publicação em 24 de agosto de 2020.





## **Dar a ver o tempo nos túmulos do Itacorubi – Florianópolis/SC**

*Showing time in the Itacorubi graves – Florianópolis/SC*

Adriel Dalmolin Zortéa<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente estudo pretende observar as múltiplas temporalidades presentes no cemitério do Itacorubi, na cidade de Florianópolis (SC). Dada a existência de inscrições tumulares de distintos tempos históricos coexistindo umas às outras, estamos diante dos túmulos como diante de um complexo emaranhado de tempos heterogêneos a sobredeterminar o espaço fúnebre e formar anacronismos. Primeiramente, delimitamos a construção do cemitério e sua transferência da antiga localidade às proximidades da ponte Hercílio Luz, para o Itacorubi; depois, observamos os tempos disjuntos da história a sobre-existirem nos túmulos; enfim, enunciamos como o ato de ver não se restringe ao visível, mas é sempre operação de sujeito, inquieta e aberta. Como aporte, utilizamos o pensamento de Georges Didi-Huberman.  
**Palavras-chaves:** Imagem; Anacronismo; Cemitério; Florianópolis.

**Abstract:** The present paper intends to examine the multiple temporalities present in the Itacorubi cemetery, in the city of Florianópolis (SC). Given the existence of tombstone inscriptions of multiple historical periods coexisting with each other, we face these graves as complex entanglement of distinct timelines the overdetermine this funeral space and form anachronisms. In the first place, we bounded the construction of the cemetery and its transfer from its former location that was close to the Hercílio Luz bridge, to Itacorubi; after, we observed the time disjunctions that over-existed at the graves; at last, we enunciate that the act of sight does not restrict itself to what is visible, but is always in operation by the subject, restless and open. As theoretical support, we used the thoughts of Georges Didi-Huberman.  
**Keywords:** Image; Anachronism; Cemetery; Florianópolis.

### **Introdução**

O presente trabalho pretende costurar uma teia argumentativa através do uso e cruzamento de autoras e autores, detendo-se, principalmente, no trabalho do filósofo e historiador da arte Georges Didi-Huberman, para instrumentalizá-los como alicerce da construção de um texto que possibilite uma melhor compreensão acerca da sobredeterminação dos tempos no cemitério do Itacorubi, em Florianópolis/SC. Pensamos que, ao falar em cidade-imagem, cidade-cultura, cidade-imaginário, “para as quais os paradigmas interpretativos da cidade moderna já não são mais suficientes”<sup>2</sup>, podemos articular um deslocamento capaz de tratar de uma maneira não-rígida os lugares da cidade como espaços por excelência de temporalidades que misturam elementos díspares e constituem polifonias.

---

<sup>1</sup> Adriel Dalmolin Zortéa está cursando graduação em História com habilitação dupla pela UFSC. É bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET). E-mail: adrielzortea@outlook.com.  
<sup>2</sup> FLORES; CAMPOS, 2007, p. 269.

Assim, nosso objetivo é abarcar as noções de múltiplos tempos – anacrônicas, policrônicas – como instrumento heurístico cabível para complexificar a história, pois, se é a história “objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’”<sup>3</sup> não é tarefa do historiador/a preencher o tempo, mas *abri-lo*, observá-lo, questioná-lo. Ademais, segundo Maria Elizia Borges<sup>4</sup>, alguns cemitérios convencionais são denominados de “museus a céu aberto”, pois museus e cemitérios desenvolvem ações similares ao partir do mesmo princípio: conservar materialidade que causa estranhamento e produz conhecimento. A partir dessa relação, acreditamos ser cabível contribuir para um outro diálogo entre o presente e o passado.

### O cemitério problema

Primeiramente, enunciamos que os corpos mortos ocupam um lugar na história da ilha de Desterro: salienta-se que os enterros eram – no vir dos séculos XVII e XVIII – circunscritos ao interior dos espaços destinados à profissão da fé. Os mortos, neste período, eram muito bem integrados às práticas religiosas, pois, sua presença no âmbito físico lembrava constantemente às pessoas a existência do purgatório<sup>5</sup>. O que se poderia chamar de “incrustar dos mortos à vida religiosa” – em sua inclusão física ao interior das igrejas – tornou-se ainda mais conectado em 1726, com a elevação de Florianópolis, dado a seu posicionamento estratégico, à condição de Vila de Nossa Senhora de Desterro, inserida no aparelho administrativo e militar do governo metropolitano, e a construção de uma nova igreja, à Matriz, que passa a também conter os corpos tombados.

Contudo, as transformações sociais sofridas com/pela ação do tempo nas décadas que se seguiram, modificaram a maneira de se encerrar igrejas guardando corpos. Alocado ao lado de outros espaços, os enterros em igrejas passaram a ser criticados e, ainda segundo Heuer, foram totalmente proibidos em 1841. Aparentemente, a produção de saber médico sobre o urbano modificou os contornos dos espaços. A cidade higiênica nasce da racionalidade, “onde certas práticas e condutas são desclassificadas. O saber médico se torna a partir desse período, detentor das verdades humanas e parâmetro de avaliação”<sup>6</sup>.

---

3 BENJAMIN, 1987a, p. 229.

4 BORGES, 2016a.

5 HEUER, 2004, p. 17.

6 Ibidem, p. 28.



Dentro das novas teorias higiênicas, a configuração espacial da cidade constituía perigo à saúde das pessoas. As ruas estreitas e com ausência de planejamento, o lixo, os excrementos, os animais mortos, a concentração populacional, eram responsáveis pela má qualidade do ar, fator fundamental das teorias higiênicas do período. Com o crescente “movimento de profilaxia urbana (...) o cadáver começa a ser apontado como mais um dos causadores de doenças e flagelos da população”.<sup>7</sup> Surgem os cemitérios públicos. O primeiro cemitério público do Estado foi o de Desterro, onde, salienta-se que, uma das principais mudanças ocorridas foi a da individualização das sepulturas. Afinal, se com os cemitérios religiosos, já haviam sepulturas individuais, os mais pobres eram enterrados em valas comuns.

Contudo, Rosa<sup>8</sup> argumenta que, ao lado dos ideais sanitários, ocorria também o descontentamento da população com a atual localização do Cemitério Público, pois, “devido ao crescimento da cidade [o cemitério] passa a ficar muito próximo da área urbana”. Construíram-se novos prédios e outras avenidas, derrubaram-se construções outras, traçaram-se novos espaços e criaram-se novas condutas, como esperaram-se novos comportamentos para a população<sup>9</sup>. Paralelepípedos, esgotos, passeios públicos e outro deslocamento: considerava-se essencial a transferência dos corpos para locais mais adequados, distantes do centro da cidade, situação agravada com a construção da ponte Hercílio Luz, inaugurada em 1926, tendo o cemitério à sua cabeceira.

Eliane Veras da Veiga cita que os planos e as plantas da ponte foram aprovados ainda em 1920<sup>10</sup> ainda que, a ausência de uma política de saneamento mais geral impedisse que se concretizasse as melhorias necessárias. Ainda segundo Veiga foi no governo de Hercílio Luz que as medidas saneadoras de maior vulto ocorreram, aliadas às obras de paisagismo que valorizam a área. Segundo Castro, “diante dessas circunstâncias, a ponte Hercílio Luz faz remover os mortos do alto da colina, colocando-os em sua nova e distante morada”<sup>11</sup>. Castro ainda salienta que, diante das pressões para a manutenção de Florianópolis como centro político e administrativo do Estado, a elite leva à cabo um conjunto de intervenções sobre o espaço e a população, modelando outra capital. Analisando argumentos expressos em jornais ou em relatórios públicos, Castro defende que são muitas as referências à má localização do cemitério, sendo a posição do cemitério tratada como um problema que poderia ser resolvido.

---

7 Ibidem, p. 34.

8 ROSA, 2003, p. 49.

9 CASTRO, 2004.

10 VEIGA, 2010, p. 235.

11 Op. Cit., p. 27.

Logo, em 1925 é inaugurado o novo cemitério municipal, o cemitério São Francisco de Assis, popularmente conhecido como cemitério do Itacorubi, onde se localiza na ilha. Atualmente, o maior cemitério da capital, possui como dimensão 93, 270 m<sup>2</sup><sup>12</sup>. Processo dinâmico e essencialmente amplo, é importante ressaltar que a transferência do cemitério público de Florianópolis, de suas dependências à orla da baía costeira ao continente, para sua nova localidade, estendeu-se entre os anos de 1923 e 1926<sup>13</sup>. Túmulos de distintas épocas são realocados nesse movimento, e, ao adquirirem novo espaço, logo somam-se às futuras tumbas e assim, sucessivamente, seguem coexistindo, apesar de suas múltiplas temporalidades. Vamos a elas.

### O cemitério de múltiplos tempos

A hipótese a ser delineada às páginas que se seguem é a de que, ao adentrar um cemitério, adentra-se ao território de *outro* tempo, ou melhor, de outros *múltiplos* tempos. O caráter complexo e diferenciado das grandezas temporais – longas durações, micro-história, estruturas globais, singularidades locais - na escrita da história é latente. Georges Didi-Huberman recorda que Fernand Braudel reconheceu, ao enunciar a não-unilateralidade dos fatos históricos, as sobredeterminações da história; Reinhart Koselleck, ainda segundo Didi-Huberman, viu no tempo presente as dimensões do passado e do futuro em relação. Logo, e esse é o argumento de Didi-Huberman, por que rejeitar o *anacronismo*, quando esse exprime a complexidade dos polirritmos do tempo na história?

“Não vemos o que ainda justificaria o tabu do anacronismo numa disciplina que reconheceu, definitivamente, a coexistência das durações heterogêneas”<sup>14</sup>. Durações heterogêneas que agem no cemitério, a saber, constituído por túmulos de distintas épocas e sobre os quais pode-se *ver* a passagem do tempo. Assim, sobreposto à pedra trabalhada das imagens tumulares, o tempo olha seu expectador. A fissura aberta pela imagem dá a ver múltiplas temporalidades. Para Didi-Huberman, sempre, diante da imagem, estamos diante do tempo. Frente à imagem, frente aos túmulos do cemitério da antiga Desterro, somos nós, o elemento de passagem, o elemento da curta duração, e eles, as lápides, o elemento da longa duração. A imagem, as inscrições tumulares, provavelmente nos sobreviverão. Ela tem mais

---

12 ROSA, 2003, p. 49.

13 Para saber mais acerca da transferência dos corpos, suas exumações, ver o segundo capítulo da monografia de Elisiana Trilha Castro, defendida em 2004 no curso de bacharel em história da UDESC.

14 DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 45.



tempos que o historiador/a, mais passados, mais presentes, mais futuros, mais olhares distintos a perceberem-na e a invocarem-na.

Figura 1. Túmulo do cemitério do Itacorubi, Florianópolis/SC.



Fotografia: Adriel Dalmolin Zortéa, ago. 2019.

Figura 2. Túmulo do cemitério do Itacorubi, Florianópolis/SC.



Fotografia: Adriel Dalmolin Zortéa, ago. 2019.

Os túmulos não são, dessa maneira, restritos à ordem do eucrônico, da constância e da concordância. Eles pertencem ao tempo, impuro, múltiplo e fatalmente *anacrônico*. Estamos na rua, na cidade, como em um tempo dialético, onde o presente ressoa os rumores do tempo.<sup>15</sup> Olhemos o túmulo coberto de hera (figura 01), a relva morta, amarelada, seca, circunscrita sobre o chão que guarda o morto. Observemos as rachaduras sob a lápide, as manchas de terra ocre, os sulcos sobre a pedra, ao ponto de encobrir as iniciais do corpo guardado abaixo, a ocultar os anos de seu nascer e de seu morrer. Pode-se ler *hier*, palavra em língua alemã, acima de um nome que é agora indecifrável para nós. O ano de 1858 é o único decifrável em meio às cores sobrepostas às da lápide original. As folhas orgânicas da trepadeira suplantam a guirlanda de pedra gravada em relevo sob a lápide. O tempo agiu sobre a lápide, podemos visualizar a sua passagem. Um velho túmulo, um túmulo de outro tempo, um túmulo não contemporâneo a nós, mas coexistente a nós.

Ora, a dessemelhança dos trabalhos nos mármore em distintos túmulos é nítida. Mas também é nítida a estratificação temporal presente em um mesmo túmulo (figura 02). Corpos tombados em distintas épocas que foram alocados juntos, sob o mesmo mármore, a ocuparem

<sup>15</sup> DIDI-HUBERMAN, 2002, p. 47.

o mesmo volume. O primeiro corpo a morrer, com suas letras e seus números talhados sobre o mármore ainda bem visíveis na cor pálida do túmulo, é datado de 1921. O segundo, de 1922; o terceiro de 1929 e o quarto, de 1949. Que tempos, grosso modo, perpassam o túmulo? Arrisca-se dizer, e é esse o nosso argumento, que a todos, pois as variáveis difrações temporais, todas, coexistem. O cemitério é, sobredeterminado temporalmente, estamos diante do mármore tralhado como de um objeto de tempo complexo, impuro: uma extraordinária montagem de tempos heterogêneos que formam anacronismos<sup>16</sup>.

### O cemitério como volume-vazio

Contudo, mais do que temporalidades múltiplas que se acomodam e se estratificam, uma inscrição tumular *evoca* tempos ao abrir em seu espectador uma perda, uma ausência. A imagem já é nascida do vazio. A imagem, a *imago*, a imagem da ausência, o molde em cera do rosto do morto, guardado no nicho do átrio nas casas da Antiguidade. Afinal, “é uma banalidade verificar que a arte nasce funerária, e renasce apenas morre, sob o agulhão da morte”<sup>17</sup>. Há a imagem para não haver nada. A imagem faz a ausência visível ao transformá-la em outra forma de presença<sup>18</sup>. O volume, o túmulo, funciona como um corpo artificial, como um meio, pois as imagens necessitavam de corporificação para adquirir a visibilidade e “o corpo perdido é trocado pelo corpo visual da imagem”, já que elas “acontecem entre nós, que as olhamos, e seus meios, com os quais elas respondem ao nosso fitar”<sup>19</sup>.

Assim, ver é operação fendida, e, ver um túmulo é exemplar para saber que “o que vemos só vale – só vive – em nossos olhos pelo que nos olha”<sup>20</sup>. Olhemos as imagens para que essas comecem “a nos olhar a partir de seus espaços soterrados e tempos esboroados”<sup>21</sup>. Afinal, quando vemos o que está diante de nós, uma outra coisa sempre nos olha, impondo-se. O ato de ver nos remete, nos abre um *vazio* que nos concerne e, arrisca-se, nos constitui. Pois, cada objeto a ver, por mais exposto, torna-se *inelutável* quando é suportado por uma perda. “O que não vemos com toda a evidência (a evidência visível) não obstante nos olha como uma obra (uma obra visual) de perda”<sup>22</sup>. Um volume capaz de demonstrar vazio, um volume capaz de olhar-nos ao âmago, um volume capaz de esvaziar-se, e de esvaziar o humano. Um túmulo.

---

16 Ibidem. p. 23.

17 DEBRAY, 1993, p. 23.

18 BELTING, 2005, p. 69.

19 Ibidem. p., 69.

20 DIDI-HUBERMAN, 2018, p. 18.

21 DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 127.

22 Op. Cit., p. 34.

Figura 3. Túmulo do cemitério do Itacorubi, Florianópolis.



Fotografia: Adriel Dalmolin Zortéa, ago. 2019.

Figura 4. Túmulo do cemitério do Itacorubi, Florianópolis.



Fotografia: Adriel Dalmolin Zortéa, ago. 2019.

Afinal, existe o que se encontra em evidência, há aquilo o que vejo, apesar de tudo<sup>23</sup>, há o túmulo em seu evidente volume. Existe a massa de pedra trabalhada, essa massa de mármore branco, pálido, frio. Há a pedra a ocultar a carne. Por outro lado, há aquilo que me olha, e o que me olha não é da ordem do evidente, pois – e este é justamente o argumento – o fitar do espectador é respondido por uma *espécie de esvaziamento*. “O esvaziamento que aí, diante de mim, diz respeito ao inevitável por excelência, a saber: o destino o corpo semelhante ao meu, esvaziado de sua vida”<sup>24</sup>. O sentido inelutável da perda sustentada pelo túmulo, pelo olhar que responde ao sujeito, que perturba a capacidade humana de observá-lo simplesmente ao mostrar a sua *capacidade* de encerrar seus corpos queridos.

Ora, o túmulo impõe ao ser a sua própria *temporalidade futuro* de corpo tombado a fazer sob a pedra. E “impõe em mim a *imagem impossível* de ver daquilo que me fará o igual e o semelhante desse corpo em meu próprio destino de corpo que em breve se esvaziará”<sup>25</sup>. Ao olhar a imagem acima (figura 03), nota-se a escultura, o seu drapejo em volutas, as suas mãos a segurar um ramo de flores. Os cabelos a caírem sobre seus ombros, seus olhos fechados. E é aqui que o belo corpo escultural guarda o corpo morto. O corpo imaculado a erguer-se em pedra

23 DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 127.

24 DIDI-HUBERMAN, 2018, p. 37.

25 Ibidem, p. 38.

do corpo a esvaziar-se sob a terra. Um corpo em drapejo, um corpo em mortalha. Uma efígie, uma estátua, os corpos belos a erguerem-se, a escaparem em imagem, do silêncio da pedra.

Mas, justamente ao *mesmo tempo* em que os túmulos são capazes de demonstrar sua *temporalidade futura* de corpo morto resguardado em um volume, arriscamos *imaginar* que as lápides evocam também a *temporalidade mítica* do Juízo Final, dos anjos e suas trombetas a fazer erguer os mortos. Olhemos, pois, a cor, o pálido, o ocre, a grisalha. “As histórias santas são representadas a cores; a sua verdade mística (...) surgirá em grisalha”<sup>26</sup>. A imagem (figura 04) é uma pranteadora, uma imagem escultórica funérea muito comum em tradições como a italiana, a francesa e a inglesa no transcorrer do século XIX, recorrentes na América Latina no século XX. De produção serial, possuía tamanhos variados, que favoreciam o acesso de proprietários de hábitos burgueses às peças<sup>27</sup>. Uma beleza pura, celeste, angelical, um rosto melancólico a erguer-se de um corpo coberto de tecido plissado, guardando um volume para esvaziar os seres humanos. “O homem da crença prefere esvaziar os túmulos de suas carnes putrescentes, desesperadamente informes, para enchê-los de imagens corporais sublimes”<sup>28</sup>.

Um volume capaz de evocar a aura, essa “figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante por mais perto que ela esteja”<sup>29</sup>. Os corpos próximos a nós, mas impossíveis de serem acariciados, visualizados, *revividos*. Os corpos mortos guardados sob uma *fantasmática* construção em pedra, capaz de abrir tempos futuros e míticos. Para ver outra coisa que não a tautologia, para ver mais do que o que vemos presentemente. Ir além e ver os nossos próprios medos mortificados. “Dar a ver é sempre inquietar o ver, em seu ato, em seu sujeito. Ver é sempre uma operação de sujeito, portanto uma operação fendida, inquieta, agitada, aberta”<sup>30</sup>. Um imagem tumular transporta por emoção, sempre dirigida para alguém, para outro ser humano, pois “uma emoção totalmente solitária e incompreendida, não será sequer uma moção – um movimento –, será somente uma espécie de cisto morto”<sup>31</sup>.

## Considerações finais

---

26 DIDI-HUBERMAN, 2014, s./p.

27 BORGES, 2016b, p. 99-112.

28 DIDI-HUBERMAN, 2018, p. 48.

29 BENJAMIN, 1987b, p. 170.

30 Op. Cit., p. 77.

31 DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 33.



Nosso intuito foi o de, primeiramente, elucidar que os mortos ocuparam um lugar importante na cidade de Florianópolis, estando inseridos dentro das igrejas e, mais tarde, sendo seus deslocamentos peça chave dos planos organizacionais intrínsecos ao crescimento da capital de Santa Catarina. Contudo, rejeitando os modelos temporais como dado pré-discursivo, tencionamos nas páginas acima observar distintos pedaços de tempo a agir sobre um mesmo local, dando inteligibilidade a tese de que os espaços do cemitério do Itacorubi são polifônicos.

Portanto, ao insinuar uma fatal multiplicidade de ritmos históricos, objetivamos complexificar ideias temporais simplistas e lineares, escrutinando uma possibilidade de aprofundar, verticalmente, as noções de estratificação temporal a agir sobre os objetos históricos, constituindo-os e inserindo-os dentro de relações intrincadas e muito mais amplas, complexas e pormenorizadas do que se faz crer comumente. Ademais, rejeitando a tautologia ao insinuar querer ver mais nos túmulos, mais do que esses mostram presentemente, analisamos as possibilidades de nossos próprios olhos serem capazes de ver as imagens, verem os túmulos, não para capturá-los, mas para constitui-los como operação de sujeito<sup>32</sup>.

## Referências

BORGES, Maria Elizia. O cemitério como “museu a céu aberto”. In: **Congresso internacional imagens da morte: tempos e espaços da morte na sociedade**, VII edição, 2016a. Anais Eletrônicos. São Paulo. Disponível em <https://www.artefunerariabrasil.com.br/wp-content/uploads/2019/08/texto-final-cem.-museu-imagens-da-morte-2016.pdf>. Acesso em 25, out., 2019.

BORGES, Maria Elizia. No panteão da memória: as Ninfas de Didi-Huberman e as Pranteadoras Funerárias. In: Heloísa Selma Fernandes Capel; Márcio Pizarro Noronha; Rosângela Patriota (Org.). **História e Imagens Jornadas com Didi-Huberman**. São Paulo: Edições Verona, 2016b, v. 1, p. 99-112.

BELTING, Hans. Por uma antropologia das imagens. In: **Revista Concinnitas**, v. 1, n. 8, p. 65-78, 2005.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: **Obras Escolhidas I**. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987a, p. 222-232.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: **Obras Escolhidas I**. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987b, p. 165-196.

---

32 DIDI-HUBERMAN, 2018.



CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui jaz um cemitério:** a transferência do cemitério público de Florianópolis (1923-26) (Trabalho de Conclusão de Curso em História) Florianópolis: UDESC, 2004.

DEBRAY, Régis. **Vida e morte da imagem:** uma história do olhar no ocidente. Petrópolis: Vozes, 1993.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Cascas. In: **Revista Serrote**, São Paulo, Instituto Moreira Salles, v. 13, p. 98-133, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do tempo** – história da arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Grisalha:** poeira e poder do tempo. [Versão *kindle*]. Lisboa: Ymago, 2014.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imágenes pese a todo:** memoria visual del Holocausto. Barcelona: Paidós, 2004.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Ninfa Moderna** – essai sur le drapé tombé. Paris: Gallimard, 2002.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha.** São Paulo: Editora 34, 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Que emoção! Que emoção?** São Paulo: Editora 34, 2016.

HEUER, Johanna Wolfram. **A normatização dos sepultamentos em Nossa Senhora do Desterro:** uma história funerária (Dissertação de Mestrado em História) Florianópolis: UFSC, 2004.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. CAMPOS, Emerson César de. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). In: **Revista Brasileira de História**, v. 27, 2007, p. 267-296.

ROSA, Edna Teresinha da. **A relação das áreas de cemitérios com o crescimento urbano** (Dissertação de Mestrado em Geografia) Florianópolis: UFSC, 2003.

TOMASI, Julia Massucheti. Com velórios, enterros e missas de corpo presente: os rituais católicos de morte em Florianópolis na contemporaneidade. In: **Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”**, XV edição, 2014. Anais Eletrônicos. Florianópolis. Disponível em [http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1405903428\\_ARQUIVO\\_ArtigoJuliaMassuchetiTomasi.pdf](http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1405903428_ARQUIVO_ArtigoJuliaMassuchetiTomasi.pdf). Acesso em 25, out., 2019.

TOMASI, Julia Massucheti. **“Santinhas do Itacorubi”:** história e memória das milagreiras do cemitério São Francisco de Assis/Itacorubi, Florianópolis (1980-2016) (Tese de Doutorado em História) Florianópolis: UFSC, 2017.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis:** Memória Urbana. Florianópolis: Editora da UFSC/Fundação Franklin Cascaes, 2010.



Recebido em 05 de dezembro de 2019.

Aceito para publicação em 01 de setembro de 2020.



## **A salubridade da Ilha de Santa Catarina: políticas higienistas e a construção da Avenida do Saneamento**

*The health of Santa Catarina island: Hygienic policies and the construction of Avenida do Saneamento*

Ana Luiza Goularti Brunel<sup>1</sup>

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo analisar as mudanças que ocorreram no espaço central de Florianópolis durante o período compreendido entre as décadas finais do Império e as primeiras décadas do Regime Republicano no Brasil. Como tais transformações da paisagem urbana se relacionam com os discursos, práticas e interesses higienista e sanitaria que permearam a construção do espaço público. Personificadas na construção da Avenida Hercílio Luz, também conhecida como Avenida do Saneamento, essas medidas de saúde legitimaram o processo de “modernização” e urbanização da cidade ao mesmo tempo que a expulsão e exclusão de grupos sociais marginalizados.

**Palavras-chave:** Desterro; Saneamento; Reformas urbanas; Avenida Hercílio Luz.

**Abstract:** This paper aims to analyze the changes that occurred in the central urban space of Florianópolis during the period between the final decades of the Empire and the first decades of the Republican Regime in Brazil. How such transformations of the landscape relate to the hygienist’s and sanitary’s discourses, practices and interests that permeated the construction of public space. Embedded in the construction of Avenida Hercílio Luz, also known as Avenida do Saneamento, these health measures legitimized the process of “modernization” and urbanization of the city at the same time as the expulsion and exclusion of marginalized social groups.

**Keywords:** Desterro; Sanitation; Urban reforms; Avenida Hercílio Luz.

### **O pensamento higienista e a urbanização**

Se até a segunda metade do século XIX, as normativas sobre higiene e saúde urbana em Desterro, não se estendiam para além de “precárias campanhas de vacinação, regras para os funerais, determinações dos locais próprios para a instalação de hospitais, quarentenas a bordo dos navios que chegassem com doentes ao porto da cidade e campanhas de desinfecção, prevenção e profilaxias das doenças epidêmicas”<sup>2</sup>, as transformações realizadas em Paris pelo Barão Georges-Eugène Haussmann, prefeito da capital francesa entre 1853 e 1870, passam a servir como modelo cultural e de “civildade” para os brasileiros do século XIX e XX<sup>3</sup>.

---

1 Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista do Programa de Educação Tutorial PET-História. E-mail: anabrunel@hotmail.com

2 VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: Memória Urbana**. 3 ed. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010. p. 132.

3 BORGHEZAN, João Luiz Fernandes. **Urbanização, Saneamento e Marginalização: uma análise da construção da Avenida Hercílio Luz 1918-1922**. TCC (Graduação), UFSC, 2014.

Essas transformações urbanas que vão ocorrer na França e posteriormente, no Brasil, são fruto de ações higiênicas, responsáveis por uma série de mudanças nos hábitos e na maneira de morar dos cidadãos. Essas ações, inicialmente se apoiavam na “teoria dos meios”, originalmente sistematizada por Hipócrates, ainda em 300 a. C., e tinham a escolha de locais e de planejamento das cidades baseada nos contornos da higiene pública. Tendo como princípio as novas técnicas de sociabilidade e de reorganização do espaço, “a teoria dos meios, que passou a ser denominada assim, somente no século XIX, relacionava as características do meio físico, como clima, posição geográfica, qualidade da água, às condições de saúde das cidades”<sup>4</sup>.

É portando sob a influência da teoria dos meios, ou dos miasmas<sup>5</sup>, que as práticas sanitárias, modificadoras do espaço urbano, vão buscar sanear os meios e diminuir os impactos de certas doenças transmitidas nos espaços públicos. “Os higienistas entendiam que, era necessário fazer circular todos os elementos da natureza, em especial o ar e a água. Dessa forma, a estagnação desses elementos era seriamente condenada, pelos preceitos de higiene por eles propostos”<sup>6</sup>.

Estas teses, profundamente defendidas na Europa vão ter grande repercussão no Brasil, inicialmente nas cidades que sofriam grandes problemas de ordem higiênica, especialmente em função das estruturas urbanas coloniais que não davam mais conta do aumento da população e geravam problemas de insalubridade e de propagação de epidemias. Essas medidas tinham como objetivo o controle higiênico, mas também, social e moral.

Foi nesse período de transformação de um país colonial a um país republicano, com a modificação das relações de produção escravista para essencialmente capitalista, que se deu o impacto do movimento sanitário no Brasil, com a implantação de políticas de reforma sanitárias em grande parte do território nacional<sup>7</sup>.

Como aponta João Luiz Borghezán<sup>8</sup> o discurso científico higienista europeu vai ser legitimado no Brasil pelas elites econômicas e intelectuais como verdadeiro, principalmente visando interesses próprios, para a modernização, progresso e civilidade das cidades.

A administração pública de Desterro, seguindo a tendência das grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, vai adotar as teorias científicas para tomar medidas em relação a

---

4 MÜLLER, Gláucia Regina Ramos. **A Influência do Urbanismo Sanitarista na Transformação do Espaço Urbano em Florianópolis**. Dissertação (Mestrado), USFC, 2002. p. 18.

5 Emanação a que se atribuía, antes das descobertas da microbiologia, a contaminação das doenças infecciosas e epidêmicas. (HOUAISS, 2001)

6 MÜLLER, 2002 p. 19.

7 Ibid., p. 28.

8 BORGHEZAN, 2014, p. 21



A salubridade da Ilha de Santa Catarina: políticas higienistas e a construção da Avenida do Saneamento - Ana Luiza Goularti Brunel

contenção de epidemias e dos miasmas. As Posturas Municipais<sup>9</sup>, que regulavam amplamente, desde as atividades cotidianamente desenvolvidas no espaço público, até as questões ligadas à limpeza e construção de habitações, são fruto de “um padrão nacional de ordenamento dos centros urbanos e de vigilância do seu contingente populacional”<sup>10</sup>. O sanitarismo e higienismo social, portanto, não se restringiram somente ao controle epidêmico, mas constituíram um discurso sobre uma higienização moral. Curar a cidade não dizia respeito somente as doenças e epidemias patológicas, mas também a parte doente da sociedade, de forma que reformas urbanas sanitaristas deveriam preservar “o lado perfeito, saudável, em resumo, rico no centro das cidades”<sup>11</sup>.

Em seu importante *Ensaio sobre salubridade, estatística e pathologia da ilha de Santa Catarina e em particular da cidade do Desterro*, e publicado em 1864<sup>12</sup>, o Dr. João Ribeiro de Almeida, ao encontrar a cidade de Desterro em condições higiênicas “completamente menosprezadas”, não propõe menos que fazer-se “o mesmo que se fez em França: conhecer o mal em toda a sua extensão e remediá-lo tanto quanto seja possível, esclarecendo-se a população inteiramente ignorante a tal respeito e fazendo-se executar em todo o seu vigor as nossas leis gerais e municipais”<sup>13</sup>.

O médico esteve na cidade de Desterro por quatro anos a mando do governo Imperial, estudando as condições de higiene da cidade e, em seu levantamento, registra acerca da saúde pública, das condições climáticas e epidêmicas encontradas na Ilha de Santa Catarina, e particularmente, na cidade de Desterro<sup>14</sup>.

Portanto, o discurso científico higienista não se restringiu apenas a mudanças urbanas e espaciais, mas constituíram um discurso moral. Como aponta Almeida<sup>15</sup>, “a segurança do povo é a lei suprema”, e para fazer valer esse direito supremo, seria necessário o comprometimento nacional com a grande questão da salubridade e da higiene pública e privada, não só

---

9 Mais sobre legislações municipais que atuaram no processo de exclusão sócio-espacial no centro de Desterro ver: ANAISSI, Vinicius Possebon. Vivenciando uma cidade em transformação: cotidiano de classes populares no centro de Florianópolis (1899-1920). *Aedos*, v. 2, n. 4, p.309-317, Porto Alegre, nov. 2009. p.309-317.

10 GARCIA, Carla Laner. **Emanações perniciosas moralidade corrosiva: Os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro (1831-1864)**. Dissertação (Mestrado), UFSC, 2006. p. 22.

11 BORGHEZAN, 2014, p. 15.

12 Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Setor de Obras Raras. ALMEIDA, João Ribeiro de. **Ensaio sobre a salubridade, estatística e patologia sobre a Ilha de Santa Catarina e em particular da cidade do Desterro**, 1864.

13 ALMEIDA, 1864, p. 17.

14 GARCIA, 2006, p. 36.

15 ALMEIDA, 1864, p. 02.

A salubridade da Ilha de Santa Catarina: políticas higienistas e a construção da Avenida do Saneamento - Ana Luiza Goularti Brunel  
higienizando o ambiente físico do centro da cidade, mas todo o caráter não limpo, salubre e seguro da sociedade de Desterro.

### **A construção da paisagem urbana de Florianópolis/SC**

A Ilha de Santa Catarina, ocupada desde o início do século XVI, teve sua fundação efetiva como póvoa de Nossa Senhora do Desterro no ano de 1662, e já então era profundamente estratégica como posto ancoradouro e de abastecimento no Atlântico Sul e no acesso à Baía do Rio da Prata. Nascida olhando para o mar, é notório que o porto teve fundamental influência no desenvolvimento da formação urbana de Desterro.

A parte mais importante e populosa da cidade se construiu, portanto entre as baías Norte e Sul, principalmente o lado leste da praça central, e se estendendo até o Morro da Cruz, no que Eliane Veras da Veiga identifica como sendo o triângulo central de Desterro. Esta região ao o lado da baía sul, possuía desde a ocupação de Desterro, quatro cursos de água. A localização destes cursos de água se distribui pelo espaço central de forma a estar, a Fonte Ramos, próxima a atual Rua 7 de Setembro, o Largo da Palhoça, atual Vidal Ramos, a do Campo do Manejo, próximo ao Instituto Estadual de Educação e, finalmente, a Fonte Grande, atual Avenida Hercílio Luz. Esses cursos de água, “todos muito acanhados, com exceção do último, que era mais abundante, e coberto de sujeira”<sup>16</sup>.

Estes córregos “também eram alvo dos despejos. Do mesmo córrego que os habitantes tiravam água para usos domésticos, servia para lavar roupa e recebia toda espécie de dejetos. Dessa forma, assim como acontecia nas praias, essas casas tinham os fundos voltados para esses cursos de água”<sup>17</sup> e, portanto, o grande número de habitações em péssimas condições, mal construídas, ausentes de abastecimento de água e esgoto, agravam-se ao estado de insalubridade da cidade.

O Dr. João Ribeiro de Almeida<sup>18</sup> evidência veementemente estas condições:

Estas margens quase desde a origem do arrio, servem de origem de imundices, mas é sobretudo da rua do Vigário para o mar, que se observa em maior escala semelhante abuso. O que aqui se vê é realmente inaudito; por toda a parte montes de lixo já estratificados; lagos de urina podre em alguns pontos (na beira de um riacho!); aqui e ali cadáveres dispersos de cães, gatos, ratos, galinhas & em períodos mais ou menos avançados de putrefacção; restos de tudo, objetos putrescíveis ou não, tudo aqui se encontra; até já tive ocasião de

---

16 MÜLLER, 2002, p. 63.

17 Ibid., p. 66.

18 ALMEIDA, 1864, p. 45.



ver um colchão de cama de casados apodrecer lentamente em uma poça d'água e urina. Isto tem lugar no centro de uma cidade!

Apesar de ser um relato de testemunha ocular, o ensaio do Dr. Almeida não deixa de ser subjetivo e, portanto, é importante entender o documento a partir do lugar de onde ele está sendo proferido, assim como seus objetivos e implicações na realidade material. Sendo um instrumento de poder e dominação, o saber científico se instituiu como um discurso legitimador, relacionado a política e a manutenção de uma certa ordem pública e de controle da população.

É fundamental também apontar a descrição que o médico vai fazer dos três bairros “de triste aparência, onde se acham reunidos todos os elementos de insalubridade”<sup>19</sup>. São estes bairros a “Toca, Pedreira (com os becos adjacentes à Tronqueira) e finalmente a famosa Figueira. Encontram-se nestes bairros casinhas bem inferiores as senzalas de pretos em certas fazendas; tão pequenas, imundas, esburacadas e enfumaçadas são elas”<sup>20</sup>.

O primeiro deles, situado na encosta do morro do Menino Deus, constituído por pequenas casas, superlotadas, é majoritariamente habitado por pescadores e lavadeiras, trabalhadores do Mercado Público. “Resulta disto, que a umidade, que pouco a pouco vai evaporando, satura o ar e impregna tudo até a própria cama. Além da roupa lavada, guarda-se nessas casas peixe e os utensílios de pesca, tudo molhado e exalando cheiro característico de maresia”<sup>21</sup>.

Já os cortiços da Tronqueira e Pedreira “espécies de colmeias, somente ocupadas por zangões, são os quartos ou cubículos nojentos habitados promiscuamente por 6, 8 e 10 pessoas às vezes sem distinção de sexo nem idade; de modo que tem aqui as crianças uma famosa escola prática de imoralidade e devassidão”<sup>22</sup>.

Por fim, o bairro da Figueira, em condições um pouco melhor que a dos outros dois,

é habitado em grande parte por meretrizes da mais baixa classe, que aqui vivem aos grupos em casinha [...]. Bairro tenebroso, onde o assassinato não é extremamente raro e onde os que nele tentam aventuras se não perdem a vida ou a bolsa, pelo menos sofrem gravemente na saúde; eis o que acontece a soldados e marinheiros<sup>23</sup>.

---

19 ALMEIDA, 1864, p. 42.

20 Ibid., p. 42.

21 Ibid., p. 44.

22 Ibid., p. 45.

23 Ibid., p. 46.



A salubridade da Ilha de Santa Catarina: políticas higienistas e a construção da Avenida do Saneamento - Ana Luiza Goularti Brunel

Muitas das mulheres, segundo o médico autor do ensaio, “grandes megeras”, moram às vezes em uma só casa “com a volubilidade e imundícias próprias de tal gente”<sup>24</sup>. Resulta disto que são grandes os focos de infecções, especialmente de sífilis e de escândalos, em dito bairro. É por este motivo, talvez, que em seu levantamento sobre as doenças mais comuns a população da ilha, ao tratar especificamente da sífilis, Almeida enfatize profundamente o papel que as mulheres em situação de prostituição têm na disseminação da doença, e apesar disso, “dotadas de proverbial inconstância de caráter, as prostitutas em geral não se sujeitam por muito tempo a um tratamento regular, e muitas vezes acabam miseravelmente no hospital, para onde são conduzidas quando já nenhum recurso lhes poderá ser administrado utilmente”<sup>25</sup>.

Esses bairros e as populações que neles habitam e circulam, estão diretamente ligados com intensificação das atividades portuárias a partir da segunda metade do século XIX, os investimentos em áreas de urbanização do centro e o aumento da especulação imobiliária na área.

A construção de um espaço físico que funcionasse como o primeiro Mercado Público, por exemplo, que foi concluído em 1850 e inaugurado em 1851 na parte mais baixa do largo da Matriz<sup>26</sup>, faz parte deste processo de urbanização e modernização da cidade, e que se entrelaça com a organização urbana e social da Ilha.

Os discursos da higienização e estetização do espaço urbano funcionam como desculpa para a discriminação de grupos sociais que já são marginalizados, e acabam por propor soluções urbanas e arquitetônicas para problemas que são de ordem social, política e econômica. As pessoas mais pobres e escravizadas que viviam dos pequenos trabalhos nas ruas – as mulheres especialmente, que trabalhavam em barraquinhas como lavadeiras, vendedoras e quituteiras<sup>27</sup> – foram, com a construção do primeiro Mercado Público e as medidas de higienização dos espaços públicos centrais de Desterro, expulsas dos seus espaços de trabalho e subsistência.

Conforme o século avança, o porto vai, entretanto, perdendo a influência econômica, especialmente em função de seu despreparo estrutural para receber navios cada vez maiores e tecnológicos. Segundo Veiga<sup>28</sup>, é somente após a proclamação da República que Santa Catarina e principalmente a capital, “adquiriram outra fisionomia, desenvolvendo-se e progredindo mais

---

24 ALMEIDA, 1864, p. 46.

25 Ibid., p. 70.

26 Mais sobre o Mercado Público e trabalho ver: POPINIGIS, Fabiane. "Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras": Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro (Florianópolis) e seus arredores 1840-1890. *Afro-Ásia*, n. 46, p. 193-226, Salvador, 2012. p. 193-226.

27 Mais sobre as mulheres que faziam da rua seus lugares de trabalho ver: PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

28 VEIGA, 2010, p. 72.

A salubridade da Ilha de Santa Catarina: políticas higienistas e a construção da Avenida do Saneamento - Ana Luiza Goularti Brunel  
no decênio de 1890-1900 do que durante os sessenta e sete anos experimentados como Província do Império”. O movimento reformador urbano adquire especial força quando ocorrem mudanças na organização político-institucional, especialmente no que diz respeito a “divisão de responsabilidades entre o governo central, as províncias e as municipalidades na administração dos negócios referentes à saúde da população e à salubridade das cidades”<sup>29</sup>.

Como aponta Dilma Cabral<sup>30</sup>, é em 1886 que o decreto n. 9.554, reestrutura os serviços sanitários do Império, e os divide entre os terrestres e os marítimos, colocando a Inspetoria-Geral de Higiene como responsável pelo primeiro, e a Inspetoria-Geral de Saúde dos Portos, pelo segundo. “Pela nova estrutura, na Corte o serviço sanitário terrestre ficava responsável pelas atividades de propagação da vacina, enquanto o serviço sanitário dos portos respondia pelo socorro médico e pela polícia sanitária dos navios, ancoradouros e litoral, além das quarentenas marítimas”<sup>31</sup>.

Ainda antes da virada do século, em fevereiro de 1897 as Inspetorias Gerais de Saúde se uniriam em um só órgão nacionalmente, a Diretoria-Geral de Saúde Pública, que por meio de um decreto em janeiro de 1920, é extinta, reorganizando os serviços sanitários federais sob o Departamento Nacional de Saúde Pública, órgão que era subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores<sup>32</sup>.

É necessário, portanto, entender o efeito político das epidemias e das medidas sanitaristas e higienistas de controle epidêmico e social, e como elas atuaram na reestruturação do espaço urbano de Desterro e em uma segregação sócio-espacial que teve como efeito a discriminação de grupos sociais, já então marginalizados, e o favorecimento dos interesses de uma minoria privilegiada e que controlava econômica e politicamente a cidade.

## **A Avenida do Saneamento**

A compreensão de como os discursos, práticas e interesses higienistas e sanitaristas se articularam no passado e provocaram mudanças que são visíveis ainda hoje, ajudam no entendimento do processo de marginalização e segregação social e espacial que tomou lugar no espaço central de Desterro.

---

29 CABRAL, Dilma. **Inspeções de Saúde dos Portos**. 2019, s/p.

30 Ibid., s/p.

31 Ibid., s/p.

32 Idem, **Inspetoria-Geral de Saúde do Porto do Rio de Janeiro/Inspetorias de Saúde dos Portos [dos estados] (1889-1930)**, 2019, s/p.



Nesse sentido, a construção da Avenida Hercílio Luz, também conhecida como Avenida do Saneamento, entendida como “a pedra angular da higiene e modernização” das reformas urbanas na capital<sup>33</sup>, se encaixa em uma retórica que se relaciona com o discurso sanitarista, e mesmo estando temporalmente distante do ensaio do Dr. João Ribeiro de Almeida, é fruto de ideias que se estabelecem na ordem e imaginário público, se fazendo resultado das longas ligações que se estendem ao longo da história.

Em 1918, quando Hercílio Pedro da Luz, engenheiro e político influente na Província de Santa Catarina, assume o governo do estado já pela segunda vez, o movimento reformador urbano e a construção civil se tornam grandes suportes econômicos e políticos da cidade de Florianópolis<sup>34</sup>. Portanto, “as obras de viação que ligariam as macrorregiões de Santa Catarina por completo, era uma grande preocupação de seu governo; com elas Hercílio buscava centralizar o Estado, o mais amplamente possível, sob domínio do Partido Republicano”<sup>35</sup>.

A criação do Serviço de Higiene do Estado, também em 1918, foi importante para a realização de obras que iam desde a

[...] complementação da rede de água, implantação da rede elétrica, de esgoto, enxugo do solo, drenagem dos terrenos úmidos e pantanosos, limpeza dos rios e valas, remoção e destino do lixo, calçamento e arborização, limpeza das vias públicas, instalação de equipamentos sanitários e mictórios públicos; e, até mesmo, demolição de algumas edificações – os cortiços – considerados insalubres<sup>36</sup>.

Portanto, problemas relativos à saúde, doença, controle de epidemias e endemias, juntamente a medidas sanitaristas receberam atenção total do governador, e tornaram-se focos da administração hercilista<sup>37</sup>.

Para a modernização, embelezamento e saneamento da capital a construção de uma grande obra que melhorasse as condições higiênicas da cidade além de beneficiar a população da Ilha, seria fundamental para a consolidação de Florianópolis como capital de Santa Catarina. A escolha da canalização de toda a extensão do Rio da Fonte Grande, na região do centro, pensada desde 1887, conseqüentemente teve grande impacto “[...] não somente do ponto de

---

33 BORGHEZAN, 2014, p. 8.

34 Desterro teve seu nome alterado para Florianópolis, como homenagem a Floriano Peixoto, em 1º de outubro de 1894, ainda no primeiro mandato (1894-1898) de Hercílio Pedro da Luz como governador de Santa Catarina.

35 BORGHEZAN, 2014, p. 27.

36 MÜLLER, 2002, p. 104.

37 BORGHEZAN, 2014, p. 27.

A salubridade da Ilha de Santa Catarina: políticas higienistas e a construção da Avenida do Saneamento - Ana Luiza Goularti Brunel  
vista sanitário, mas principalmente do ponto de vista urbano, exercendo profunda modificação no traçado e na paisagem local”<sup>38</sup>.

No entanto, para que o rio fosse canalizado e a avenida fosse construída, centenas de “casebres” e “cortiços”, ocupados pelas parcelas mais pobres da população, deveriam ser demolidos e assim o problema social causado pela falta de moradia se soma as consequências das políticas higienistas e sanitárias. A situação de marginalidade, segregação e insalubridade já mencionadas e que são descritas no *Ensaio sobre salubridade*, do Dr. João Ribeiro de Almeida, embora se refiram a um período um pouco anterior, ainda tratam de condições de vida da população que se estendem até as décadas de 1920<sup>39</sup>.

Logo, a destruição dessas moradias, além de causar a migração de pessoas dentro da cidade vai causar um grande problema econômico, já que Códigos de Posturas e Regulamentos Sanitários municipais, dificultavam a construção de novas moradias e mesmo a locação de quartos já existentes. Além disso, o aumento da demanda também influenciava nos preços dos aluguéis, o que contribuía para o crescimento da especulação imobiliária nestas áreas centrais. Como as opções de deslocamento entre o centro e interior da Ilha também eram precárias, ocupar o interior não era uma alternativa para as pessoas que tinham sua fonte de renda do movimento do centro ou possuíam suas freguesias quase todas nessa região<sup>40</sup>.

A solução planejada pela administração da cidade “era a de construir casinhas de madeira nos arredores da cidade e as áreas mais próximas seriam as encostas dos morros limítrofes à Avenida Hercílio Luz”<sup>41</sup>, o que oferecia muitas vantagens para empresários e construtores, em resumo, a elite local. Essa proposta demonstra como os interesses particulares e do poder público, através de discursos e práticas higienistas e sanitárias, legitimaram o processo de “modernização” e urbanização da cidade ao mesmo tempo que expulsaram e excluíram destas áreas centrais grupos sociais marginalizados.

## Considerações finais

O pensamento higienista, profundamente defendido na Europa e que toma forma especialmente com as obras públicas de modernização de Paris, promovidas pelo prefeito Georges-Eugène Haussmann, vai chegar ao Brasil ainda no século XIX e servir como modelo

---

38 MÜLLER, 2002, p. 89-90.

39 BORGHEZAN, 2014, p. 61.

40 Ibid., p. 67-68.

41 Ibid., p. 69.



A salubridade da Ilha de Santa Catarina: políticas higienistas e a construção da Avenida do Saneamento - Ana Luiza Goularti Brunel

cultural e de “civilidade” para as elites econômicas e intelectuais nacionais. Influenciado pela teoria dos meios, ou dos miasmas, o higienismo e o sanitarismo vão incentivar modificações no espaço urbano, buscando sanear os meios e diminuir os impactos de doenças e epidemias que tomavam conta dos espaços públicos.

Entretanto, as reformas nas estruturas urbanas coloniais, que não davam mais conta do aumento da população acabavam gerando grandes problemas de insalubridade e de propagação de epidemias, tinham como objetivo além do controle sanitário uma higienização social e moral, não se restringindo somente ao controle epidêmico mas construindo um discurso de higienização moral. Dessa forma, “a medicina se institucionalizou com o respaldo da política, a partir das ações que estão sob o controle do Estado. [...] Para tanto, o Estado atuou como o seu principal arauto, consoante ao discurso e modelo de conhecimento veiculado pela medicina e suas instituições<sup>42</sup>.

O *Ensaio sobre salubridade, estatística e pathologia da ilha de Santa Catarina e em particular da cidade do Desterro*, e publicado em 1864<sup>43</sup>, pelo Dr. João Ribeiro de Almeida, ao estudar as condições de higiene da cidade de Desterro, registra acerca da saúde pública, das condições climáticas e epidêmicas encontradas na Ilha de Santa Catarina. Sua obra se relaciona com os discursos, práticas e interesses higienistas e sanitaristas e articulam mudanças no espaço que são visíveis ainda hoje e integram o processo de marginalização e segregação social e espacial que tomou lugar no espaço central de Desterro.

A construção da Avenida Hercílio Luz, também conhecida como Avenida do Saneamento, se estabelece como parte do processo de longa duração do desdobrar da história e é fruto de ideias que se estabeleceram na ordem e imaginário público sobre a higiene e modernização. É sob a justificativa da necessidade de modernização e saneamento que o Rio da Fonte Grande, na região do centro de Desterro, vai ser canalizado para dar lugar a uma grande obra urbana, modificando a cidade, não somente do ponto de vista sanitário, mas também socio-espacial.

Os “casebres” e “cortiços”, que dividiam espaço entre as margens das águas são demolidos e deixam a população mais pobre e marginalizada da cidade refém dos alugueis de novos quartos e da especulação imobiliária que só beneficia aqueles que são empresários e construtores, ou seja, a elite local.

---

42 GARCIA, 2006, p. 15.

43 Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Setor de Obras Raras. ALMEIDA, João Ribeiro de. **Ensaio sobre a salubridade, estatística e patologia sobre a Ilha de Santa Catarina e em particular da cidade do Desterro**, 1864.

Dessa forma, as mudanças que ocorreram no espaço urbano central de Florianópolis se relacionam com as práticas e interesses higienista e sanitaria, que legitimado pelas elites econômicas e intelectuais, principalmente em vista de interesses próprios, permearam a construção do espaço público. E como resultados do discurso que se estende pela longa duração do tempo da história, a construção da Avenida Hercílio Luz, se faz na espacialização da segregação.

## Referências

ANAISSE, Vinicius Possebon. Vivenciando uma cidade em transformação: cotidiano de classes populares no centro de Florianópolis (1899-1920). **Aedos**: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, v. 2, n. 4, p.309-317, nov. 2009. Semestral. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/10623/7005> Acesso em 30 jan. 2020.

BORGHEZAN, João Luiz Fernandes. **Urbanização, Saneamento e Marginalização**: uma análise da construção da Avenida Hercílio Luz 1918-1922. 2014. 85 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131739/TCC%20Joao%20Luiz%20F.%20B.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 30 out. 2019.

CABRAL, Dilma. **Diretoria-Geral de Saúde Pública**. 2019. Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/component/content/article?id=567> Acesso em 30 out. 2019.

CABRAL, Dilma. **Inspecões de Saúde dos Portos**. 2019. Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/328-inspecoes-de-saude-dos-portos> Acesso em 30 out. 2019.

CABRAL, Dilma. **Inspetoria-Geral de Saúde do Porto do Rio de Janeiro/Inspetorias de Saúde dos Portos [dos estados] (1889-1930)**. 2019. Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/583-inspetoria-geral-de-saude-do-porto-do-rio-de-janeiro-inspetorias-de-saude-dos-portos-dos-estados> Acesso em 30 out. 2019.

GARCIA, Carla Laner. **Emanações perniciosas moralidade corrosiva**: Os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro (1831-1864). 2006. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal da Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/30369336.pdf> Acesso em 30 out. 2019.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MÜLLER, Glaucia Regina Ramos. **A Influência do Urbanismo Sanitarista na Transformação do Espaço Urbano em Florianópolis**. 2002. 137 f. Dissertação (Mestrado) -



A salubridade da Ilha de Santa Catarina: políticas higienistas e a construção da Avenida do Saneamento - Ana Luiza Goularti Brunel

Curso de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/83510/195469.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 out. 2019.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

POPINIGIS, Fabiane. "Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras": Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro (Florianópolis) e seus arredores 1840-1890. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 46, p. 193-226, 2012. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0002-05912012000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912012000200006&lng=en&nrm=iso) Acesso em 30 out. 2019.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis**: Memória Urbana. 3 ed. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010, 464p.

### Fontes

ALMEIDA, João Ribeiro de. **Ensaio sobre salubridade, estatística e pathologia da ilha de Santa Catarina e em particular da cidade do Desterro**. Nossa Senhora do Desterro, Typ. J.J. Lopes, 94 p., 1864, apud, CARNEIRO, A. Enciclopédia de Santa Catharina, vol. 13. (cópia datilografada – Setor de obras raras – Biblioteca Central – UFSC).

---

Recebido em 14 de julho de 2020.

Aceito para publicação em 03 de agosto de 2020.



## **Gritos do subsolo: a trajetória dos Sindicatos dos Mineiros do Carvão de Criciúma (SC) e do Ouro em Nova Lima (MG)**

*Screams from the underground: the trajectory of the Union's of the coal miners in Criciúma (SC) and gold in Nova Lima (MG)*

Pedro Gabriel Viana de Souza<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar a formação das representações sindicais da classe trabalhadora mineira da extração do carvão em Criciúma (SC) e do ouro em Nova Lima (MG) e quais são as suas semelhanças e distinções. Para tal, serão utilizadas diversas produções acadêmicas que abordam o tema, assim como, em menor medida, publicações da sociedade da época, notícias e relatos que compõem as fontes documentais deste trabalho.

**Palavras-chave:** História de Santa Catarina; Trabalho nas minas; Trabalhismo; História de Minas Gerais; Mineração.

**Abstract:** This paper aims to analyze the formation of union representations of the mining working class from coal mining in Criciúma (SC) and gold in Nova Lima (MG) and what are their similarities and distinctions. To this end, several academic productions that address the theme will be used, as well as, to a lesser extent, publications from society at the time, news and reports that make up the documentary sources of this work.

**Keywords:** History of Santa Catarina; Work on mines; Laborism; History of Minas Gerais; Mining.

### **Introdução**

A escolha do período abordado vai do início dos anos 1930 aos anos 1940, dado ser o momento de fomentação e início das atividades operárias organizadas em representações das localidades de Criciúma e Nova Lima. A abordagem do que seria a constituição política e social de um sindicato está inserida na própria temporalidade que o termo sugere, sendo trabalhado a partir das representações sindicais oficiais surgidas nos períodos já citados.<sup>2</sup> Já a escolha do tema recai sobre a importância singular que a mineração assume na formação histórica e econômica brasileira, bem como o papel de vitalidade na manutenção de inúmeros aspectos das sociedades industriais contemporâneas e os recentes crimes sócio-ambientais praticados pela atividade mineradora em território nacional, com infeliz destaque para os recentes rompimentos de barragens de contenção de resíduos decorrentes da extração de minério de ferro em Minas

---

<sup>1</sup> Aluno de Graduação do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: viana.pedrog@gmail.com

<sup>2</sup> Para melhor contextualização do sindicalismo no Brasil e suas transformações históricas ver: SANTANA, 1998, pp. 19-35.



Gerais que suscitaram importantíssimos debates na sociedade civil e se tornaram um foco de produção acadêmica. Como efeito prático dessas discussões, foi criado o curso de Ciências Socioambientais, na Universidade Federal de Minas Gerais, em 2010, que possui um vasto arcabouço teórico-conceitual, tendo como norte, a questão minerária e seus desdobramentos. A escolha das localidades de Nova Lima (MG) e de Criciúma (SC) no presente trabalho se dá no fato de serem as principais regiões produtoras de ouro e carvão mineral (respectivamente) no contexto nacional de fomento aos sindicatos de mineiros.

No caso da extração de ouro a sua importância recai mais sobre o valor financeiro agregado a tal *commodity* do que por sua importância técnica-industrial. Já no caso do carvão nota-se um movimento contrário: baixo valor de mercado, mas enorme importância técnica-industrial até a primeira metade do século XX. Entretanto, como já citado, neste trabalho o foco será na experiência dos homens e mulheres que estão na linha-de-frente da extração destes recursos e quais os percursos de suas representações sindicais no contexto de promoção de políticas públicas voltadas para a legislação trabalhista nacional, condensadas na chamada Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) encabeçadas pelas gestões presidenciais de Getúlio Vargas e o modelo econômico que se pretendia implantar.

Neste trabalho será feita uma divisão em três momentos: uma contextualização da questão do trabalho na mina de ouro de Morro Velho (MG), posteriormente uma mesma análise da extração de carvão da região de Criciúma (SC) e, ao final, um comparativo do componente trabalhista dentro do meio sindical das duas realidades a fim de concluir as semelhanças e diferenças nos dois casos e as transformações às quais estiveram envolvidas essa classe.

### **A Mina De Morro Velho: séculos de exploração da terra e dos trabalhadores**

Tinha lá um chamado Capitão do Chapéu, um inglês. Ele só andava com o chapéu enterrado na cabeça, montado numa besta. Esse Capitão do Chapéu tinha uma besta que ele escolheu a mão, enorme. Um animal bonito. E ele andava com uma tala. Tala é uma espécie de cassetete de couro cru, para bater no animal. Machuca mesmo. Ele entrava com isso dentro da mina, de bota, vestido a caráter. E quando encontrava algum operário cochilando, por exemplo, ele metia a tala no operário. Batia mesmo. Era uma verdadeira escravidão. O camarada que reagisse, ele mandava embora direto, quando não mandava os capanga<sup>3</sup>.

---

3 Entrevista do ex-mineiro Waldir dos Santos, presente em: MAIA, 2014, p.1199.

A extração de minerais em larga escala em Minas Gerais se dá desde o século XVII e ainda hoje representa grande parte de tudo que é produzido naquele estado que, mesmo sendo possuidor de grandes polos industriais, tecnológicos e agroextrativistas, ainda vê na atividade mineradora um sustento vital para o modelo econômico daquelas terras. Isto é, claro, sem esquecer da importância econômica e estratégica nacional que as diversas jazidas minerais de MG têm para o Brasil e sua indústria. O caso particular do ouro é, em grande medida, responsável por toda uma mudança na dinâmica colonial da América Portuguesa e nas transformações globais que seriam desencadeadas pela extração deste metal na colônia portuguesa<sup>4</sup>. As reservas de minerais em Minas Gerais (atualmente com grande ênfase na exploração de ferro, manganês e pedras preciosas) fazem daquele um grande estado produtor de diversas *commodities* e dão a cara da paisagem montanhosa de grande parte da região na forma de minas (subterrâneas e a céu aberto) que, entre outras atividades, tornam possível afirmar que a classe trabalhadora e as próprias Minas Gerais possuem um coração de ouro mas um verdadeiro peito de ferro<sup>5</sup>. O poeta Carlos Drummond de Andrade, natural de Itabira, um dos polos de extração de ferro dentro do Quadrilátero Ferrífero, traduziria com maestria o sentimento carregado pela gente que habita aquela terra tão castigada pela mineração.

O Maior Trem do Mundo, de Carlos Drummond de Andrade

O maior trem do mundo  
 Leva minha terra  
 Para a Alemanha  
 Leva minha terra  
 Para o Canadá  
 Leva minha terra  
 Para o Japão

O maior trem do mundo  
 Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel  
 Engatadas geminadas desembestadas  
 Leva meu tempo, minha infância, minha vida  
 Triturada em 163 vagões de minério e destruição  
 O maior trem do mundo  
 Transporta a coisa mínima do mundo  
 Meu coração itabirano

Lá vai o trem maior do mundo  
 Vai serpenteando, vai sumindo  
 E um dia, eu sei não voltará

4 Para uma breve relação entre a exploração de ouro na América Portuguesa e a industrialização britânica ver: GALEANO, 2012. p.53-55.

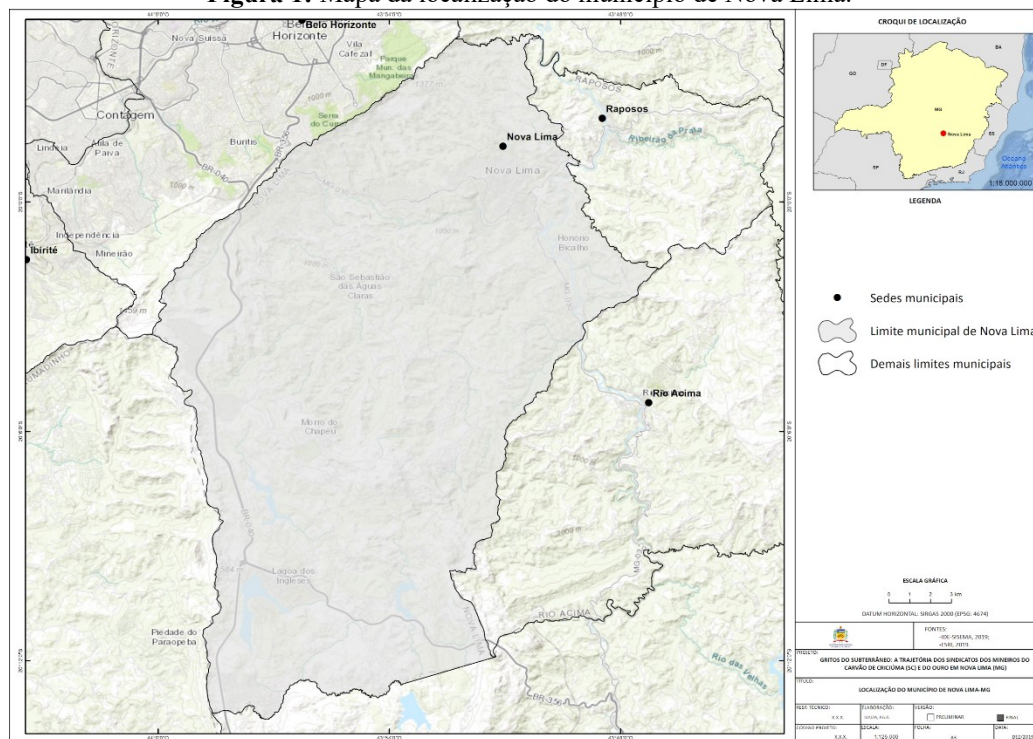
5 RUAS, 1950.



Pois nem terra nem coração existem mais<sup>6</sup>.

A Mina de Morro Velho se localiza no atual município de Nova Lima (ver figura 1) que conta com uma população estimada em 94.889 habitantes<sup>7</sup> e se encontra na terceira região metropolitana mais populosa do Brasil, a de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais<sup>8</sup>. A barreira física entre Nova Lima e Belo Horizonte é a Serra do Curral (Nova Lima ocupa a porção leste do Curral, enquanto Belo Horizonte fica na parte oeste e se apropria da serra como símbolo da capital mineira), formação geológica riquíssima em ferro que compõe o complexo montanhoso da Serra do Espinhaço (a única formação montanhosa em território nacional que pode ser considerada uma cordilheira) que se estende do centro de Minas Gerais ao sul da Bahia. E é exatamente no complexo da Serra do Espinhaço que se encontra uma das maiores reservas de minério de ferro e manganês do mundo, o Quadrilátero Ferrífero, que dita a economia e o cotidiano de dezenas de cidades da região. Nesta área, a paisagem que se estende no horizonte tem sua marca principal em um contorno montanhoso que pode parecer um verdadeiro mar incrustado no meio de MG, bem longe do litoral, um “mar de morros”<sup>9</sup> ao observador.

**Figura 1:** Mapa da localização do município de Nova Lima.



Fonte: Elaboração do autor.

6 DRUMMOND DE ANDRADE, 1984.

7 IBGE, 2019a.

8 IBGE, 2016.

9 AB'SÁBER, 1970.

Entretanto, hoje este mar também pode ser confundido com uma paisagem lunar ou marciana, na qual a superfície se torna uma mescla de crateras profundas e vermelhas das inúmeras e gigantescas minas que expõem sob os golpes brutos do maquinário pesado e do suor humano, uma grande parte de todo o ferro consumido nacional e internacionalmente. E ao lado de cada uma dessas minas há também um filho renegado da mineração, as (famosas por amargura e tragédia) barragens de rejeito amplamente suscetíveis a rompimentos periódicos - um dos quais o autor teve a enorme infelicidade de presenciar pessoalmente, o de Brumadinho, em 2019, enquanto visitava a cidade no momento do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão. Nova Lima, juntamente com Mariana, Brumadinho, Itabira, entre outras, é uma dessas cidades-chave na exploração de ferro e já figurou nas primeiras páginas de jornais pela devastação humana e ambiental causada pela exploração ferrífera,<sup>10</sup> e para sua maldição (e benção do capital estrangeiro), o município também possui grandes jazidas de ouro e é na extração deste valiosíssimo metal que este trabalho pretende focar. A exploração de ouro na região data de séculos atrás, quando da grande exploração aurífera das reservas de aluvião<sup>11</sup> do precioso metal em Minas Gerais. A Mina de Morro Velho, teve as suas atividades iniciadas em 1834 de forma sistemática, apesar de já possuir explorações por parte da população local desde o século XVIII e atualmente é o complexo de minas de ouro mais antigo e ainda em operação do mundo. Para compreendermos o início da exploração aurífera na região de Nova Lima devemos contextualizar como funcionava a exploração mineral no Brasil Imperial, à qual de Freitas e Souza (2012) nos ajuda a elucidar:

Ao contrário do que imagina o senso comum, Minas Gerais ainda guardava toneladas de ouro em seu subsolo no século XIX. No entanto, esta riqueza se encontrava nas jazidas primárias localizadas há metros, ou mesmo quilômetros, de profundidade, que o know-how português/africano do século anterior foi incapaz de atingir. [...] Na sequência, diversas minas abandonadas, mas ainda ricas, foram adquiridas por companhias estrangeiras, sobretudo inglesas. [...] Servindo-se de avultado capital, maquinário moderno, administração empresarial e grande contingente de trabalhadores, estas empresas impulsionaram o segundo rush do ouro na Província dourada. Este insulamento industrial em antigas localidades reanimou o setor extrativo e provocou profundas mudanças na situação tributária, econômica, ambiental, demográfica e de poder onde se fixaram. [...] Dentre estas empresas, destaca-

---

10 O último “acidente” registrado em Nova Lima envolveu a Companhia Vale S.A. e resultou na morte de cinco operários. Extraído de O TEMPO, Jornal. **Minas Já Sofreu com outros rompimentos de barragens**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em <https://www.otempo.com.br/cidades/minas-ja-sofreu-com-outros-rompimentos-de-barragens-1.1159501> Acesso em 20/11/2019

11 Ouro de aluvião é aquele encontrado próximo à superfície ou pouquíssimos metros abaixo desta, geralmente em pequenos cursos de água. Muito comum em MG e GO durante a colonização portuguesa, suas principais reservas atualmente se encontram na região norte do país. Ver: PORTO, C. G.; PALERMO, N.; PIRES, F. R. M., 2002.



se a Saint John d'el Rei Mining Company, também conhecida como Mina de Morro Velho (situada na atual cidade de Nova Lima/MG). Adquirida pelos ingleses, em 1830, é considerada a maior, mais lucrativa e uma das mais longevas companhias auríferas estabelecidas em Minas Gerais. Foi, sem dúvida, um dos mais lucrativos empreendimentos ingleses na América Latina. Em meados do século XIX, chegou a empregar 2500 trabalhadores entre livres e escravos; nacionais e estrangeiros. Em 1917, atingiu a impressionante cifra de 3000 operário(a)s. Entre 1860 e 1893, extraiu 30.790,4 kg de ouro, equivalendo a 80,3% da extração aurífera de Minas Gerais no período<sup>12</sup>.

De 1834 em diante a St. John d'el Rey Mining Company, Limited, operou com capital britânico, porém atualmente a companhia exploradora é sediada na África do Sul e seu capital provém de lá. Os britânicos trouxeram consigo trabalhadores da Cornualha especializados em mineração de subsolo, entretanto (e apesar da companhia ser britânica) a grande massa de trabalhadores durante o século XIX foi de escravizados<sup>13</sup>.

Em 1867, Richard Burton e sua esposa, Isabel, visitaram Morro Velho. Ela desceu dentro de uma caçamba até os recônditos escuros da mina. Nessas galerias, quase sem ar e com temperaturas altíssimas e muita umidade, os negros trabalhavam amarrados e dependurados por correntes, manejando alavancas. Lady Burton comparou Morro Velho ao inferno de Dante<sup>14</sup>.

Os investimentos britânicos em tecnologias de exploração foram altos, mas nada disso refletia em uma melhora na condição daqueles que desciam diariamente à mina. Os trabalhadores entraram no século XX sofrendo práticas de trabalho que, segundo os mesmos, se assemelhavam à escravidão<sup>15</sup>, apesar desta ter sido abolida oficialmente em 1888, conforme o depoimento trazido à tona por Maia: “Isso era a Morro Velho antes das leis trabalhistas de Getúlio Vargas. Até 34... era assim. Depois então, que organizados os sindicatos, as coisas mudaram, o trabalhador passou a ter direitos. Mas, antes disso, era uma verdadeira escravidão”<sup>16</sup>.

Na memória dos trabalhadores mais velhos, a legislação varguista teria garantido uma melhora substancial na qualidade de vida dos mineiros, entretanto, essa legislação não veio de “mão beijada”, senão foi fruto de imensa luta trabalhista. Os mineiros de Morro Velho se tornaram famosos nacionalmente por formarem uma consciência e prática políticas muito combativas durante todo o século XX, possuindo em suas fileiras militantes organizados em

---

12 FREITAS E SOUZA, 2012.

13 LIBBY, 1984. p. 271.

14 MAIA, 2014, p.1198.

15 GROSSI, 1981.

16 Op. cit. 2014. p. 1998

partidos comunistas (PCB e PCdoB)<sup>17</sup>. O seu sindicato foi organizado e oficializado em 13 de maio de 1934 e por cerca de duas décadas as suas demandas consistiram basicamente no cumprimento da legislação federal sobre o trabalho nas minas, no qual, até 1955 a companhia britânica negava-se a reconhecer todas as demandas trabalhistas e a se adequar às leis brasileiras. Um claro exemplo é posto por Maia:

Mesmo com toda a intimidação, mesmo contra a vontade da St. John Del Rey Mining Co., vê-se que, praticamente, todas as lutas passavam pela conquista de direitos já adquiridos com a legislação trabalhista. São exemplos: a própria luta contra a atitude da empresa de não reconhecer o sindicato e de se negar a receber seus representantes; a luta contra a burla da lei dos 2/3; pelo pagamento da taxa de insalubridade (19 de dezembro de 1938); pela melhoria de condições de higiene e trabalho nas minas; contra o excesso de horas de trabalho que atingia até 12 horas diárias; pela melhoria da técnica na produção das minas; contra o perigo de intoxicações na redução do minério; contra as perseguições aos operários ligados ao sindicato; pelo pagamento do descanso semanal; pelo pagamento do salário mínimo (também uma criação do governo Vargas); pelo direito de greve assegurado pela Constituição; pelo exame médico anual; pela criação da caixa de pensões (outra garantia da nova legislação trabalhista); pela fundação da cooperativa dos operários; pela instalação de restaurante dos operários; e pela regulamentação do horário de trabalho das turmas, no cumprimento da lei de seis horas de trabalho nas minas<sup>18</sup>.

Em 1940 a mina se tornou a mais profunda da época em todo o mundo, com 2453m de profundidade, o que debilitava ainda mais as condições de vida no subsolo dada a alta temperatura que os túneis atingiam e a dificuldade de se respirar. Além da silicose que atacava os pulmões de todos que tinham contato direto com os minérios, também havia o arsenicismo, que provoca úlceras, deformações e fortes dores nas articulações. Entretanto, o pior ainda seria relatado por um ex-mineiro de Morro Velho naquilo que os trabalhadores chamavam comumente de “cãibra”, mas que pode ser facilmente descrito como uma crise convulsiva:

Vencidos pela inclemência de uma atmosfera inabitável, onde só podem ficar impassíveis os seres inorgânicos, os miseráveis são violentamente atirados ao chão (pedra), por um indizível acesso nervoso, que lhes faz rebolcarem-se sobre o mineral, na mais horrorosa agitação convulsiva. Estes acessos tão célebres e comuns têm ali o nome de câimbra; mas essa palavra, câibra, não tem propriedade para significar a natureza do estado mórbido que querem designar com ela. Câibra, contração espasmódica dos nervos, não é bem o que ataca aos mineiros, em consequência do excesso de calor. O lastimoso estado mórbido que vitima os desgraçados escravos das minas de Morro Velho, que eu sofri, e vi sofrer a muitos dos meus irmãos de classe, não pode ser

---

17 COELHO, 2006.

18 MAIA, 2014, p.1210.



classificado de câimbra... porque essa classificação não traduz o horroroso aspecto do ataque que eu sofri, e vi sofrerem – pelo excesso de calor – a muitos companheiros de desgraça...<sup>19</sup>

Somente no fim da década de 1940 seriam implementadas melhorias substanciais na vida dos mineiros, como uma planta de refrigeração subterrânea, a substituição das candeias e lampiões por lanternas de pilha e a implementação de equipamentos de segurança individuais padronizados. O que não acabaria com a segregação espacial entre os trabalhadores brasileiros e todos os demais estrangeiros que exerciam funções na Mina de Morro Velho, onde, ainda hoje, são visíveis as marcas de separação entre a parte inglesa da cidade e o resto da população (atualmente em Nova Lima permanecem em pé as construções de verdadeiros bairros exclusivos aos estrangeiros, bem como outras localidades da cidade que fazem inúmeras menções aos ingleses que ali habitavam), o que jamais igualaria as condições entre um grupo e outro.<sup>20</sup> No entanto, considerado o tratamento hostil dado pela companhia frente ao sindicato, não se sabe se essas melhorias teriam sido apropriação e cumprimento das demandas do sindicato ou apenas um alinhamento à legislação vigente visando promover uma maior “vida útil” ao trabalhador. O que se pode concluir é que, enquanto pôde e da forma que pôde, a companhia britânica insistiu em descumprir todas as medidas possíveis previstas em lei e demandadas nos mais de 300 ofícios do sindicato que foram enviados à diretoria da empresa no somente no ano de 1939 e dos quais nenhum foi respondido<sup>21</sup>.

### **Os mineiros da região de Criciúma: do peleguismo ao enfrentamento**

Já o caso da exploração de carvão no sul de Santa Catarina é um fenômeno mais recente, sendo marcado principalmente pelas mudanças econômicas impulsionadas no Brasil da primeira metade do século XX. Criciúma (ver figura 2) hoje conta com cerca de 215.186<sup>22</sup> habitantes, sendo a principal cidade da sua micro-região e uma das principais da sua meso-região, o sul catarinense, juntamente com Tubarão e Araranguá.

**Figura 2:** Mapa da localização do município de Criciúma.

19 Ibid., p. 1209.

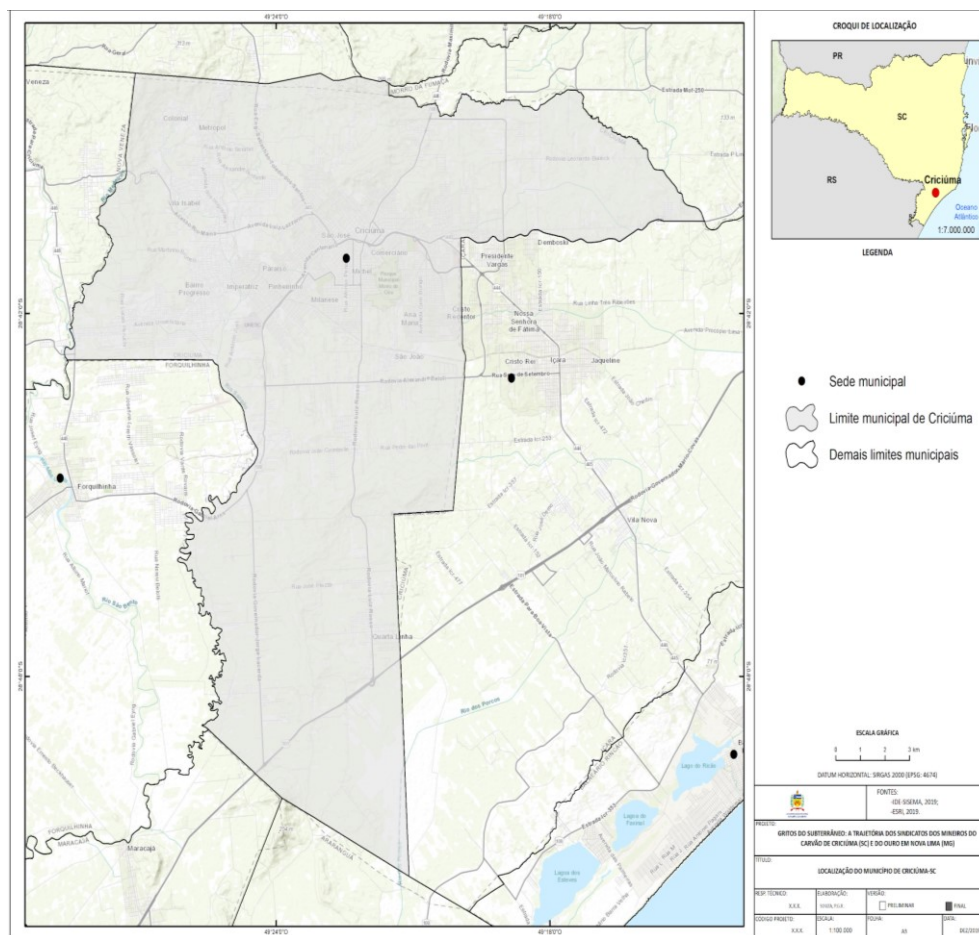
20 GIMMLER NETTO et al., 2013.

21 MAIA, 2008, p. 1210.

22 IBGE, 2019b.



Gritos do subsolo: a trajetória dos Sindicatos dos Mineiros do Carvão de Criciúma (SC) e do Ouro em Nova Lima (MG) - Pedro Gabriel Viana de Souza



Fonte: Elaboração do autor.

Conforme salientado por algumas pesquisas, havia desde o século XIX o conhecimento das reservas carboníferas do sul do Brasil, porém, foi somente a partir da década de 1930 que se iniciou sua exploração sistemática em larga-escala voltada a suprir as demandas nacionais. “A política de industrialização de Vargas garantiu um mercado ‘cativo’ para os mineradores. Já em junho de 1931, apenas sete meses à frente do governo ‘provisório’, Vargas decretou o consumo obrigatório de 10% de carvão nacional sobre quantidade importada”<sup>23</sup>. A exploração carbonífera em Criciúma veio aliada à ideia de modernização nacional, uma vez que tal produção promoveria a industrialização da região e alimentaria a indústria nacional. Uma das lideranças da Revolução de 1930 para o sul catarinense diria, em entrevista a um jornal local:

[...] foi preciso a rajada salvadora da Revolução de 1930, para aparecerem os primeiros sintomas de uma vida nova no município (Criciúma)... Para que o Brasil tivesse sua independência concreta, positiva na ordem econômica, faltava unicamente a indústria do ferro e do aço, para que viesse completar a multiplicidade de recursos que constituem a riqueza do seu solo. Com a montagem das grandes usinas siderúrgicas e com o carvão que Criciúma

23 LEMOS, 2008 p. 10



fornecerá, ao redor de um milhão de toneladas por ano, o Brasil será, como é, indiscutivelmente o mais importante Estado do continente americano<sup>24</sup>.

Porém esse entusiasmo nacional com o consumo de carvão mineral duraria pouco. Tendo sua produção aumentada em 510% entre 1929 e 1948, o carvão catarinense preencheria a lacuna deixada pelos principais países beligerantes durante a Segunda Guerra Mundial, mas logo ao fim do conflito já não havia compradores externos, o que levou à uma demissão de cerca de 40% da população diretamente envolvida na sua extração. Mesmo as diversas negociações do setor com o Estado brasileiro para que a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) comprasse a maior parte da produção se mostraram infrutíferas a longo-prazo dada a substituição do carvão como combustível pelos derivados do petróleo<sup>25</sup>.

A trajetória dos mineiros de Criciúma é estreitamente ligada às políticas federais de promoção da extração de carvão, porém, a formação política e atuação sindical destes trabalhadores se destacou diversas vezes exatamente por ir contra não apenas às empresas de exploração da região, mas também contra a política governamental para o carvão. Até maio de 1945 os mineiros do carvão da região de Criciúma não contavam com representação sindical, apenas com uma associação de trabalhadores. Entretanto, a transformação de tal associação em sindicato foi uma decisão que partiu direto do Ministério do Trabalho no Rio de Janeiro, tendo o delegado regional do trabalho presidido a cerimônia de inauguração da nova representação sindical. Segundo Volpato: “Na ocasião, em discurso que proferiu, acentuou a importância da organização da categoria, para o fortalecimento próprio, mas principalmente para garantir a colaboração entre patrões e operários, que juntos trabalham para a grandeza da nação”<sup>26</sup>. Para a autora este fato foi recebido com enorme desconfiança pelos trabalhadores. Por ter surgido sob o comando estatal e não de uma atuação espontânea dos trabalhadores organizados, o início das atividades sindicais foi marcado pela inexperiência dos trabalhadores e pela grande influência patronal no seguimento<sup>27</sup>. “Os primeiros tempos foram difíceis; os trabalhadores estavam aprendendo. O primeiro presidente foi indicado pelos mineiros. Depois desse presidente, a classe patronal passou a indicar candidatos e conseguia elegê-los”<sup>28</sup>.

---

24 Comentário de Ernesto Lacombe, empresário e político, extraído de LEMOS, 2008. p. 10.

25 Trecho do jornal Folha da Tarde, de Porto Alegre, de 25 de abril de 1949, extraído de: LEMOS, 2008. p. 10.

26 VOLPATO, 1982. p.217.

27 Ibid., p. 219.

28 Trecho de entrevista do ex-mineiro Manoel Ribeiro concedida a VOLPATO, p. 219.

Essa situação era, em muito, reflexo da política nacional conciliatória, marca do trabalhismo varguista. A diretoria do sindicato se viu cumprindo à risca a agenda governamental e patronal até 1957 quando, pela primeira vez, foram eleitos nomes não vinculados aos patrões

As diretorias dos sindicatos, desde sua fundação em 1945 até 1957, foram constituídas por "lideranças pelegas", afirmam os associados de então, hoje aposentados. Desde o início da década de 1950, cresciam as divergências entre os dirigentes e os trabalhadores. Estes não apoiavam a política patronal, cumprida pela direção do sindicato. O movimento trabalhista autêntico crescia, dificultando as lideranças oficiais do sindicato. [...] Em 15 de dezembro de 1957, procedeu-se à eleição para a diretoria do sindicato. [...] Pela primeira vez, as lideranças apontadas pelos trabalhadores saem vitoriosas nas eleições<sup>29</sup>.

Até 1957 o alinhamento da diretoria do sindicato com a empresa era tamanho que os próprios trabalhadores não se viam representados pelo sindicato, fazendo deste apenas um instrumento simbólico e de ascensão na hierarquia da empresa, conforme relatado por um ex mineiro:

Desde a fundação do sindicato em 1945, até fins de 1957, estiveram na direção do sindicato só pelegos. Foi quando Antônio Parente assumiu a direção do sindicato e desbravou a luta de classes e mudou a imagem do sindicato. Um exemplo do peleguismo da época: em 1952, os mineiros fizeram uma greve; o presidente do sindicato, na viatura da polícia, ia dedando os líderes da greve. O pelego é aliado do patrão. Sai do sindicato e sobe na hierarquia da empresa. Até 1957 o operário pagou a taxa sindical obrigado, porque o sindicato era como se fosse do patrão. O sindicato era subsidiário da empresa. [...] Mas a organização do operário é um processo lento, porque o poder do patrão ameaça o trabalhador<sup>30</sup>.

A mecanização da extração de carvão na região veio como uma política governamental logo após a Crise do Petróleo de 1973, como resposta a esta. Portanto, a extração, até então era toda feita de modo manual sendo que a mecanização do processo de extração na maioria das minas só se daria no decorrer da década de 1970, como ressalta Volpato, “os anos de 1975 a 1977 foram de implantação. Já em 1976 as Carboníferas Próspera e União Metropolitana estavam operando com equipamento mecanizado; em 1977 a Carbonífera Criciúma e, em seguida, a CBCA as seguiram”<sup>31</sup>.

---

29 Ibid., p. 219-220.

30 Depoimento do ex-mineiro Jorge Feliciano, extraído de VOLPATO, 1982. p.223-224.

31 Ibid., p.59-60



Após 1958 as demandas do sindicato poderiam ser resumidas em cinco pontos, segundo Volpato. As quais, recorrentes nos meios sindicais envolvidos na mineração no período de fundação do sindicato até a década de 1980 (a autora escreve em 1982), seriam:

As bandeiras de lutas levantadas pelo sindicato na época continuam sendo as frentes de militância sindical do momento. Representantes do sindicato levaram ao Plano Nacional' do Carvão, em 1958, entre outras, as reivindicações: 1) garantias e fiscalização sobre as empresas, em relação à higiene e segurança no trabalho; 2) salário insalubridade; 3) lei de amparo ao trabalhador menor; 4) aproveitamento pelas empresas dos operários incapacitados para o subsolo, na superfície, sem redução dos salários; 5) refeitório nas embarcações das minas, dentro das normas do SAPS ; 6) fornecimento de luz nas vilas operárias. As reivindicações constantes nos itens 1, 4 e 5, continuam sendo bandeiras de luta da categoria, na atualidade. Principalmente a questão que atinge o mineiro incapacitado para o subsolo, por doença<sup>32</sup>.

Conclui-se que, mesmo transpassadas décadas de extração do carvão do solo da região de Criciúma e após intensa atuação sindical, as pautas dos trabalhadores permaneceram as mesmas, sugerindo uma certa dificuldade em fazer com que as companhias responsáveis cumprissem as demandas da classe, apesar das representações sindicais locais terem dado uma guinada clara na direção do enfrentamento. Tal dinâmica evidencia o jogo de idas e vindas, barganhas, avanços e retrocessos que marcam as negociações entre patrões e trabalhadores dentro da vida social nacional.

## Conclusões

Nestes dois contextos de exploração mineral em regiões geológicas tão distintas, a composição das práticas políticas da classe mineira apresentava semelhanças uma vez que se trata de ambientes de trabalho similares (minas subterrâneas), dado, é claro, as diferenças culturais, étnicas e ambientais de cada localidade. As pautas que uniriam a classe mineira de Morro Velho e de Criciúma eram pautas comuns às representações sindicais que floresciam nesse setor. As principais reivindicações eram sobre a regulamentação da jornada de trabalho e diminuição das horas semanais, auxílios voltados à saúde dos operários (sempre muito frágeis), melhoria das condições de trabalho dentro das minas e assistência aos trabalhadores já retirados do serviço por idade, problemas de saúde ou acidentados.

---

32 Ibid., p.224.

Considerando as condições de trabalho, não há semelhante relato de tamanha brutalidade no trato daqueles que realizavam a extração do carvão na região de Criciúma (SC) como os de Morro Velho em Nova Lima (MG) expressos nas entrevistas com ex mineiros citadas neste trabalho, mas também não há indicativo de que fosse, de alguma maneira, distinto antes da regulamentação (e sua efetiva consolidação) do trabalho neste setor econômico. Neste contexto as duas representações sindicais surgem no mesmo período político de tentativa de substituição do modelo agroextrativista para um fortalecimento da indústria e, conseqüentemente, da mineração que alimentaria toda a planta industrial nacional. Mesmo com a representação sindical de Criciúma tendo se mostrado mais tardia no enfrentamento à política oficial e ao patronato estabelecido, ambos os sindicatos são exemplos de resistência da classe trabalhadora frente à exploração e deterioração do trabalho ao qual aquelas pessoas estavam submetidas, constituindo importantes núcleos de consciência e prática política visando a transformação desta dura, mas não incomum, realidade brasileira.

Ainda no presente momento no qual este trabalho é escrito, são inúmeras as notícias de violações das leis trabalhistas ou a frouxidão destas no trabalho de extração e processamento realizado nas milhares de minas espalhadas pelo território nacional (excluídos os incontáveis garimpos, legais ou ilegais), demonstrando que a vida das pessoas que se arriscam escavando a terra para garantir a sua sobrevivência continua sendo diariamente colocada à prova. Estas evidências encontram seu ápice nos últimos rompimentos de barragens de rejeitos de minério de ferro, a primeira em Mariana e a segunda em Brumadinho, ambas em MG, nas quais centenas de vidas humanas foram ceifadas, sem citar o inestimável dano ambiental ocorrido, o que demonstra uma grande falha (proposital ou não) das empresas mineradoras na manutenção da própria vida em nome de um sistema extrativista que tem seu foco no ganho material de uns poucos acionistas. Aos mineiros e às populações locais ficam as moléstias (algumas delas citadas neste trabalho), a manutenção da pobreza e as avalanches de escombros e lama venenosa. A situação daqueles que tiram seu sustento da mineração, longe de ser confortável, apesar dos ganhos substanciais das últimas décadas e do desenvolvimento tecnológico, pode ser brevemente resumida na poesia de Iara Almansa de Carvalho, moradora de Criciúma.

Poema Corpo Operário, de Iara Almansa de Carvalho

CORPO GASTO,  
mutilado,  
cansado,  
esquálido,  
retesado:



ser curvado. (...)  
 CORPO USADO,  
 encarquilhado,  
 enferrujado,  
 ultrajado,  
 humilhado,  
 encardido,  
 defasado:  
 mal cuidado. (...)  
 CORPO MORTO,  
 (...) inerte,  
 inútil,  
 entregue,  
 enternecido,  
 imprestável,  
 vencido,  
 consumido,  
 dispensado,  
 apaziguado:  
 LIBERTO<sup>33</sup>

## Referências

AB'SÁBER, A. N. **Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil.** Geomorfologia, São Paulo, n. 20, p. 1-26, 1970. [Parte deste artigo é a republicação do artigo Domínios morfoclimáticos e províncias fitogeográficas no Brasil. Orientação, São Paulo, n. 3, p. 45-48, 1967].

ANDRADE, Antônio Luís de. **Das entranhas da terra: disciplinamento, resistência e luta / breve história sobre a educação e cultura dos trabalhadores da mineração de ouro em Nova Lima.** Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP : [s.n.], 2001.

ALMANSA DE CARVALHO, Iara. **Corpo Operário.** OAB-SC. Florianópolis, 2000.

COELHO, Victor. de O. P. O ardil anticomunista – estudo de caso (1948-1949). **História Social**, Campinas, 2006, p. 91-113.

DELGADO, Raimundo Tarcísio. **Tatuagens na Alma – 1964: A Saga dos Mineiros da Mina Morro Velho de Nova Lima.** Belo Horizonte, Mandamentos Editora, 2009.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. **O Maior Trem do Mundo.** Jornal “O Correio Itabirano”. Itabira, 1984. Disponível em <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/brumadinho-conheca-historia-por-tras-de-poema-em-que-drummond-critica-vale-23410546> Acesso em 22/11/2019

EAKIN, Marshall C. **British enterprise In Brazil: The St. John d'el Rey Mining Company and the Morro Velho Gold Mine, 1830-1960.** Durham and London: Duke University Press, 1989

---

33 ALMANSA DE CARVALHO, 2000. Poesia vencedora do Concurso Poesia de Advogados promovido pela OAB-SC em 2000.



FREITAS E SOUZA, Rafael de. **Representação contra o diretor da Saint John D’el Rey Mining Company Limited (Morro Velho) 1861**. Varia História, vol.28, núm.47, enero-junio, Belo Horizonte, 2012. p. 423-437.

GALEANO, Eduardo H., **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012. p.53-55.

GIMMLER NETTO, Maria Manoela; MONTEIRO SILVA, Natália; AMARAL, Rubens do; RODRIGUES, Angélica Miranda; PEREIRA COSTA, Stael de Alvarenga. **A Desapropriação cultural da influência inglesa, Refletida nas transformações da paisagem urbana da sede do município de Nova Lima-MG**. FORUM PATRIMONIO: ambiente Construído e Patrimônio Sustentável Belo Horizonte, v.6, n.1, jan. / jul. 2013.

GONTARSKI SPERANZA, Clarice. **Os mineiros e o trabalho em mineração: experiências, lutas e identidades**. Revista Mundos do Trabalho, vol. 7, n. 14 julho-dezembro de 2015.

GROSSI, Yonne de Souza. **Mina de Morro Velho: a extração do homem – uma história de experiência operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

GROSSI, Yonne de Souza. **Movimento operário na mina de Morro Velho: política e classe**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1981.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Nova Lima (MG)**. Cidades. Rio de Janeiro. 2019a. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/nova-lima/panorama> Acesso em 22/11/2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Criciúma (SC)**. Cidades. Rio de Janeiro. 2019b. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/criciuma/panorama> Acesso em 22/11/2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Divulga as estimativas populacionais dos municípios em 2016**. Agência IBGE Notícias. Rio de Janeiro. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9497-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-em-2016> Acesso em 22/11/2019.

LIBBY, Douglas C. **Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil – o caso de Morro Velho**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

MAIA, Andréa Casa Nova. **Outro inferno de Dante: numa mina de ouro na época de Vargas: Nova Lima, Minas Gerais**. História, Ciências, Saúde–Manguinhos. Rio de Janeiro, v.21, n.4, out.-dez. 2014, p.1197-1214.

OLIVEIRA, Natalia. **Minas Já Sofreu com outros rompimentos de barragens**. O TEMPO, Jornal. Belo Horizonte, 2015 <https://www.otempo.com.br/cidades/minas-ja-sofreu-com-outros-rompimentos-de-barragens-1.1159501> Acesso em 20/11/2019.



Gritos do subsolo: a trajetória dos Sindicatos dos Mineiros do Carvão de Criciúma (SC) e do Ouro em Nova Lima (MG) - Pedro Gabriel Viana de Souza

LEMOS, Gustavo Perez. **Mineiros e Sindicalistas na Cidade do Carvão: Criciúma, 1952-1964.** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

PORTO, C. G.; PALERMO, N.; PIRES, F. R. M. **Panorama da exploração e produção do ouro no Brasil.** In: Extração de ouro: princípios, tecnologia e meio ambiente. Cap.1. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2002. p.1-22.

RUAS, Eponina. **Ouro Preto: Sua história, seus templos e monumentos.** Rio de Janeiro, 1950.

SANTANA, Marco Aurélio. **Dossiê Sindicalismo e Corporativismo, O “Novo” e o “Velho” sindicalismo: Análise de um Debate.** Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 10/11, 1998, pp. 19-35.

VOLPATO, Terezinha Gascho. **Os Trabalhadores do Carvão: A vida e luta dos mineiros do carvão.** São Paulo, 1989.

---

Recebido em 09 de maio de 2019.

Aceito para publicação em 01 de setembro de 2020.



## **A recepção da abolição da escravatura pelos jornais de Desterro**

*The reception of the abolition of slavery in the Desterro's newspapers*

Ana Clara Cardoso de Freitas<sup>1</sup>

**Resumo:** O jornalismo no século XIX toma vida quase como um “quarto poder”, influenciando a vida política e as opiniões públicas. Dessa forma, o presente artigo utiliza a pesquisa em literatura bibliográfica específica para analisar a repercussão da abolição da escravatura nos jornais de Desterro, a fim de compreender suas similaridades e também questionar o discurso da pouca ou não existência de escravos em Santa Catarina, que permeia até hoje o imaginário do estado.

**Palavras-chaves:** Jornalismo; Século XIX; Desterro; Abolição da escravatura.

**Abstract:** Nineteenth-century journalism comes to life almost as a “fourth power”, influencing political life and public opinion. Thus, this article uses research in specific bibliographic literature to analyze the repercussion of the abolition of slavery in Desterro's newspapers, in order to understand its similarities and also to question the discourse of the little or no existence of slaves in Santa Catarina, which permeates the imaginary of the state.

**Keywords:** Journalism; XIX century; Desterro; Abolition of slavery.

### **Introdução**

Este trabalho foi feito inicialmente para a conclusão da disciplina “História de Santa Catarina” do curso de graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Este artigo trata sobre a recepção da abolição da escravidão nos jornais da ilha de Desterro, abordando o papel do jornalismo como um “quarto poder” no século XIX, sua importância no período de maneira geral e também sua importância específica na Ilha de Desterro.

Assim, o objetivo desse trabalho é buscar entender como foi recepcionada a notícia da abolição da escravidão na Ilha de Desterro pelos jornais que circulavam na época, entendendo a importância desse tipo de veículo informativo para a esfera pública e política.

Para tanto foi usado arquivos da Hemeroteca Digital de Santa Catarina<sup>2</sup>, sendo selecionados para uso nesse trabalho os periódicos que tinha publicação próximos a data da abolição da escravidão. Essas fontes foram avaliadas a partir de literatura especializada sobre a abolição da escravidão, sobre o jornalismo no século XIX e seu papel nesse processo.

### **O jornalismo do século XIX**

---

1 Graduada do 9º período do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina, e-mail: [aclaracfreitas@gmail.com](mailto:aclaracfreitas@gmail.com)

2 Acesse em <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>



Segundo o trabalho de Jorge Pedro Souza (2008), intitulado *O jornalismo na maioridade: A imprensa do séc XIX*, o jornalismo no mundo ocidental durante o século XIX teve como principais fatores norteadores a expansão e a consolidação do capitalismo industrial, o aumento do nível de instrução, o aumento do número de pessoas votantes e participantes da vida política, o avanço do colonialismo na África e na Ásia, a grande quantidade de conflitos armados e as novas correntes ideológicas.

No decorrer do século, afirma ainda Souza (2008) ocorreram inovações tecnológicas que impulsionaram e dinamizaram a produção da imprensa e trouxeram uma nova concepção de atualidade com seus correspondentes e as informações que chegavam de telégrafo, bem como uma tentativa de dar teor objetivo e impessoal aos relatos. O que por sua vez reforçou a sua existência como “quarto poder”

[...] Acresce que o jornalista foi usurpando ao político e às instituições políticas o papel de representação dos cidadãos, de vigilância dos poderes e de pugna pelo interesse público, tendo o problema sido agudizado pelo já referido radicalismo discursivo da imprensa do final do século XIX e princípios do século XX<sup>3</sup>.

Enquanto na Europa e em outras partes do mundo o Jornal já se desenvolvia há algum tempo, o surgimento de uma imprensa brasileira se deu em 1808 com a criação da Imprensa Régia, que possibilitou a impressões da *Gazeta do Rio de Janeiro*, fortemente ligada ao Estado<sup>4</sup>. Apesar de a *Gazeta* não ser um órgão oficial do Estado, estava intimamente ligado à Corte, dessa forma “[...] não pode ser considerada como uma prática jornalística genuinamente brasileira. Ela era estrangeira à medida que não abrangia fatos da realidade local e se dirigia, sobretudo, aos integrantes da corte portuguesa recém-instalada no Brasil”<sup>5</sup>.

Em contraposição, o *Correio Brasiliense*, que era impresso em Londres, trazia um discurso de certa forma inovador para o que se tinha na época, levou a discussão particular das esferas políticas para o espaço público e cotidiano<sup>6</sup>.

Em Santa Catarina, em 1831, surge o primeiro periódico, *O Catarinense*, fundado pelo lagunense Jerônimo Coelho, que tinha contatos importantes no governo. Era um jornal ligado à maçonaria e ao movimento liberal, desde os seus leitores até seus apoiadores, já que era essa

---

3 SOUSA, 2008, p. 110.

4 RIBEIRO, 2004.

5 RIBEIRO, 2004, p. 37.

6 RIBEIRO, 2004.

audiência disponível na Ilha naquele momento<sup>7</sup>. Os outros poucos periódicos contemporâneos ao *O Catarinense* vão seguir esse mesmo padrão

O que se pode perceber é que esses periódicos tenderam a ser porta-vozes do poder público, sendo sua tipografia propriedade do governo provincial; isso configurava, não mais um ensaio da esfera pública burguesa, mas sim a transformação de súditos em público leitor de leis, decretos, mensagens e atas das Assembleias provinciais<sup>8</sup>.

O *Jornal do Commercio* veio com discurso da imparcialidade e órgão fiscalizador do povo. O diferencial dele, porém, era o seu custo diminuto e sua quase completa autonomia, mantido com anúncios e folhetins<sup>9</sup>.

*Jornal Regeneração* e o *Jornal do Comércio* vão fazer uma nítida separação de trabalho dentro da imprensa, agora cada função é executada por um trabalhador específico, causando atrito entre seus empregados. Por sua vez, essa insatisfação levou os trabalhadores a criação de seus próprios jornais, que costumavam ter vida curta<sup>10</sup>.

Esses acontecimentos trouxeram à tona grupos que não integravam partidos políticos, que fugiam do padrão do perfil de quem detinham o controle da imprensa, o que incluiu também aqueles que faziam parte do movimento abolicionista, formando clubes e jornais no período de 1885 a 1888. O discurso abolicionista, conforme Pedro (1995), veio acompanhado de um projeto civilizatório de branqueamento da sociedade, pois considerava que o negro “atrapalhava” esse processo, assunto no qual nos aprofundaremos na sessão a seguir.

## **A escravidão em Santa Catarina e o processo de abolição da escravatura**

A história da escravidão em Santa Catarina, ainda nos dias de hoje, tem sido comumente negada pelo discurso do senso comum, de forma a reduzir a realidade dando a entender que a colonização no estado foi açoriana e de imigração europeia. Entretanto, a população preta e parda na ilha era proporcionalmente expressiva no século XIX

Em 1872 a mando do governo imperial, foi realizado um amplo recenseamento da população de cada província. Nessa ocasião, a população total da ilha foi calculada em 25.709 pessoas, das quais 2.940 eram ainda escravas. Dentro do total da população livre, o censo identificava a população

---

7 PEDRO, 1995.

8 PEDRO, 1995, p. 21.

9 PEDRO, 1995.

10 PEDRO, 1995.



de origem africana livre ou liberta, que já era superior em número aos escravos: 1.650 homens e 1.827 mulheres, num total de 3.477 pessoas. A população identificada como “preta” ou “parda”, fossem escravos ou livres, somava um quarto de toda a gente da ilha nesse ano<sup>11</sup>.

Uma parte do argumento passa pela questão de que na região Sul não existiam grandes fazendas de monocultura como ocorria em outras regiões e, por conta disso, não teria como haver uma grande demanda de escravos e a mão de obra seria predominantemente familiar. Porém, conforme aponta Beatriz Mamigonian (2006), deve-se levar em consideração que no princípio a Ilha tinha uma população demasiada pequena para sustentar a produção de insumos que serviam para abastecer os barcos que atracavam no porto de Desterro. Isso sem esquecer das armações baleeiras, atividade importante no litoral que mobilizava

[...] mão de obra livre para funções de mar (timoneiro, arpoador) quanto de terra (oficiais mecânicos, mestre de azeite), e de grandes números de escravos para todas as outras funções de mar, do engenho e do apoio, as armações baleeiras foram grandes unidades escravistas no litoral catarinense<sup>12</sup>.

A abolição da escravidão se torna um importante tópico quando a Inglaterra decide pressionar o fim da escravidão e tráfico de africanos no Atlântico. A pressão exercida por essa potência hegemônica sobre o Brasil começa com a ida da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, que aconteceu com forte ajuda dos britânicos, e continua com a independência do Brasil, visto a necessidade de reconhecimento por parte do Estado inglês.

Diante desse cenário se propôs um acordo que, dentre outros, em específico determinava que após três anos, contando a partir de 1827, o tráfico de escravos deveria ser suspenso nos portos brasileiros, ou seja, em 1830<sup>13</sup>. Os parlamentares colocaram questões que poderiam impactar no Brasil, seriam essas de cunho principalmente econômico e político, observando que este acordo poderia prejudicar essas duas esferas do país<sup>14</sup>. Ainda para Gurgel (2008), em abril de 1831, o país teve suas estruturas abaladas com a abdicação de D. Pedro I, em favor de seu filho, ainda menor de idade, dando início a um período regencial que foi caracterizado por uma descentralização do poder e uma série de revoltas.

Nesse contexto, descreve Ana Guerra Ribeiro de Oliveira (2016), a lei de 7 de novembro de 1831 vem na sequência, com o intuito de dar fim ao tráfico de escravos no Brasil colocando o controle da escravidão, até certo ponto, em mãos brasileiras. Apesar de ser discutível a

---

11 LIMA, 2013, P. 199.

12 MAMIGONIAN, 2006, p. 619.

13 PARRON, 2005.

14 GURGEL, 2008.



efetividade da lei e da sua fama de ser “lei para inglês ver”, em muitos momentos ela foi invocada como justificativa para a liberdade de pretos ilegalmente escravizados<sup>15</sup>.

Dada a não abolição do tráfico por parte do Brasil, tendo até mesmo aumentado após a promulgação da Lei de Feijó, a Grã-Bretanha volta a pressionar o Brasil para o fim do tráfico. Uma das formas de fazer isso foi através da lei *Bill Aberdeen* (1845), criada pela Inglaterra de forma unilateral. Essa lei “classificava o tráfico brasileiro de escravos como pirataria, dava autorização à marinha britânica para abordar e apreender as embarcações imperiais que estivessem envolvidas nesse comércio e permitia que os tribunais marítimos ingleses julgassem-nas”<sup>16</sup>. Nesse cenário, existe a lei de 1850, mais conhecida como lei Eusébio de Queiroz, que veio reforçar a lei de 1831 e, novamente, colocar o controle da escravidão em mãos brasileiras.

Já em 1852, segundo aponta Argemiro Gurgel (2008), o tráfico de escravos vindos da África estava quase completamente extinto, apesar disso a escravidão não deixou de existir no Império, dado que, em contrapartida, o mercado interno de escravizados torna-se mais significativo, principalmente nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Já em Santa Catarina os números de escravos vão se manter sem muitas alterações, o que indica a essencialidade dessa mão de obra para o serviço desenvolvido<sup>17</sup>.

### **Jornais de Desterro e a abolição da escravatura**

O primeiro periódico a ser analisado aqui é *O Crepúsculo*, lançado em abril de 1887 e pertencente a Sabbas Costa, onde se propõe um órgão literário e independente dedicado a trazer a ilustração aos desterrenses, concluindo o texto de apresentação com a frase: “Seguiremos pois e avançaremos portanto: o caminho da liberdade”<sup>18</sup>.

Pensando no que já foi dito anteriormente, a imprensa por muito tempo foi ligada a órgãos públicos e partidos políticos, o que era um meio de mantimento financeiro. *O Crepúsculo* apesar de sua pretensa imparcialidade, claramente tem direcionamentos políticos e crenças quanto ao papel do jornal na vida das pessoas, concomitante ao que Barbosa (2010) ressalta:

A boa imprensa, digna, honesta, moralizadora é aquela, segundo as idealizações correntes que se pauta pela busca pela verdade, que prega a conciliação, a ordem e o respeito à lei. É aquela que publica a verdade dos

---

15 MAMIGONIAN, 2017.

16 YOUSSEF, 2010, p. 238.

17 LIMA, 2013.

18 O CREPÚSCULO, 1887, p.2.



fatos. A imagem construída pelos jornais define-a como instituição imparcial e portadora da verdade. A essas idealizações outra ainda é acrescida: a de intermídia entre população e poder público<sup>19</sup>.

Assim pode-se pensar no jornal como uma instituição que se coloca como um poder público, não só como um canal entre o povo e governo, mas também um órgão educador, a exemplo do jornal tratado aqui. Em 14 de maio de 1888, o jornal faz uma publicação que ocupa cerca de quase duas colunas (metade de uma lauda) enaltecendo o fim da escravatura, em suas palavras:

Chegamos ao fim vitorioso que almejávamos, arrancaram do painel da traição deteriorada pela maldade e corrompido pelo erro a escravidão, os pobres cativos! [...] Sempre cumprimos a missão de verdadeiros brasileiros: filhos da luz e do Porvir! Sempre ergue-se a voz da liberdade, ergue-se perante a supremacia altiva dos heróis sensatos e criteriosos, e perante aqueles que nunca sentiram na alma uma comoção de arrependimento, aqueles desumanos que desconsideram o progresso como o obscurantismo das classes e souberam poupar o trabalho escravo para economizar os cofres e gozar de seu bem-estar<sup>20</sup>.

Nesse trecho, escrito pelo próprio proprietário do Jornal, podemos observar o direcionamento iluminista e sua crença no progresso claramente “atrapalhado” pela existência da escravidão no Brasil. *O crepúsculo* recebe festivamente o anúncio, enaltecendo os “heróis sensatos e criteriosos” que possibilitaram esse passo na história brasileira. Ainda na mesma publicação, duas páginas à frente, há mais uma coluna glorificando o ocorrido e continua na publicação da semana seguinte, logo na folha inicial, um texto que ocupa toda a lauda, todas elas repetidamente festejando a liberdade dos escravos.

Outro Jornal que circulava na cidade era *O Jornal do Commercio*, periódico também com cerca de 4 páginas, sendo que as duas últimas eram praticamente só anúncios, pertencendo a Martinho Callado e Eduardo Horn. Não foi possível acessar nenhuma publicação próxima à data quando ocorre a abolição da escravatura. A mais próxima, é a de 28 de março de 1888, nela há ainda algumas publicações referentes à libertação de escravos. A que mais chama atenção é essa:

Os dignos cidadãos que enceraram a libertação de seus escravos, este ano, foram os Srs. Constancio Thomaz de Moura Ramos e Oliverio Thomaz de Moura Ramos, alforriando os escravos Modesto, Eusebio, Alexandre e Vicente. O Sr. Cezar de Oliveria Branco, sua escrava Escolástica. O Sr.

19 BARBOSA, 2010, p. 133.

20 O CRESPUSCULO, 1884, p. 2.



Francisco Borges de Amaral e Castro Junior seu escravo Sebastião. O Sr. Domingos Arruda, os escravos Manoel e Marianno. O tenente Antonio Victorino de Lis, os escravos Francisca, Zeferina, Maria e Quirino. Em Corytibanos foi alforriado o escravo Mathias, do espólio de Antonio Theodoro de Souza<sup>21</sup>.

Chama atenção por apontar nominalmente um por um dos senhores que libertaram seus escravos, enaltecendo a alforria, como se fosse uma espécie de filantropia e colocando a agência quase que totalmente no homem branco. A próxima publicação disponível para consulta é de 04 de julho de 1888, tanto nessa quanto na publicação seguinte não há nenhuma menção sobre a abolição da escravidão.

Com mais ou menos um mês de atraso o periódico *O Mosquito* também notifica brevemente a abolição de escravatura, com uma preocupação “é preciso que esses novos cidadãos saibam cumprir os seus deveres de trabalhadores, e de bons pares de família”<sup>22</sup>.

Ainda em algumas publicações posteriores, é publicada uma imagem na *Revista Ilustrada* e nela se lê “O nosso ilustradíssimo colega da *Revista Ilustrada* o seguinte quadro representando a lavoura e os atuais libertos: Ui! Ui! Ontem tanta lambada pra trabaiá hoje só dinheiro e adulação. Eh! Eh!”<sup>23</sup>. Na imagem existem três homens, dois brancos e um preto, existe uma clara distinção nas roupas dessas personagens. Enquanto os dois homens brancos usam chapéu e botas, o homem negro está descalço e com a cabeça descoberta. A posição das pessoas nessa ilustração aparenta que o homem a direita está mostrando algo e o homem a esquerda está contando algo, o homem ao centro parece contente, com um sorriso no rosto. Todos esses elementos nessa imagem e na legenda implicam uma relação paternalista e hierárquica, onde o homem branco guia o ex-escravo a liberdade.

Figura 1 – Imagem da *Revista Ilustrada*

21 JORNAL DO COMMERCIO, 28 de março de 1888, p. 2.

22 MOSQUITO, 1888, p.1.

23 O MOSQUITO, 17 de junho de 1888, p. 2.



Fonte: Jornal *O Mosquito* (1888) p. 2

No *Typographo*, periódico literário com primeiro número em maio de 1888 cujo proprietários se identificavam como empregados do “Conservador”, também foi possível encontrar menção à abolição da escravatura. Isso é um acontecimento que reflete a divisão do trabalho dentro dos grandes jornais, ou seja, o proprietário do jornal já não fazia mais todas as funções, e isso restringiu o poder de ascensão dos que trabalhavam no jornal.

Já não bastava mais saber ler e escrever para participar do “projeto civilizatório da sociedade”. A emancipação garantida pelo discurso iluminista para os ilustrados, teria que vir acompanhada de posse de propriedade particular. Era isso que tipógrafos, aprendizes e compositores não possuíam em sua relação com o *Jornal do Commercio* e o *Regeneração*<sup>24</sup>.

O *Typographo* fez parte dos jornais criados por trabalhadores que, por falta de financiamento e pouco público, durou pouco tempo. Neste periódico encontramos uma breve

24 PEDRO, 1995, p. 76.

citação da abolição da escravatura: “No dia 13 de maio, data gloriosa para a nossa pátria, raiou brilhante em todo o império do Brasil, o rutilo e tão estimado sol da liberdade. Viva o Brasil Livre! Viva !!”<sup>25</sup>. Depois, no dia 28 de maio de 1888, há uma publicação que ocupa cerca de 2 páginas do periódico onde claramente se refere a abolição, porém, pelo fato de boa parte das páginas estarem desgastadas não se pode afirmar o que exatamente estão falando, mas que o colocam em tom festivo e comemorativo.

Ainda temos o jornal *O Conservador*, contendo 4 páginas e gerenciado por Geraldo Ferreira Braga. O periódico tem suas duas últimas páginas quase cobertas de anúncios. Trás na segunda página da edição do dia 14 de maio de 1888, uma pequena menção de cerca de 2 parágrafos sobre a abolição e mais dois telegramas de Tubarão e outro de Laguna, ambos igualmente comemorativos.

Por último, ainda temos o *Jornal Regeneração*, gerenciado por Alexandre Margarida e contendo 4 páginas e, diferente dos outros tratados aqui, continha cinco colunas, sendo que foi reservado para falar da abolição a primeira página inteira e ainda mais duas colunas. O jornal também cita boletins enviados a outros jornais, todos eles em tom de comemoração pelo grande avanço conquistado. Por conta da extensão do texto foi selecionado um pequeno trecho para exemplificar:

[...] está livre por consequência a nossa bela pátria do crime ignomioso que a aviltava perante o mundo civilizado, e deprimia o caráter do seu povo. Quebraram-se todas as algemas que manietavam o pulso dos escravos, abrindo-se para eles de par em par as portas da sociedade. Nem mais um só generá aflito no fundo da senzala, cortado pelo frio e acabrunhado pela fome, por que a bastilha negra, que por tantos anos abateu a consciência do povo brasileiro e onde eram praticadas as maiores desumanidades e os mais estupendos crimes foi por terra para nunca mais ser levantada<sup>26</sup>.

## Conclusão

Ao constatarmos a existência da escravidão em Santa Catarina, bem como na Ilha de Desterro como algo real, e ao pensar em proporção à população que habitava a ilha temos que pensar também qual o impacto que isso trouxe a sociedade da época e como foi lidado com o fim desse tipo de mão de obra. Os jornais nesse período funcionam como formadores de opinião, uma espécie de órgão extragovernamental que se colocavam na posição de fiscalizar

---

25 TYPOGRAPHO, 1888, p.2.

26 REGENERAÇÃO, 15 de maio de 1888, p. 1.





as instituições nacionais. Esses periódicos claramente condenavam a prática da escravidão e comemoravam o fim dela, em diferentes medidas formas.

Podemos observar que, por exemplo, em alguns jornais a notícia vem próxima a página de anúncios, sem muito destaque e com poucas palavras dedicadas, em outros aparece na primeira página com extensos textos, escritos até mesmo pelo proprietário do jornal. A maioria deles discursa como a escravidão em si é um elemento que coloca o Brasil como um país incivilizado. Baseados no discurso iluminista de progresso, no qual a sociedade agrária com mão de obra escrava seria a menos desenvolvida, e aquela com a mão de obra livre caminhando para a industrialização.

É importante também lembrar que quem lia esses periódicos eram pessoas brancas e alfabetizadas, ou seja, que tinham uma renda superior, portanto, foi uma comemoração feita de pessoas brancas para pessoas brancas, em sua maioria, excluindo quem deveria ser o elemento principal desse momento: os escravos negros.

Para finalizar, é importante ressaltar que apesar dos esforços de pesquisa e do desejo de ir mais a fundo sobre a questão da recepção pelos jornais da abolição da escravidão em Santa Catarina no século XIX, encontra-se dificuldade de acesso a algumas bibliografias e fontes.

## Referências

Abolida a escravatura. **Conservador**, Desterro, 14 de maio de 1888, p. 2

Abolição. **Typographo**, Desterro, 28 de maio de 1888, p. 2

A Pátria livre. **O Mosquito**, Desterro, 10 de junho de 1888 p. 1

Ave libertas!. **Regeneração**, Desterro, 15 de maio de 1888, p. 1

A Redenção. **Regeneração**, Desterro, 15 de maio de 1888, p. 1

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: brasil - 1800 - 1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

Data Gloriosa. **Typographo**, Desterro, 21 de maio de 1888, p. 2

FALEI, Fernando de Brito. **Ecos na casa grande: o pensamento escravista nos últimos anos de escravidão (1883 -1888)**. Dissertação (Mestrado em História), UFF, 2015.

GURGEL, Argemiro Eloy. **A Lei de 7 de novembro de 1831 e as ações cíveis de liberdade na Cidade de Valença**. Dissertação (Mestrado em História), UFRJ, 2004.



LIMA, Henrique Espada. Da escravidão a liberdade na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (org.). **História Diversa: africanos e afrodescendentes na ilha de santa catarina**. Florianópolis: Editora da Ufsc, 2013. p. 197-223.

Livre... Pensar!. **O Crepúsculo**, Desterro, 30 de maio de 1888, p. 1

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica. (1750-1850)** In: FRAGOSO, João et. al. Nas rotas do Império. P. 609-643. Vitória: EDUFES, 2006.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **O Estado nacional e a instabilidade da Propriedade escrava: A lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872**. Almanack Braziliense, nº 2, p. 20-37 Guarulhos, 2011.

Movimento da população escrava. **Jornal do Commercio**, Desterro, 30 de maio de 1888, p. 2

OLIVEIRA, Ana Guerra Ribeiro de. **Pena, papel e grilhões: o sinuoso caminho até a aprovação da lei do ventre livre**. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado em Direito), UFMG, 2016.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história de imprensa e as origens da imprensa no Brasil. **Historiae**, Rio Grande, v. 3, n. 2, p.125-142, 2011.

**O Mosquito**, Ed 5, 17 de junho de 1888, p. 2.

PARRON, Tâmis Peixoto. A defesa da escravidão no parlamento imperial brasileiro: 1831-1850. **Almanack Braziliense**, n. 1, p.128-135, São Paulo, maio, 2005.

PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995. 105p.

RIBEIRO, Lavina Madeira. **A imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808 – 1964)**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

SALELS, Ricardo. Abolição no Brasil: Resistência escrava, intelectuais e política (1870 - 1888). **Revista das Índias**, v. 71, n. 251, p.259-284, 2011.

SOUSA, Jorge Pedro. O jornalismo na maioria: A imprensa do séc XIX. In: SOUSA, Jorge Pedro de. **Uma história breve do jornalismo no ocidente**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, p. 100-168, 2008.

Sabbas Costas. Libertas. **O Crepúsculo**, Desterro, 14 de maio de 1888, p. 2

(Título ilegível). **Typographo**, Desterro, 28 de maio de 1888, p. 1

YOUSSEF, Alain El. **A imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822 - 1850)**. 300 f. Tese (Doutorado em História) - Curso de História, USP, São Paulo, 2010.



Recebido em 26 de novembro de 2018.

Aceito para publicação em 15 de setembro de 2020.



## **Relatos de viajantes sobre a Ilha de Santa Catarina: um olhar econômico extrativista**

*Travelers' reports about Santa Catarina Island: an extractive economic look*

Jéssica Thaíse Gielow<sup>1</sup>

**Resumo:** Valendo-se dos relatos de viajantes, este artigo busca analisar como estes estrangeiros percebiam a situação econômica do litoral de Santa Catarina, entre os séculos XVIII e início do XIX. Ao fim desta análise, é possível compreender que tanto os relatos, quanto as viagens, tinham interesses estratégicos e econômicos por detrás.

**Palavras-chave:** Relatos de Viajantes; Viajantes; Ilha de Santa Catarina; Vanguarda Capitalista.

**Abstract:** Drawing on the reports of travelers, this article seeks to analyze how these foreigners perceived the economic situation of the coast of Santa Catarina, between the 18th and early 19th centuries. At the end of this analysis, it is possible to understand that both the reports and the travels had strategic and economic interests behind them.

**Keywords:** Traveler Stories; Travelers; Santa Catarina Island; Capitalist Vanguard.

### **Introdução**

No século XV, com as grandes navegações, muitos dos Estados Nacionais começaram a financiar viagens marítimas a regiões até então desconhecidas ou pouco exploradas do globo. Essas expedições eram organizadas com interesses bastante claros: encontrar novos territórios e riquezas.

Influenciadas pelas transformações que ocorriam na Europa<sup>2</sup>, as viagens marítimas ao longo do século XVIII e primeira metade do século XIX, embora não possamos tomá-las de maneira homogênea, apresentavam como objetivo principal a busca pelo conhecimento científico. Estados como a Grã-Bretanha, a França e o Império Russo, financiaram expedições com o interesse científico na descrição física e geográfica do globo, além do conhecimento de outros povos que habitavam esses espaços. Os viajantes também ficavam responsáveis por observar e “relacionar as possibilidades econômicas dos continentes”, que permitiria a essas nações estabelecerem contratos e acordos comerciais<sup>3</sup>. Suas considerações eram registradas nos chamados diários de viagens.

A literatura de viagem enquanto gênero literário está atrelada ao desenvolvimento do capitalismo, à ascensão da burguesia e à expansão do mercado europeu. Explicando sobre as

---

1 Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail [jessicagielow@hotmail.com](mailto:jessicagielow@hotmail.com).

2 Iluminismo, Revolução Francesa, Revolução Industrial.

3 ROSSATO, 2007, pp. 33,34,37 *apud* SCHEMES, Elisa Freitas. **A literatura de viagem como gênero literário e como fonte de pesquisa**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015. p.2.

transformações pelas quais a sociedade europeia passou durante os séculos XVII a XIX, Habermas (2015) argumenta que a ascensão da sociedade burguesa provocou a passagem da esfera íntima para o domínio público, acarretando o surgimento de uma história e uma escrita “social”. Essa mudança também influenciou a sensibilidade dos autores e de seus leitores que estavam interessados em descobrir, estudar e analisar as especificidades humanas, a partir de questões históricas, geográficas e etnológicas<sup>4</sup>.

A preocupação com o sentimento provocou um reenquadramento das questões, com uma ampliação dos objetos de estudos, aqui no caso o interesse pelo fator social, mas sem abdicar completamente do político. Assim, se a historiografia antiga se preocupava com as ações dos indivíduos, a historiografia e a escrita moderna passam a se interessar pelo sentimental, pelo subjetivo, pelo dia-a-dia, pela natureza, pela sociedade. Podemos dizer que era uma nova forma de se entender e também de se relacionar consigo e com os outros.

Essas transformações irão se manifestar na esfera literária, sujeita às mudanças do mercado consumidor e ao gosto da época. Em suma, é esse interesse ampliado pelo social que orientava o tipo de escrita que seria publicada, tendo em vista esse interesse da sociedade burguesa em mercantilizar as coisas<sup>5</sup>.

A expansão das tipografias e a comercialização de livros, proporcionou uma maior rentabilidade e agilidade no processo de impressão. Isso fez com o número de leitores se ampliasse e o hábito da leitura se tornasse popular<sup>6</sup>. Ao mesmo tempo, a expansão do conhecimento científico nos séculos XVII e XVIII, também levou a uma preocupação com representações mais realistas e confiáveis dos objetos de estudo. As nações comerciais, que estavam se afirmando no século XVIII, formavam uma audiência, onde o passado era objeto de intensa curiosidade.

Num período em que o “descobrimento” de novas áreas e culturas distintas, por parte dos europeus, era entendido como “novidade”, os diários de expedicionários e relatos dos que se aventuravam pela América, África ou Ásia, faziam bastante sucesso. Nesse cenário, e com o despontar do culto a ciência, as então colônias ou ex-colônias ganharam atenção especial,

---

4 HABERMAS, Jürgen. Estruturas Sociais da esfera Pública. In: \_\_\_\_\_. **Mudança Estrutural na Esfera Pública**. São Paulo: Editora da UNESP, 2015; ROSSATO, Luciana. Imagens de Santa Catarina: arte e ciência na obra do artista viajante Louis Choris. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, nº 49, p.184.

5 HABERMAS, Ibidem.

6 SANTOS, F. V. dos: **"Brincos de ouro, saias de chita"**: mulher e civilização na Amazônia segundo Elizabeth Agassiz em Viagem ao Brasil (1865-1866). *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan.-abr. 2005.p.12.



tidas como locais de observação e de verificação da validade das teorias que surgiam na Europa<sup>7</sup>, como a Evolução das Espécies de Darwin, por exemplo.

É preciso salientar que no início do século XVIII poucos europeus conheciam a América por experiência própria. Esses novos leitores estavam intrigados para compreender como as formas de vida social contemporânea existiam, viviam e se desenvolviam anteriormente. Buscavam por uma valorização do passado e da natureza, num momento onde a paisagem europeia era transformada pela Revolução Industrial. Assim, os que não possuíam recursos para realizar essas viagens, faziam-na através dos livros<sup>8</sup>.

A reconstituição desse novo espaço, que não correspondia com a realidade desses leitores europeus, instigava a sua curiosidade, despertava seu entusiasmo ao lerem as obras. É respondendo a esse interesse que muitos viajantes se punham a escrever sobre o que viram e o que experienciaram. Em seus relatos, eles descreviam aspectos sociais, econômicos, políticos, naturais (flora, fauna, relevo, hidrografia) e até mesmo aspectos morais desses novos povos e territórios que iam conhecendo.

Toda essa profusão de temas, assuntos e os locais visitados, eram registrados em seus diários. Essas anotações serviam posteriormente para outros textos, como relatórios apresentados a seus pares em reuniões de Instituições Científicas e a construção dos Relatos de Viagens, os quais em geral eram organizados e editados depois do término das expedições e destinavam-se ao público em geral<sup>9</sup>.

Independentemente do relato, todos eles revelam mais sobre a cultura de quem os escreveu do que sobre o objeto, região ou povo descrito. Assim, o relato de viagem deve ser analisado com muito cuidado, visto que

Em grande parte das vezes, foram produzidos a partir de experiências de indivíduos deslocados de suas realidades de origem, que frequentaram a realidade de outrem. Com isso, tornam-se depositários de narrações sobre ocasiões e fatos históricos, muitas vezes vistos e vivenciados efetivamente. Por outro lado, nenhuma narração, por mais objetiva que se pretenda, está livre da subjetividade do autor. Este pode tanto vir a acrescentar impressões quanto omitir detalhes. Estas ações, nem sempre conscientes, podem resultar de um leque ilimitado de fatores interrelacionados, como, por exemplo, as influências advindas da formação cultural do viajante, os interesses

---

7 SANTOS, Ibidem. p.12.

8 SANTOS. Op. Cit.

9 ROSSATO, Luciana. **A lupa e o diário**: história natural, viagens científicas e relatos sobre a Capitania de Santa Catarina (1763-1822). Dissertação. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2005a. p.9.



específicos envolvidos no empreendimento da viagem e da publicação do relato e até as opções e preferências do próprio autor<sup>10</sup>.

Além disso, muitos dos relatos foram escritos a partir do contato desses viajantes com elites locais, em alguns casos seus principais interlocutores. Essa distância cultural entre viajante observador e sujeito observado transparece nos relatos, fortemente marcados pela negociação e pela troca, na qual a Europa buscava conhecer sobre a América e as outras partes do globo.

O contato desses viajantes com uma elite local influenciava a escrita dos relatos, muitas vezes impondo uma visão equivocada ou ‘maquiada’ do que era observado. Esse fato não pode ser entendido enquanto falso ou mentiroso, justamente porque toda construção discursiva foi, e sempre será permeada por relações de poder, com propagação de determinadas ideias ou pontos de vista para a posteridade. Essa ação também se manifesta na memória, cujas algumas lembranças são absortas e arquivadas e outras são esquecidas e deletadas<sup>11</sup>.

Entre os viajantes também era comum o hábito da leitura durante a preparação para as viagens. Esses aventureiros costumavam ler os relatos que já haviam sido publicados na Europa e, em alguns casos chegavam até mesmo a trocar correspondências. Isso nos leva a perceber que eles detinham um conhecimento prévio dos lugares que iriam, adquirido pela leitura de outros autores, fator que dava maior credibilidade aos seus relatos, e influenciava a venda de suas obras<sup>12</sup>. Esse aspecto mostra que as representações, concepções e observações dos viajantes circulavam pela Europa e influenciavam-se mutuamente.

Outro ponto em comum entre os viajantes era o interesse pelo conhecimento. Conhecimento este ainda fragmentado e que ia sendo preenchido, cada vez mais, pelos esforços e investimentos empreendidos nessas viagens exploratórias<sup>13</sup>. Nos relatos eles descreviam a natureza, suas características e como eram aproveitadas pelos habitantes locais.

---

10 FRANCO, Stella Maris Scatena. **Relatos de viagem**: reflexões sobre seu uso como fonte documental. Apresentação no seminário interno do Projeto Temático - Cultura e política nas Américas: circulação de ideias e configuração de identidades (séculos XIX e XX), 2009, p.9-10.

11 LE GOFF. Documento/Monumento. In. **História e memória**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1992; RICOUER, Paul. “Fase documental: a memória arquivada”. In **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

12 No início do século XVIII, na Europa, questionava-se os relatos daqueles viajantes que não apresentavam uma pesquisa e um conhecimento mínimo sobre o que descreviam.

13 ROSSATO, Luciana. **A natureza da Capitania de Santa Catarina a partir dos relatos dos viajantes**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Londrina, PR. 2005b, p.6.



Os viajantes buscavam um olhar voltado para o todo, por isso se dedicavam a retratar também as características da população, seu desenvolvimento tecnológico e as relações de trabalho<sup>14</sup>.

Esses estrangeiros viajantes tinham acesso a várias discussões que ocorriam na Europa. Em suas viagens buscavam perceber e analisar se as teorias em voga, e que estavam em discussão na época, eram aplicáveis em outras regiões do globo e como elas influenciavam ou sofriam alteração. Como nos fala Rossato, “os investimentos para a organização de uma viagem de circunavegação, ou mesmo para uma viagem individual, eram altos e não se justificam somente pelo interesse científico. Além disso, a pesquisa científica e a comercialização dos resultados adquiridos estavam estreitamente vinculadas”<sup>15</sup>.

Essas experiências dos viajantes e os seus relatos são marcados pela visão do “outro”, pela construção de um olhar sobre o “outro” com base no “eu” e no que o “eu” conhecia. Os conhecimentos do “eu” se tornam a base para estabelecer as diferenças com o “outro”, numa relação de alteridade

os conceitos de etnocentrismo e identidade são úteis para pensar em como no contato com o “outro” e no julgamento da cultura alheia o viajante constrói a “si mesmo”, pois a identidade é uma categoria relacional. [...] “cada sociedade humana conhecida é um espelho onde nossa própria existência se reflete”. Assim, quando se estudam relatos de viagens, é necessário atentar para o “universo cultural” do viajante, pois as suas observações podem apontar “mais para o âmbito cultural do próprio viajante do que para o lugar visitado, ainda que [fale] também deste”<sup>16</sup>.

Rossato, ao discorrer sobre os relatos dos viajantes, utiliza a metáfora da lupa como característica do olhar do viajante: um modo de observar tudo “em seus mínimos detalhes, mas que, ao mesmo tempo, limitava seu foco à pequena circunferência da lente”<sup>17</sup>. Diante desse contexto, podemos considerar o viajante um elo de ligação entre mundos distintos: o antigo continente Europeu e o Novo Mundo, a América; indivíduos ávidos por conhecer e obter informações sobre as áreas que iam sendo desbravadas.

Assim, os relatos de viajantes estrangeiros constituem um importante objeto e fonte de estudo não só da História, mas também de outras áreas do saber. Diferentemente do que foi feito até a década de 1970, esses relatos não podem ser tomados de maneira ingênua e neutra,

---

14 ROSSATO, 2005a, p.5.

15 ROSSATO, 2005b, p.3,6.

16 JUNQUEIRA, 2011, p.45 *apud* SCHEMES, Elisa Freitas. **A literatura de viagem como gênero literário e como fonte de pesquisa**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015 p.1.

17 ROSSATO, 2005a, p.9.





abdicando de análises mais críticas<sup>18</sup>. Como documentos-monumentos esse tipo de fonte histórica necessita ser historicizada e contextualizada, uma vez que pertencem à determinada época e cultura e propagam uma intencionalidade desde a sua produção, decorrente das relações de poder na qual estão submersas<sup>19</sup>.

Feito esses apontamentos, pretende-se com esse artigo analisar os discursos elaborados por alguns desses viajantes, referentes a Capitania de Santa Catarina, no período entre o final do século XVIII e início do XIX, procurando notar como esses estrangeiros viam a economia local e quais critérios utilizavam nesse exame.

### **Sob o olhar dos viajantes: a economia da Ilha de Santa Catarina em destaque**

A América, mas também outros lugares do mundo, receberam em diferentes momentos expedições e viajantes com as mais diversas finalidades. Alguns desses exploradores eram ligados ao comércio, ou a ordens religiosas ou eram até mesmo cientistas e artistas. Muitos dedicaram-se a relatar, seja por via escrita ou por desenho, o que viam e viviam nesses lugares “exóticos”.

Nesse contexto, no fim do século XVIII e início do XIX, a América foi tema bastante recorrente na Europa<sup>20</sup>. Foram publicados muitos livros e relatos de viagens, com diversas imagens, pinturas, desenhos, xilogravuras e litogravuras produzidas e comercializadas, tornando as paisagens e os habitantes do Novo Mundo acessíveis para um maior número de pessoas.

Localizada no litoral sul do Brasil, a Ilha de Santa Catarina tinha uma posição estratégica pela proximidade à entrada da Baía do Prata. Com um excelente porto natural e propício para o abastecimento e o reparo dos navios que se encaminhavam ao Prata, a Ilha era passagem obrigatória dos navios europeus, cuja grande maioria optava por atracar nela ao invés do Rio de Janeiro. Ou seja, a Ilha constituía-se como um local privilegiado, ponto de encontro e trocas culturais entre os que por ali passavam. Por isso, foram muitos os viajantes que escreveram sobre a sua estadia na região.

Entre os séculos XVIII e XIX, esses viajantes conheceram e registraram diversos aspectos naturais e humanos da então Capitania de Santa Catarina. Os relatos tendem a retratar especificamente o litoral da capitania, pois os caminhos para outras partes do território

---

18 LEITE, Miriam L. Moreira. **Livros de Viagem**. São Paulo: Edusp, 1997.

19 LE GOFF, Ibidem.

20 SANTOS, ibdem, p.13.



eram escassos e perigosos. Apenas Saint-Hilaire chegou a conhecer outros espaços da capitania. Além das poucas vias interligando as vilas e as péssimas condições em que estavam, outro aspecto que interferiu nessa restrição ao litoral foi o próprio caráter dessas expedições, as quais muitas vezes aportavam na Ilha apenas para se abastecer de mantimentos e seguir viagem, ficando poucas semanas. Há ainda o fato de que na época a Capitania de Santa Catarina estava restrita à uma faixa litorânea e às suas ilhas<sup>21</sup>.

Essa literatura de viagem é extremamente valiosa no passo que “nos fornece a imagem que outros povos fizeram de nós, não raro diferente das ideias que fazíamos de nós mesmos”. Nesses relatos encontramos considerações “sobre a índole de nosso povo, a exuberância da natureza, a beleza das duas baías, a legislação do reino que vedava o comércio com o exterior”, o modo de vida da população, seus costumes locais e principais festas, as doenças, a alimentação e outras coisas mais<sup>22</sup>.

Na grande maioria desses escritos percebe-se por parte dos viajantes uma exaltação da beleza natural da Ilha, vista por muitos como paradisíaca. A América durante os primeiros anos, da chegada e da colonização, era vista pelos europeus como uma “terra sem mal”, uma terra farta, onde os alimentos cresciam por si mesmos; uma espécie de Éden em oposição à Europa, que estava devastada por guerras e passando por crises populacionais e de alimentos.

Nos relatos, os viajantes ressaltavam as condições climáticas e a fertilidade do solo, onde a natureza tudo dá, sem necessidade de esforço e trato. Mas esse aspecto não se tratava de um fator positivo, pois acabou criando uma sociedade onde o “trabalho e a previdência não eram valorizados”<sup>23</sup>

A Ilha de Santa Catarina é notavelmente fértil e poderia, com pouco esforço, tornar-se um local muito produtivo; mas tão grande é a preguiça dos seus habitantes, que muito pouco ou nada é feito por eles, sendo que o próprio gado para consumo deve ser trazido do Rio Grande<sup>24</sup>.

Essa indolência e preguiça era vista como consequência de uma série de fatores: da fartura da região, do clima tropical e dos descendentes de portugueses e de açorianos. Muitos viajantes acreditavam que essa situação só seria revertida com a vinda de outros povos europeus mais laboriosos e que influenciariam positivamente os habitantes locais. Esse

---

21 ROSSATO, 2005a, p.19.

22 HARO, Martin Afonso Palma de (org.). **Ilha de Santa Catarina**; relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, Editora Lunardelli, 1996. 4ª edição. p.11.

23 ROSSATO, 2005b, p.6.

24 SEMPLE LISLE apud HARO, *Ibidem*, p.126.



discurso mais tarde serviu de base para a imigração, na metade do século XIX<sup>25</sup>. Entretanto, acreditavam que esse baixo desenvolvimento comercial também estava atrelado à ausência de empenho do governo em povoar melhor essas regiões, e torná-las rentáveis.

Para além da curiosidade e da preocupação científica desses viajantes, havia um interesse estratégico e econômico que permeavam os investimentos dessas viagens. Para com a natureza o que vemos é uma dubiedade: ao mesmo tempo que, nos relatos dos viajantes, a Ilha e a sua riqueza animal e vegetal é exaltada e valorizada pela contribuição que fornecem ao desenvolvimento da ciência; o objetivo desse desenvolvimento era uma natureza domada e controlada, e que está à disposição dos interesses capitalistas de produtividade, extração, exploração e lucro<sup>26</sup>.

Essa preocupação com a produtividade e os lucros advindos da exploração dos recursos naturais vão diretamente ao encontro de uma mentalidade europeia como “vanguarda capitalista”. Essa vanguarda capitalista baseava-se em uma visão extrativista modernizadora, cujos fracassos de ordem econômica estão ligados à recusa de se trabalhar, mas também de racionalizar, especializar e maximizar a produção<sup>27</sup>

[...] Como os habitantes são proibidos de exportar seus produtos para qualquer outro lugar que não seja o Rio de Janeiro, seu comércio permanece, como anteriormente, na mais miserável das condições. Os artigos mais necessários, que poderiam ser manufaturados aqui em grande quantidade, tais como sabão, alcatrão e outros são tão escassos, que à nossa chegada os habitantes somente nos forneceram provisões em troca desses mesmos artigos. Já ao aportarmos, a árvore dos sassafrás e de óleo de rícino, a planta da qual esse óleo é extraído, podiam ser vistas em toda a parte em grande quantidade; e, ainda assim, o Dr. Espenberg não conseguiu encontrar nem mesmo uma pequena porção desse óleo, embora ele tivesse especial esperança de obtê-lo aqui. Meu carpinteiro, a quem eu havia enviado em busca de troncos para fazer tábuas, encontrou árvores, a uma distância de somente duas milhas de São Miguel, próprias para serem transformadas em mastros para os maiores navios. Eu já disse antes que não se encontra um só comerciante na Vila de Nossa Senhora do Desterro; e, ainda assim se alguns deles viessem aqui se estabelecer sob a proteção do governo, eles não poderiam fracassar, com um mínimo de espírito empreendedor, não importando quão pequeno fosse o capital inicial, não somente garantindo consideráveis lucros para si próprios, como também produzindo os mais benéficos efeitos ao cultivo do solo; e eles logo se achariam em condições de enviar diversos navios ricamente carregados a Portugal<sup>28</sup>.

25 ROSSATO, 2005a, p.220-221.

26 ROSSATO, 2005b, p.7.

27 PRATT, Mary Louise. Reinventando a América II: a vanguarda capitalista e as *exploratrizes sociais*. In: \_\_\_\_\_. **Os olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru, EDUSC, 1999, p. 260-261.

28 KRUSENSTERN apud HARO, *Ibidem*, p.140, 142.



Nessa análise do viajante, a crítica recai sobre o governo português, o qual além de não empregar uma exploração efetiva, proíbe que os habitantes de Santa Catarina comercializem com outras praças que não seja a do Rio de Janeiro.

Comercializando apenas com o Rio de Janeiro, a coroa portuguesa garante apenas para si os lucros adquiridos com a venda desses produtos, mas têm certa desvantagem pois não é capaz de explorá-los de maneira satisfatória, legando a si e aos seus súditos uma situação atrasada e ineficiente.

Essas restrições por parte da administração portuguesa, somadas aos monopólios de comércio, as altas taxas impostas aos produtos e os impostos de importação e exportação; davam brecha para outras contravenções, como o contrabando entre as regiões, aqui com a região do Prata, por exemplo. Todos esses fatores colaboravam para dificultar o comércio e o desenvolvimento regional, bem como o de outros espaços coloniais que não estavam inseridos nessa atividade econômica de larga escala, voltada para o mercado exterior<sup>29</sup>.

De um ponto de vista liberal, essas medidas atrofiavam o comércio, prejudicando ambas as partes: os colonos, a coroa portuguesa e as demais nações com quem poderiam comercializar, que se veem privadas do uso desses gêneros tropicais. Assim, na visão desses viajantes, a Coroa ao tolher essas permutas, consente e reitera a ideia de uma América como atrasada e negligenciada, circunstância que abre brecha para a justificativa de que os países anglo-saxões, por serem mais experientes e civilizados, seriam os colonizadores ideais e deveriam guiar a colonização.

Essa noção acerca da economia e da administração se relaciona à interpretação de Fernando Novais, para o qual a colonização portuguesa das terras brasileiras foi um desdobramento da expansão comercial, do modelo mercantilista e do Antigo Regime. Para o autor, o processo de colonização era um produto direto da expansão comercial europeia e o povoamento é interpretado para garantir a posse das novas terras; já a descoberta destas tratava-se da busca por novos mercados para o capitalismo mercantil<sup>30</sup>.

Novais concorda com Caio Prado Júnior quanto a produção/exploração para o mercado europeu, mas difere quando diz que o Antigo Sistema Colonial assumiu a forma do mercantilismo, servindo como uma alavanca para o “acúmulo primitivo de capital”, a partir do exclusivo metropolitano (controle dos fluxos do comércio colonial), da escravidão e do tráfico negreiro (fonte adicional de lucros para a metrópole). Porém, para o autor a expansão

---

29 ROSSATO, 2005a, p.200.

30 NOVAIS, Fernando A. “A crise do Antigo Sistema Colonial”. In NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1986.



mercantilista não ocorre a partir de uma estrutura capitalista já existente, mas sim do Antigo Regime. Regime esse, cujos elementos: política mercantilista, expansão ultramarina, capitalismo comercial, sociedade estamental e absolutismo; são interdependentes<sup>31</sup>.

Essa colonização portuguesa começou a manifestar sinais de tensão e que deram origem a chamada “crise do antigo sistema colonial”, termo que Novais utiliza para designar o colapso do antigo regime, na passagem do século XVIII para o XIX. Por fim, ele explica que a crise do sistema é estrutural, de seu próprio funcionamento e não de fatores exógenos. Ela se deu porque a concentração de renda estava na elite senhorial, e grande parte do lucro era transferido para o império lusitano, ficando a colônia com pouco capital disponível, além de apresentar uma estrutura escravista, o que não tornava o processo técnico favorável, portanto era uma economia de baixa produtividade<sup>32</sup>.

Nesse trecho, a visão do viajante deixa transparecer que havia uma espécie de projeto ou intenção da governança portuguesa em manter os habitantes da Ilha na situação em que estavam, sem melhoramentos na produção e tampouco em instrução, para que não tomassem consciência da penúria na qual viviam

No que concerne às artes, ciências ou instituições públicas, não há muito a esperar aqui. *As ferramentas, os instrumentos mecânicos e aparelhos do serviço de caça ou do campo são imperfeitos e de má qualidade. Todos sofrem sob a pressão de uma forma de governo, cuja inteligência consiste em não esclarecer os súditos, para que estes conseqüentemente, não se tornem fortes e enfrentem o pequeno reino português e afastem de si a pesada carga. Aos empreendedores ou pequenos industriais, que se destacam por seu esforço e de seus concidadãos, são impostas tantas dificuldades que, em vez de estimulá-los ou de apoiá-los, negam incentivos como por exemplo, o caso de um senhor que pretendia abrir uma fábrica de anil e plantou uma imensa gleba de indigueiro e, por falta de apoio governamental, entrou em decadência<sup>33</sup> (grifo nosso).*

Embora os viajantes citem a pluralidade de produtos já cultivados, e também aquelas que podem ser extraídos, reafirma o atraso da tecnologia e das ferramentas que eram mais antigas e menos eficientes às que se tinham na Europa.

A administração portuguesa era falha porque “os colonos que ali se estabeleceram em diferentes épocas não receberam ajuda, e a tirania do governo português pesou por muito tempo sobre eles”<sup>34</sup>. Ela era a responsável por não incentivar e investir naqueles que

---

31 NOVAIS, Ibdem.

32 NOVAIS, Ibdem.

33 LANGSDORFF apud HARO, Ibdem. p.178.

34 SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. p. 134.



buscavam desenvolver novas áreas de produção. Isso era uma amostra de como a política/estratégia portuguesa era duplamente retrógrada. Primeiro porque bloqueando o comércio da Ilha com outras nações, impedia-se um melhor aproveitamento dos recursos naturais, conseqüentemente os lucros ganhos também eram menores, o que prejudicava os habitantes locais e privava o restante dos países europeus de terem acesso a esses novos produtos. Em segundo lugar, dentro da lógica capitalista, na qual estando os habitantes da ilha impossibilitados de negociar seus produtos, eles também não poderiam comprar mercadorias vindas da Europa, a menos que fossem intermediadas pelos portugueses. Ou seja, essa restrição era um entrave para o mercado europeu. Em linhas gerais, nessas condições a região continuaria, na previsão desse viajante, muitos anos ainda entregue à inércia econômica.

O viajante Saint-Hilaire coloca que a decadência da região estava diretamente ligada à política do Estado Português: 1) ausência de estradas; 2) obrigação do serviço militar aos habitantes da ilha, o que dificultava que cuidassem das lavouras e; 3) prática recorrente do governo em apoderar-se das colheitas dos agricultores sem ressarcir-los<sup>35</sup>.

Visualizando esses entraves, o discurso liberal propagado por esses viajantes, apregoava a transformação da região numa área de produção econômica eficiente, onde a população seria transformada de uma massa indolente e preguiçosa, em mão de obra assalariada e mercado para os bens industrializados que vinham da Europa<sup>36</sup>.

Dessa maneira, Novais argumenta que é verídica a noção de que as colônias forneciam produtos e matérias-primas para a metrópole, mas Portugal não era capaz de explorá-las com eficiência, justamente porque não investia e não transformava essa produção colonial em mais lucro, no caso bens manufaturados, que a permitiria explorar eficazmente o território brasileiro. Nessa interpretação, colônia e metrópole retardavam a sua industrialização, e distanciavam-se cada vez mais dos países Europeus em processo de modernização industrial. Em suma, ao funcionar plenamente o sistema criava condições para a crise e para a sua superação, porém Portugal não soube aproveitá-la. Assim, teriam sido as necessidades da Revolução Industrial que trouxeram o fim do sistema colonial<sup>37</sup>.

Diferente das guerras antigas, movidas por pretextos políticos, a expansão europeia na Idade Moderna foi uma reação ao comércio. Isso nos permite observar que se para os gregos e romanos a distinção entre bárbaros e cidadãos era pautada nos costumes, para os modernos do

---

35 SAINT-HILAIRE. *Ibidem*, p. 178.

36 PRATT, *Ibidem* p.267.

37 NOVAIS, *Ibidem*.



século XVIII a diferenciação entre selvagens, bárbaros e homens civilizados é o desprezo pelo comércio e pelas atividades a ele relacionadas<sup>38</sup>.

Essa ideia de estágios “evolutivos” da sociedade estava embasada na concepção e na mentalidade da época (séculos XVII a XIX), que as distinguiu em 3 etapas: 1) as sociedades selvagens, cujo estilo de vida assemelhar-se-ia aos coletores-caçadores; 2) as sociedades bárbaras, que tinham domínio da agricultura e do pastoreio; e 3) as sociedades civilizadas. Ser uma sociedade civilizada significava atingir o comércio, adotar o Estado de Direito, e viver com prosperidade e bem-estar material e social. Assim, o progresso passa a ser entendido como processo de civilização. Consequentemente, civilização vira um critério avaliador da formação dos povos, que se opõe à selvageria e à barbárie<sup>39</sup>.

Dessa forma, a intervenção naquelas sociedades que não eram “civilizadas”, justificava-se pelos europeus pela intenção que tinham de “civilizar” e colonizar esses espaços, pois “prepondera uma concepção de que instruir e civilizar são formas de inserir os indivíduos no processo de “modernização” das sociedades ocidentais”<sup>40</sup>. Ou seja, uma das justificativas para o expansionismo foi a de que estariam tirando esses indivíduos do estado de barbárie<sup>41</sup>, pois “civilizar é também formar a razão e a moral dos povos”, ou seja, seu esclarecimento.

Essa noção se relaciona a atitude do governo português, cuja restrição comercial imposta à Capitania de Santa Catarina só beneficiava a Coroa Portuguesa, e ainda assim de maneira improdutivo, desperdiçando o potencial da região, prejudicando os atores envolvidos. Em suma, essa atitude revelava o pouco esclarecimento que imperava em Portugal.

*O quanto Portugal subestima as vantagens que poderá obter de suas colônias nesta parte do mundo é um fato por demais conhecido para merecer repetição. De todo o Brasil, a Ilha de Santa Catarina, juntamente com a parte do continente em suas proximidades, é talvez aquela que menos tem atraído a atenção do governo português, tanto como deveria merecer, em vista de sua localização, seu clima saudável, seu solo fértil e seus valiosos produtos<sup>42</sup> (grifo nosso).*

Os viajantes registram como se Portugal não percebesse o que acontecia nessa parte do território colonial. A metrópole estaria tão focada na exploração da monocultura no Norte e Nordeste do Brasil que seria negligente com as demais regiões e áreas fronteiriças do

38 PIMENTA, Pedro Paulo. A história filosófica contra Rousseau. **Cadernos de Filosofia Alemã**. Out 2017, v. 22; n. 3, p.92.

39 Idem. Refinamento e civilização: ou como se colocar à altura de seu tempo. In: \_\_\_\_\_. **A imaginação crítica: Hume no século das luzes**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2013. p. 123-134.

40 SILVA, Sidney Reinaldo. **A civilização contra a tradição no projeto iluminista de Condorcet**. 2007. p.3.

41 Lembrar-se da expressão: “Não apresentavam nem Lei, nem Rei.

42 KRUSENSTERN apud HARO, Ibidem, p.138-139.



território. A coroa portuguesa parece só se dar conta da importância estratégica às terras do Sul e da Ilha de Santa Catarina após a invasão dos espanhóis (em 1777), passados dois séculos da chegada dos Europeus. E o viajante continua o relato dizendo:

Qualquer nação que se empenhasse em conseguir a posse desta colônia, poderia fazê-lo tão facilmente como os espanhóis o fizeram em 1777, sem necessitar de maiores armamentos: entretanto a impossibilidade de estabelecer uma colônia duradoura aqui, sem ter ao mesmo tempo a posse de alguma parte da costa continental próxima, impedirão a qualquer um de tentar uma conquista tão inútil<sup>43</sup>.

No trecho, o viajante observador chega a assumir uma “estratégia da inocência”<sup>44</sup>, ao sugerir delicadamente que a tomada da Ilha não seria um empreendimento demorado e custoso, mas alerta que caso venha a ser conquistada, faz-se necessário ocupar uma parte continental da Capitania.

A Capitania de Santa Catarina embora não estivesse ligada diretamente ao comércio exterior, tinha uma participação bastante importante no abastecimento das regiões agroexportadoras e do Rio de Janeiro. Além da atividade agrícola, praticava-se a pesca da baleia, a confecção de utensílios em barro para armazenar água e alimentos, fabricação de tecidos, trabalho em madeira e couro. Atividades estas que eram praticadas não apenas na Ilha de Santa Catarina, mas por todo o litoral do continental que pertencia a capitania. Logo, com finalidades estratégicas e econômicas fazia-se necessário expandir o domínio para além da Ilha. Esse aspecto era importante também para o abastecimento, guarnição, proteção e legitimação desta possessão no Novo Mundo.

## Conclusão

Os relatos de viajantes constituem uma importante fonte de pesquisa e de informação sobre a Ilha de Santa Catarina durante o período colonial e início do período Imperial. Muito populares na Europa, eram uma leitura útil, instrutiva e agradável, que possibilitava interpretações variadas, estabelecendo relação entre o conhecido e o desconhecido, entre o próximo e o distante, entre o geral e o particular; além de servirem a interesses científicos, econômicos e estratégicos<sup>45</sup>.

---

43 KRUSENSTERN apud HARO. Op. Cit.

44 “Conceito empregado por Mary Louise Pratt que consiste em paradigmas narrativos onde o sujeito europeu é mais passivo e reacionário do que agressivo e proativo”. Ver mais em ROSSATO, 2005a, p.16.

45 ROSSATO, 2005a, p.10.





Nesse exercício de observação, os viajantes erigiam um discurso baseado numa diferenciação que reforçava seus próprios valores e sua cultura. Assim criava-se uma hegemonia por parte desses estrangeiros, para os quais a sua cultura é que deveria ser seguida e difundida<sup>46</sup>. Nos trechos citados acima, pode-se perceber uma visão do “outro” fortemente marcada por parâmetros oriundos de sociedades urbanas e em processo de urbanização, caracterizadas pela valorização da atividade comercial altamente produtiva, exploratória e lucrativa, o que permite chamar esses viajantes de uma “vanguarda capitalista”.

Essa visão de mundo se relaciona com o aumento de poder da burguesia e a sua ascensão como novo centro social, que provocou um reajuste na forma da escrita. Para essas sociedades em ascensão, de onde vinham essas viajantes, o comércio e uma exploração eficiente das riquezas da terra adquire um papel central, como critério indicador do nível de desenvolvimento das sociedades. Uma sociedade civilizada seria resultado do progresso econômico, do avanço científico e tecnológico, visto que esses elementos são fundamentais por impor o Estado de Direito, os valores reguladores e manter a soberania nacional.

Quando os viajantes descreviam os trabalhos e as atividades desenvolvidas na Capitania de Santa Catarina, de modo geral falavam da pouca tecnologia existente, da diversidade de produtos que a região produzia e da dificuldade de comercializá-los. Se relacionarmos isso aos elementos característicos de uma sociedade civilizada, veremos que na visão desses viajantes imperava uma má administração e um descaso da Coroa Portuguesa para com essa parte do território tão rica, tão exuberante e tão fértil.

## Referências

FRANCO, Stella Maris Scatena. **Relatos de viagem**: reflexões sobre seu uso como fonte documental. Apresentação no seminário interno do Projeto Temático - Cultura e política nas Américas: circulação de ideias e configuração de identidades (séculos XIX e XX), 2009.

HABERMAS, Jürgen. Estruturas Sociais da esfera Pública. In: \_\_\_\_\_. **Mudança Estrutural na Esfera Pública**. São Paulo: Editora da UNESP, 2015, p. 135-183.

HARO, Martin Afonso Palma de (org.). **Ilha de Santa Catarina**; relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, Editora Lunardelli, 1996. 4ª edição. 236p.

LE GOFF. Documento/Monumento. In. **História e memória**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1992. Pp.535-553.

LEITE, Miriam L. Moreira. **Livros de Viagem**. São Paulo: Edusp, 1997.

---

46 ROSSATO, 2005a, p.214.



NOVAIS, Fernando A. “A crise do Antigo Sistema Colonial”. In NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1986, pp. 57-116.

PIMENTA, Pedro Paulo. A história filosófica contra Rousseau. **Cadernos de Filosofia Alemã**. Out 2017, v. 22; n. 3. pp.91-106.

PIMENTA, Pedro Paulo. Refinamento e civilização: ou como se colocar à altura de seu tempo. In: \_\_\_\_\_. **A imaginação crítica: Hume no século das luzes**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2013, p. 123-134.

PRADO JÚNIOR, Caio. “O sentido da colonização”; “Organização social”. In PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – colônia [1942]**. São Paulo: Brasiliense, 1997, pp. 19-32; pp. 269-297.

PRATT, Mary Louise. Reinventando a América II: a vanguarda capitalista e as exploratrizes sociais. In: \_\_\_\_\_. **Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru, EDUSC, 1999, p. 249-293.

RICOEUR, Paul. “Fase documental: a memória arquivada”. In **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. Pp.155-193

ROSSATO, Luciana. **A lupa e o diário: história natural, viagens científicas e relatos sobre a Capitania de Santa Catarina (1763-1822)**. Dissertação. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2005a. 284p.

ROSSATO, Luciana. **A natureza da Capitania de Santa Catarina a partir dos relatos dos viajantes**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005b.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978

SANTOS, F. V. dos: **“Brincos de ouro, saias de chita”**: mulher e civilização na Amazônia segundo Elizabeth Agassiz em Viagem ao Brasil (1865-1866). História, Ciências, Saúde — Manguinhos, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan.-abr. 2005.

SCHEMES, Elisa Freitas. **A literatura de viagem como gênero literário e como fonte de pesquisa**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015.

SILVA, Sidney Reinaldo. **A civilização contra a tradição no projeto iluminista de Condorcet**. 2007. Disponível em <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/civilizacao-contra-tradicao-no-projeto-iluminista-de-condorcet> Acessado em 1º de junho de 2019.



Recebido em 26 de novembro de 2018.

Aceito para publicação em 12 de setembro de 2020.





SANTA CATARINA EM HISTÓRIA  
ISSN 1984-3968